

EMERSON DE SOUSA SILVA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

EMERSON DE SOUSA SILVA

**A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO
GEOGRÁFICO**
A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL COMO UM FENÔMENO DE GESTÃO

Salvador
2019

EMERSON DE SOUSA SILVA

**A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO
GEOGRÁFICO**
A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL COMO UM FENÔMENO DE GESTÃO

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos

Salvador
2019

EMERSON DE SOUSA SILVA

**A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO
GEOGRÁFICO**
A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL COMO UM FENÔMENO DE GESTÃO

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Administração, Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA), pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Reginaldo Souza Santos

Doutor em Ciência Econômica (UNICAMP)

Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA)

Prof. Dra. Elizabeth Matos Ribeiro

Doutora em Ciência Política e da Administração (USC)

Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia (NPGA/UFBA)

Profa. Dra. Agatha Justen Gonçalves Ribeiro

Doutora em Administração (FGV)

Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF)

Prof. Dr. Cláudio Roberto Marques Gurgel

Doutor em Educação (UFF)

Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF)

Prof. Dr. Geraldo Medeiros Júnior

Doutor em Administração (UFRJ)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A
Antonio Honorato da Silva
(In memorian)
Pedro Lopes de Sousa
(In memorian)

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, à Humanidade, que criou, expandiu, conservou e transmitiu o conhecimento do qual me apropriei para, em retribuição, entregar esta humilde pesquisa.

À minha família, que teimosamente continuou mantendo essa fé *sem-pé-nem-cabeça* em minha pessoa e da qual desisti de tentar entender, muito embora tenha reconhecido que sem vocês eu seria menos do que o pouco o que realmente sou.

Um agradecimento em especial ao núcleo da família em Aracaju (SE), por suportarem as ausências e os devaneios desse período que ora se finda.

Falta o Senhor aqui, Seu Francisco!

Aos meus grandes amigos que me aguentaram todos esses quatro anos falando de Administração, Política, Futebol e Religião. Que a vida nos seja venturosa!

A todos os que fazem o NPGA/UFBA – aí inclusos os corpos administrativo e docente por todo o profissionalismo no devir cotidiano.

Ao Dr. Reginaldo Santos, saiba que os vossos ensinamentos me livraram da ignomínia de ter uma visão cínica do mundo e me fizeram recuperar alguma fé no futuro. Suas palavras me apontaram para uma Administração humanista e solidária, longe desse funcionalismo estúpido e arrogante que grassa por aí.

À Dra. Elizabeth Ribeiro e à Dra. Mônica Matos. À primeira, pela amizade e pelas oportunidades a mim concedidas e à segunda, também pela amizade, mas, de igual modo, pela dedicação com que tratou minhas dúvidas e meus receios durante a produção desta tese.

Às pessoas que se devotam à causa da construção do campo da Administração Política, espero ter refletido dignamente o vosso pensar. E saibam que vocês estão a fazer história.

Aos colegas do DINTER que partilharam comigo experiências, ideias, livros, conhecimentos, ligações, tempo e, por vezes, até viagens. Aprendi muito com vocês. Ao vosso lado, cada passo era um mundo novo a descobrir.

A todos aqueles que amam a vida, que sempre prezaram pelo justo, pelo bom e pelo belo deste mundo e que, agora, se veem na obrigação de lutar pela civilidade contra as forças do obscurantismo.

Por fim, mas não menos importante, agradeço especialmente à minha preciosa Cerise: sem você, esta tese não seria. Afinal, antes de ti, eu era infeliz e não sabia!

“Nem quero ser estanque como quem
constrói estradas e não anda. Quero, no escuro,
como um cego, tatear estrelas distraídas!”
Zeca Baleiro – Minha casa – Líricas - 2001

SILVA, Emerson de Sousa. **A Administração Política do Espaço Geográfico: a Organização Espacial como um fenômeno de Gestão**. 120 f. 2019. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

RESUMO

A assunção da Organização como o objeto de pesquisa da Administração Profissional, ainda que isso não fosse de forma expressa, sempre se mostrou como um limitante para as pesquisas no âmbito da referida ciência. Isso porque tomar a Organização, enquanto substantivo concreto, ou seja, uma entidade com vida própria, enfocando o seu aspecto sociológico, impede que temas para além das unidades produtivas, tais como política econômica, gestão do desenvolvimento ou relações internacionais não pudessem ser tratadas de forma plena. Com o advento da Administração Política, movimento criado no seio da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, campo científico que assume a Gestão como o verdadeiro objeto de Administração Profissional e que se orienta pelo estudo da Gestão das relações sociais de produção, tais amarras evanesceram e foi aberto um amplo horizonte para pesquisas que até então não podiam ser feitas. É o caso desta pesquisa, que volta seu olhar para a Organização Espacial e intenta inserir no interior do referido campo uma área de pesquisa que verse sobre o referido tema geográfico: a Administração Política do Espaço Geográfico. Essa nova arena teria por objetivo analisar as formas de Gestão das relações socioespaciais de produção. Para que isso fosse possível, o esforço aqui desenvolvido se deu no sentido de tentar promover um diálogo entre os textos inaugurais do campo da Administração Política com os ensinamentos deixados pelo geógrafo baiano Dr. Milton Santos. A opção por essa Escola geográfica se deu em virtude da visão gestionária do Espaço desenvolvida por aquele autor e que foi trazida à tona por este relatório. Da justaposição desses dois corpos teóricos foi possível estabelecer uma proposta de pesquisa e de intervenção, ainda embrionária, sobre a evolução temporal e topológica da Organização Espacial, recepcionando-se essa como um evento de Gestão

Palavras-chave: Administração Política. Organização Espacial. Gestão. Espaço Geográfico.

SILVA, Emerson de Sousa. **The Political Administration of Geographic Space: Space Organization as a Management phenomenon.** 120 f. 2019. Thesis (Doctorate in Business Administration) - School of Business at the Federal University of Bahia, Salvador, 2019.

ABSTRACT

The assumption of the Organization as the object of research of the Scientific Administration, although not assumed, always been shown to be a limiting factor for research in the field of science. This is because taking the Organization as a concrete noun, focusing on its sociological aspect like, an entity with its own life, prevents issues beyond productive units such as economic policy, development management or international relations. With the advent of Political Administration, a movement created within the School of Administration of the Federal University of Bahia, a scientific field that assumes Management as the true object of Scientific Administration and that promotes the study of Management of social relations of production. This evolve and a broad horizon opened for research before unacceptable. This research turns its gaze to the Spatial Organization and intends to insert within that field a research area that deals with the aforementioned geographical theme: the Political Administration of Geographic Space. This new arena would aim to analyze the forms of management of socio-spatial relations of production. To make this possible, the effort made here was to try to promote a dialogue between the inaugural texts of the field of Political Administration with the teachings left by the geographer Dr. Milton Santos. The choice for this geographical School was due to the management vision of Space developed by that author and brought to light by this report. From the juxtaposition of these two theoretical bodies, it was possible to establish a research and intervention proposal, still embryonic, on the temporal and topological evolution of the Space Organization, which is an event of a management nature.

Keywords: Political Administration. Spatial Organization. Management. Geographic Space.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	EXPOSITOR TEÓRICO	22
2.1.	A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA	23
2.1.1.	A Administração Política como um fenômeno histórico	23
2.1.2.	O campo da Administração Política: a construção de um conceito	27
2.1.3.	A Gestão como objeto	39
2.1.4.	A Gestão das relações sociais de produção: uma lacuna	41
2.1.5.	O protagonismo estatal.....	53
2.1.6.	Para uma crítica da Administração Política	74
2.2.	A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL.....	79
2.2.1.	A natureza do Espaço	79
2.2.2.	A Gestão do Espaço	95
2.2.3.	A difusão das inovações no Espaço	104
3.	A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	111
3.1.	Introito expositivo	116
3.2.	Premissas, objetos e objetivos.....	122
3.3.	Arranjos metodológicos	128
3.4.	Uma agenda mínima de pesquisa	134
4.	CONCLUSÕES.....	139
	REFERÊNCIAS.....	143

INTRODUÇÃO

Desde eras primevas, seja por meio de cooptação ou de submissão, a Administração serve como um meio de controle de uma massa populacional – da qual é expropriada a sua força de trabalho – com vistas à manutenção de um modo de produzir que se encontra calcado na geração e circulação de mercadorias (CARIBÉ, 2008).

A Administração é um processo intrínseco ao devir societal humano em virtude de que cada momento histórico dessa trajetória apresenta um dado conjunto de processos gestionários que é passível de análise e interpretação a partir de seus fundamentos materiais, de suas contradições, de seus atos de reprodução e de ruptura, bem como de seus matizes políticos, sociológicos, geográficos e antropológicos (CRISTALDO; PEREIRA, 2008).

J. U. Ribeiro (2006) condensa a natureza da ação administrativa nos atos de tomada de decisão para fins de avaliação dos recursos disponíveis, de elaboração e definição dos objetivos e metas em função do contexto dado, de equalização do uso dos recursos em torno dos objetivos estabelecidos e a da adequação das entidades dirigidas às mudanças impostas pela realidade.

De modo análogo, R. S. Santos e Gomes (2010b) sustentam que as decisões administrativas são mais complexas do que possam defender esquemas interpretativos de viés puramente instrumental, racionalista, a-históricos e sem o mínimo de estofo crítico de compreensão, posto serem geradas por estruturas sociais fortemente permeadas por relações classistas de poder.

Por sinal, a Administração mostra a sua face Política quando a organização estrutural da produção e do poder e a aplicação da estrutura organizativa são postas em discussão (FONSECA, 2009), haja vista que nesse momento ficam à vista quais são as perspectivas que conduzem a sua constituição enquanto fenômeno social.

De modo mais amplo, segundo o estabelecido por E. L. Santos e Santana (2010), a ação administrativa tem por anelo a criação de uma ambiência propícia ao atingimento de objetivos previamente estabelecidos, por meio de uma adequada combinação de fatores produtivos.

Logo, é preciso esclarecer que, para as finalidades deste texto, então, torna-se premente reconhecer que o ato administrativo não é neutro e que as mais variadas formas de reducionismo técnico de suas expressões, amiúde buscam esconder que tais medidas de coordenação e controle nada mais são do que mobilizações a mando dos interesses do capital, ou seja, ele é uma ação política (PEDRÃO, 2011).

Conseqüentemente, dentro do modo de produção capitalista, no entanto, o exponenciamento das suas contradições, advindas das novas formas de relações sociais de produção, passou a exigir formas de justificação inovadoras que dessem conta dessa realidade de modo que fosse possível justificar e legitimar a exploração promovida e a Administração se apresentou como a ferramenta ideal para tanto (CARIBÉ, 2008).

A abordagem científica da ação administrativa, por sua vez, somente tem, desde o seu surgimento, dispensado atenções apenas para os níveis de produtividade e para a qualidade dos resultados tão somente dos agentes individualmente, sem lançar luzes para o desempenho conjunto desses elementos em termos de organização social (R. S. SANTOS; GOMES, 2010a).

E. L. Santos e Santana (2010), com base nas palavras de R. S. Santos (2009), enxergam a origem desse cenário de pretensa anomia política no fato de que a Administração Profissional surge como ciência a partir de uma derivação da Economia Neoclássica, em fins do Século XIX, onde o compromisso se dava mais com o desempenho dos agentes do que com as sinergias e com a tendência à entropia de suas relações.

Chagas (2010), também advoga que a ação administrativa está longe de ser algo desprovido de injunções políticas – sobre a qual repousaria lei imutáveis e a-históricas – uma vez que ela decorre de relações assimétricas e que tem por finalidade o atendimento de um interesse específico, devendo sempre o pesquisador do novo campo se perguntar a quem interessa o tipo de Gestão promovida.

Sob tais considerações emerge a proposição de que as relações sociais de produção são a argamassa sobre a qual a ação administrativa põe suas mãos e, de modo prévio e intencional, as conforma com o fito de se atender um desiderato politicamente determinado. Nessas condições não se está mais a falar de Administração Profissional, mas sim de Administração Política.

A Administração Política é um fenômeno que pode ser visto tanto como um novo campo do conhecimento em busca de consolidação de suas constatações, como um movimento intelectual de questionamento dos conceitos fundantes da ortodoxia da Administração Profissional como também uma nova abordagem do desenvolvimento econômico ou teoria social (JUSTEN *et al.*, 2017; PAÇO CUNHA, 2019).

No entanto, o volume de escritos a ela vinculado e o avanço dos debates realizados em seu nome já permitem recepcioná-la como mais um campo do conhecimento e como tal ela procura desenvolver uma metodologia própria com vistas ao trato dos problemas

atinentes ao seu objeto de pesquisa (RIBEIRO, E. M., 2018; SANTOS, E. L., 2014).

A Administração Política aparece como uma novidade no cenário multifacetado da Administração Profissional. Num misto de iconoclasta rebeldia com venerável respeito, o novo campo se insurge contra o exacerbado funcionalismo presente na estrutura interpretativa da referida ciência e se propõe a dar-lhe novas formas de compreensão e de expressão da realidade social.

Nascida daquilo o que os seus textos inaugurais recorrentemente chamam de “inquietações intelectuais” de um grupo de pensadores vinculados à Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, liderado pelo Dr. Reginaldo Silva Santos e pela Dra. Elizabeth Matos Ribeiro, a Administração Política advoga que as relações sociais de produção são fruto de uma intencionalidade gestonária e, como tal, também devem ser alvo dos estudos da Administração Profissional (SANTOS, R. S., 2009, 2010; SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E M., 1993).

Com efeito, temas até o momento estranhos à teia conceitual da Administração Profissional, tais como a política econômica ou finanças públicas, passariam a ser objeto de pesquisas realizadas por administradores, que teriam ampliadas as suas fronteiras de intervenção intelectual.

Refugando o acriticismo reinante no entorno das pesquisas em Administração, o referido campo trava diálogos com os mais diversos setores do conhecimento social, desde a Economia Política de matriz keynesiana até o pensamento crítico de raiz marxista (JUSTEN *et al.*, 2017).

Toda essa transformação é permitida pelo reconhecimento, por parte da Administração Política, de que não é a Organização, enquanto substantivo concreto, mas, sim, a Gestão o verdadeiro objeto de pesquisa da Administração Profissional (SANTOS, R. S., 2009; VIDAL, 2009). Isso pode parecer simples, mas as suas implicações são devastadoras.

Antes de qualquer coisa, tenha-se em mente que essa mudança desloca o termo Organização do seu sentido concreto e o assenta por sobre o seu significado como substantivo abstrato. Agora, não é mais a entidade produtiva ou social enquanto personalidade autônoma o foco da análise, mas, sim, os formatos pelos quais a conduta voltada para objetivos é coordenada.

Conseqüentemente, o termo Organização é utilizado nas fronteiras deste escrito não em sua acepção de substantivo concreto – definido como uma locução que expressa uma ideia autônoma, que não precisa de outrem para existir – mas em sua concepção de

substantivo abstrato, ou seja, a sua existência é mediada por uma causa anterior ou movimento exterior.

Organização aqui não é algo que tem forma e existência própria, não é uma entidade que se torna um alvo de estudos e pesquisas, tal como ocorre na Administração Organizacional. Pelo contrário, tomando por ponto azimutal o declarado por Vidal (2009), a locução Organização é aqui recepcionada como um conjunto procedimental ou um processo pelo qual o ato de produzir é estruturado, que cobra a ação de terceiros para ter existência.

Sendo que, nos limites da Administração Profissional, essa é uma proposta feita pela Administração Política, que assevera que é a Gestão o que garante sentido de ser à referida disciplina social, enquanto fenômeno concreto, a Organização é tão somente um dos lugares da sua realização.

Com isso, a Administração Profissional pode sair do interior das unidades produtivas e ir discorrer sobre os mais diversos segmentos e eventos sociais nos quais haja a ocorrência de ações de planejamento, organização, comando, coordenação e controle, não apenas sob a luz de uma abordagem gerencial, mas também estritamente política.

O “como fazer“ é alçado à condição de fenômeno social que permeia todo comportamento coletivo e assim pode ser tranquilamente abordado pelos estudos administrativos, abrindo portas em locais onde antes tudo o que se viam eram muralhas conceituais.

A consequência política daí decorrente é que a Organização não é mais uma entidade com vida própria, mas uma coleção previamente planejada de ações de coordenação e controle, ou seja, é algo cujo movimento não nasce do seu interior, mas de uma vontade externa a ela.

Outra consequência dessa mudança se dá por sobre a qualidade da finalidade da ação administrativa. Se a ortodoxia se assentou por sobre a eficiência lucrativa da firma ou a eficácia procedimental das entidades sociais, os esforços iniciais da Administração Política, que a instituem como um campo do conhecimento, terminaram por eleger a promoção do bem-estar geral para esse posto.

Logo, os estudos vinculados ao próprio campo deveriam ter por norte a superação da materialidade, num contexto no qual a coordenação política das relações sociais de produção pudesse promover ou, ao menos, se comprometer com a emancipação humana (SANTOS, R. S., 2010; SANTOS, R. S.; GOMES, 2017).

Se antes a arena dos estudos administrativos se circunscrevia apenas ao “chão de

fábrica”, ou seja, tão somente à realidade intraorganizacional – mesmo aqueles que se voltavam para temas como a socioambiência ou a Gestão social – com a Administração Política ela se abre para o circuito produtivo como um todo, da fase da alocação até aos momentos de distribuição e consumo.

O advento da Administração Política cobre uma lacuna despercebida por boa parte das ciências sociais aplicadas, a saber: a ação gestonária do modo de produção. Essa normatividade se dá por meio da expressão de “como” se gerar e se distribuir a riqueza socialmente produzida.

Segundo os modelos conceituais desenhados pelos textos iniciais da Administração Política, o circuito produtivo deve ser entendido como uma construção social moldada por uma intencionalidade politicamente concertada por meio da articulação da Sociedade, do Estado e pelos agentes produtivos privados (SANTOS, R. S., 2009; 2010; SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

Para os cânones da Administração Política, enquanto campo do conhecimento, o Estado é o principal agente de desenvolvimento de uma sociedade, em virtude de que ser ele quem possui os principais meios políticos de intervenção socioeconômica, sendo peça crucial para se compreender qualquer configuração produtiva que uma sociedade possa vir a assumir.

Não por acaso que muitos dos estudos que se orientam pelos conceitos do referido campo geralmente se referem à política fiscal (GOMES, 2007; RIBEIRO, M. M., 2018), à funcionalidade de políticas públicas (MEDEIROS JR., 2017) ou mesmo à administração do desenvolvimento econômico (SANTOS, E. L., 2014).

Essa opção metodológica faz com que a Administração Política preconizasse que se origina precipuamente no Estado a coordenação dos demais agentes para que se possa processar um projeto nacional de desenvolvimento, onde se procuraria atender às demandas socialmente eleitas.

Grosso modo, no esquema de interação dos agentes previstos pela Administração Política, o moto inicial estaria com a Sociedade, que evidenciaria o seu desiderato coletivo, a base técnica e gerencial estaria nas mãos dos entes produtivos privados e a normatização política partiria do Estado, que serviria tanto como elemento regulador como também mais um investidor, fornecendo aquilo o que as empresas não conseguissem ou se interessassem em fornecer.

Muito embora essa seja uma forma de idealização da gestão das relações sociais de

produção ela pode ser generalizada para o contexto no qual as contradições derivadas do circuito produtivo condicionassem, por meio de uma série de intervenções políticas, não necessariamente estatais, o comportamento e o papel desempenhado por cada um dos agentes, estabelecendo-se como uma situação de poder e de conflito.

O projeto de nação assumiria, assim, a condição de síntese dos interesses postos à mesa e ele seria uma decorrência da correlação de forças existentes o que, obviamente, resvalaria na aceitação de um Estado reprodutor das aspirações dos grupos políticos organizados dominantes.

O que joga no colo da Administração Política, aqui assumida como um campo do conhecimento detentor de um objeto definido – que seria a gestão das relações sociais de produção – a responsabilidade de identificar, qualificar, categorizar, historiar, pronunciar e prescrever sobre os modos pelos quais as mais diversas sociabilidades coordenam os seus próprios circuitos produtivos.

Dessa forma, a Administração Política teria que se debruçar não apenas por sobre as finanças públicas, mas também por uma miríade de áreas das ciências sociais, tais como a legislação trabalhista, as relações diplomáticas, as desigualdades sociais, a política ambiental, a gestão social, a segurança pública, enfim, sobre as mais diversas facetas da vida comunitária.

No entanto, um aspecto ainda não foi tocado por essa realidade: o Espaço Geográfico. Logo aquele que serve de palco de realização de todas as formas de Gestão das relações sociais de produção. Dessa forma, esse mosaico desenhado pela liberdade promovida pela Administração Política abre, enfim, uma brecha para se questionar como a Organização Espacial se insere nesse contexto administrativo.

Para que isso ocorra, é mister aceitar que o Espaço é uma construção humana e não apenas um aspecto dessa condição, expressando-se como um conceito no qual se mistura com a própria Sociedade, uma vez que, conforme declarou M. Santos (2012b), aquele se coloca como a soma dos objetos geográficos com a essa última.

Tais análises são feitas porque o Espaço é um fenômeno mutável, não apenas entre os lugares, mas também no tempo. Dessa forma, é possível uma interpretação conceitual que defina tais mudanças como fruto das formas pelas quais o ser humano promove a Gestão das relações sociais de produção.

A natureza não pode ser apropriada por conta de suas características ecológicas, se fazendo necessário considerarem também toda a problemática social, o que propicia que, dialeticamente, o seu entendimento a partir dos meios que condicionam a sua própria

transformação, ou seja, a intervenção do elemento humano.

Afinal, o fator que modifica o Espaço é a ação produtiva e essa é planejada, coordenada e controlada por uma conduta gestonária que, no fim das contas, é uma prática social que se comporta claramente como um fenômeno passível de análise por parte das ciências administrativas (SANTOS, M., 2008). Logo, a presente pesquisa se mira na percepção de que toda e qualquer intervenção no Espaço é efeito de uma deliberação administrativamente concertada.

Definida como os vários tipos de disposição dos objetos geográficos no Espaço, a Organização Espacial é recebida neste estudo como uma totalidade influenciada por fatores tão distintos quanto poder político, economias de escala, eficiência do capital e de formas de concentração e de especialização produtiva.

O Espaço é distinto em sua vastidão e em sua temporalidade porque a evolução dos modos de produção é a evolução das forças produtivas. Cada espacialidade carrega em si as coisas dos seus tempos, porém, pontuadas por elementos do passado e, a depender do grau de inovação absorvida, é possível determinar o nível de modernidade presente.

As regiões centrais tendem a conter mais modernidades, ao passo em que as mais periféricas convivem com elementos da antiga forma de produção. Concentração e especialização são formas de apresentação desse acontecimento e essas duas são decisões de Gestão (SANTOS, M., 2012).

As técnicas são medidas adequadas para se caracterizar esse fenômeno, ainda mais porque a sua difusão é também um fenômeno de Gestão. Basicamente produzidas nas áreas centrais, elas somente se dirigem para a periferia por conta de alguma decisão estratégica por parte das empresas inovadoras.

Daí que M. Santos (2003, 2004) fala em localidades de comando e de obediência, cabendo às últimas tão somente adaptarem os seus fatores de produção aos interesses daquelas primeiras, com pouca ou nenhuma autonomia sobre seus modos de geração de riquezas, sendo hierarquizadas a partir dos níveis de inserção na estrutura da economia internacional.

Torna-se necessário frisar que a proposição ora em tela tem por moto propulsor os textos vinculados ao campo da Administração Política, com base em Reginaldo Santos (SANTOS, R. S., 2009; 2010; SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993) à concepção de Espaço de Milton Santos (SANTOS, M., 2004; 2008).

Por seu turno, a problemática que se apresenta por trás da realidade aqui levantada é aquela que remete à necessidade de se criar parâmetros analíticos e procedimentais que

permitam entender como o Espaço reflete a Gestão das relações sociais de produção adotada numa localidade e, de modo intercambiável, como essa ação administrativa espelha-se nas expressões geográficas de intervenção humana.

Isso significa que este trabalho tem compromisso com o fornecimento de ferramentas que propiciem ao campo da Administração Política expandir o seu raio interpretativo também para os fenômenos espaciais, recepcionando esses como decorrência da conduta produtiva do ser humano. Em suma, o que se procura é responder à seguinte questão: como dimensionar a Administração Política do Espaço Geográfico?

Com isso foi esperado que se construísse uma massa crítica de elementos teóricos que fundamentasse a institucionalização da Organização Espacial como mais um veio investigativo para o campo da Administração Política. A lógica que aí subjaz é a de que a forma pela qual as paisagens são modificadas pelo ser humano é um fiel retrato dos modos pelos quais as sociedades gestam as suas relações de produção.

Nesse contexto, obviamente, a Administração Política contribui com o estudo das formas de Gestão das relações sociais de produção, procurando identificar, qualificar, categorizar, prever e arquitetar arranjos de coordenação do circuito produtivo, ao passo em que as ideias miltonianas enquadram essa condução administrativa numa moldura marcada pelo conflito e pelas contradições.

Sabendo que a Administração Política é um segmento intelectual ainda em constituição, muitos dos estudos que se orientam pelos conceitos do referido campo geralmente se referem a aspectos da intervenção ou regulação estatal. Contudo, nenhum ainda trouxe à baila a relação entre Gestão e Espaço. Logo, o presente estudo espera contribuir para cobrir essa lacuna.

Ressalve-se que a justificativa acima somente ganha sentido se for reconhecido o fato de que não há como se entender plenamente a Gestão das relações sociais de produção se não for inserida nessa análise a categoria de Espaço Geográfico, uma vez que esse é um dos principais modeladores desse fenômeno.

Não há como haver relações de produção sem a existência da natureza e, por efeito, do Espaço. E não compreender como esse interage com aquelas é um equívoco para qualquer ciência de cunho social, como é o caso do campo da Administração Profissional, algo que se imagina estar sendo tangenciado por este trabalho.

A despeito disso tudo, foi necessário estabelecer aqui um percurso dialógico no qual a Organização Espacial fosse apresentada como resultado de um conjunto de decisões tomadas pelos detentores dos meios de produção e aplicado por sobre todas as localidades

nas quais os seres humanos detenham algum nível de controle ou superveniência e, obviamente, sobre os modos pelos quais o circuito produtivo é estruturado.

Dessa forma, com base nos estudos do campo ora tangenciado, se a Organização Espacial se mostrar como uma construção dirigida, ela deve ser vista como um fenômeno administrativo. Se ela se manifestar como uma incidência que abarca todos os traços de relações sociais de produção então pode ser considerada como um elemento constituinte de uma Administração Política.

Nesse momento é que estreiam os textos do teórico baiano Milton Santos (SANTOS, M., 2003; 2004; 2008; 2012) com as suas considerações sobre a natureza do Espaço, a formação desse e o seu controle e condução. A primeira dessas contribuições é a de que ele deve ser visto como uma totalidade, ou seja, todas as relações constituintes se imbricam e se influenciam mutuamente nos mais diversos graus.

O objetivo principal desta pesquisa acadêmica é o de instituir a Organização Espacial como mais uma área de pesquisa no âmbito do campo do conhecimento vinculado à Administração Profissional que versa sobre a Gestão das relações sociais de produção, denominado Administração Política. Desse modo, caso tal proposição fosse aceita essa nova fronteira analítica seria vista como a Administração Política do Espaço Geográfico.

Sendo redundante, isso significa dizer que a tese que potencia todo esse esforço teórico é a de que a Organização Espacial, ou seja, a forma pelas quais o ser humano coordena a modificação do Espaço Geográfico, é um fenômeno gestor ou, noutras palavras, é uma realidade resultante de uma Administração Política.

Com isso se está a se dizer que o modo pelo qual a Sociedade interfere no Espaço, moldando-o aos seus interesses, é fruto de uma intencionalidade politicamente concertada. O ser humano transforma a natureza ao seu redor a fim de garantir a sua perpetuação como espécie e o faz de maneira mediada por suas capacidades.

Dessa forma, é plausível crer que a realidade concreta presente numa dada Organização Espacial é decorrência direta de uma ação administrativa, aqui entendida, bem ao estilo de Henry Fayol (1994), como o conjunto de procedimentos relativos ao planejamento, à organização, à coordenação, ao comando e ao controle de um processo produtivo. No presente caso, essa estrutura gerencial se referenciaria a todo o circuito produtivo, indo desde o momento de decisão de alocação até às fases de distribuição e de realização do consumo.

Um dos desafios postos perante esse texto foi o de promover a distinção entre o campo da Administração Política – suas características, suas contribuições e suas carências

– do trabalho individual dos seus precursores e contribuintes. O caminho encontrado foi o de limitar a discussão no cerne específico das proposições o máximo possível.

O que justificaria tal empreitada seria a necessidade de se encarar o Espaço Geográfico como mais uma dimensão de abrangência dos estudos administrativos, coisa muito pouco ou quase nada promovida pela referida ciência social e, em específico, o mesmo se torna mais importante ainda para a Administração Política, uma vez que o desenvolvimento socioeconômico é um dos seus temas de tangência.

Dessa forma, a Administração Política do Espaço Geográfico, constructo emergente das duas escolas aqui citadas, seria a ferramenta adequada para se estabelecer os padrões gestionários de conduta das formas, das funções, das estruturas e dos processos relacionados ao devir dos mais diversos objetos geográficos. Isso também contribuiria para a abertura de mais uma frente de debates no interior da Administração Política bem como para a expansão dos seus limites de atuação.

Outrossim, para que o objetivo primeiro desta pesquisa fosse alcançado, também se tornou necessário atender aos seguintes propósitos específicos:

- Cotejar as bases conceituais da Administração Política com a estrutura teórica do pensamento de Milton Santos sobre a natureza do Espaço Geográfico;
- Estipular os limites epistemológicos e metodológicos da Administração Política do Espaço Geográficos;
- Recomendar uma agenda mínima de pesquisa para a área de trabalho ora estruturada.

A despeito de a abordagem interdisciplinar promovida no desdobrar de toda a pesquisa, adotou-se uma centralização teórica em detrimento de um ecletismo conceitual a fim de se evitar confusões nas conclusões deste trabalho. Por isso que o principal diálogo aqui promovido foi realizado entre a Administração Política de Reginaldo Santos e Elizabeth Ribeiro e o Espaço Geográfico de Milton Santos.

Não que outras formas de se encarar as questões espacial e administrativa, tais como a Geografia e a Economia Regionais, sejam errôneas, mas elas não aduzem à concatenação encontrada nas duas teorias aqui operacionalizadas pelo simples fato de que elas não trariam em seu bojo o caráter gestionário como ponto fulcral da temática, principalmente no que se refere à intencionalidade do processo decisório aplicado à Organização Espacial.

Com a pretensão da inauguração da área da Administração Política do Espaço Geográfico, os seus dois campos fundantes passam a ter uma arena de conversação onde definições antes distantes passam a ter uma chave interpretativa comum onde seus conceitos se apresentam como intercambiáveis. Temas tais como a criação de inovações ou disparidades geográficas podem ser tratadas por ambos os lados de forma inteligível.

A metodologia estruturante da pesquisa cingiu-se de um caráter especulativo em que foram privilegiadas as analogias entre os dois corpos teóricos ora postos à mesa. O nódulo principal em momento algum deixou de ser o ânimo de plasmar uma argumentação que acenasse para uma combinação entre essas duas engrenagens conceituais.

Obviamente que ambas os corpos teóricos de suporte a este trabalho não foram utilizados em toda a sua plenitude, o sendo apenas para tangenciar aqueles tópicos que versavam ou se dirigiam aos aspectos gestionários dos fenômenos geográficos, de igual modo também não se intentou aqui apresentar um mecanismo acabado de intervenção ou um manual de aplicação da área aqui alvo de proposição.

A disposição gráfica aqui delineada é deveras ortodoxa, sendo este documento dividido em quatro seções distintas. Além desta necessária introdução, ainda fazem parte do corpo do texto um referencial teórico, onde estão assentados os dois suportes conceituais que conduzem a sua trajetória argumentativa, um apontamento analítico, composto pela defesa das proposições aqui levantadas e, por fim, as necessárias conclusões.

O estilo literário adotado nesta tese apostou na inculcação e no estranhamento vernacular como formas de fixação e de aprendizado. Por isso que as ideias vão e voltam no desenrolar do texto que, também, é coalhado de termos pouco utilizados pelo linguajar cotidiano.

Ao final do texto espera-se que quem o ler tenha condições de compreender a Organização Espacial como um fenômeno de Gestão, definir quais são as bases analíticas da Administração Política do Espaço Geográfico e antever as suas respectivas formas de aplicação.

A contribuição que se aventa promover para o conhecimento como um todo, mas, especialmente para a Administração Profissional é a de se objetivar o Espaço Geográfico como mais um dos seus temas de pesquisa, esse que era um dos poucos assuntos sobre os quais a referida ciência se mantinha em majestático mutismo.

A Administração Política, claramente, também sai com mais do com que entrou nesta pesquisa, porque com a admissão da questão geográfica em seu alforje conceitual, ela

passa a deter um maior nível de concretude em seus meios de problematização sobre e intervenção na realidade social.

Por fim, muito embora esta não seja uma pesquisa exploratória ela encarrega-se como um esforço seminal, o que implica aceitar que ela é uma peça incompleta e ainda em formação, consciente de suas falhas e, mais ainda, do empenho que empregou para assim poder retribuir à sociedade todo o apoio recebido.

2. EXPOSITOR TEÓRICO

Nesta seção são apresentados os suportes discursivos desta tese, os fundamentos nos quais são construídas as defesas argumentativas e as bases conceituais das proposições aqui apresentadas, de modo que seja possível a quem manuseá-la apreender as raízes que geraram as suas constatações.

Dessa forma, são trazidas à baila as duas estruturas teóricas que norteiam toda a pesquisa: as definições basilares do campo da Administração Política, residentes em seus textos seminais e em seus comentaristas, além da visão de Organização Espacial defendida pelo intelectual baiano Milton Santos. A primeira como referencial científico da ação administrativa e a segunda como chave de interpretação dos determinantes das transformações na paisagem.

Foi esperado que essa exposição permitisse identificar pontos tangenciais entre esses dois arcabouços, algo que é de extrema importância para esta pesquisa, uma vez que os seus objetivos somente seriam alcançados se fosse lógica a percepção de que as transformações espaciais são resultados de uma ação gestonária.

A discussão em torno da Administração Política se deu, primeiramente, pela apresentação de seus princípios, tópicos conceituais e noções preliminares. Em seguida foi promovida uma apresentação na qual se argumentou em defesa da Gestão como principal objeto de pesquisa da Administração Profissional e, por remate, foi feita uma exposição sobre a importância do ente estatal para o referido campo.

Longe de ser exaustiva, essa subseção buscou suscitar os temas de maior importância para o campo e tem por finalidade apresentar quais os pontos que podem ser passíveis de apropriação por parte da análise geográfica do desenvolvimento socioeconômico, enquanto um fenômeno gestonário.

Já a segunda parte do presente segmento tem por finalidade expor aqueles pontos do discurso miltoniano que expressam a Organização Espacial como um evento de Gestão, o que cancelaria a propositura feita por esta tese de que esse também é um tema para a Administração Política.

Por isso que, dentro da profícua obra do referido autor baiano, a opção feita foi pela natureza do Espaço, por sua forma de Gestão e pelos padrões de difusão das inovações. Essas seriam suficientes para comprovar a validade da hipótese gestonária do citado fenômeno geográfico.

2.1. A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA

Nesta subseção será abordada a estruturação conceitual do campo da Administração Política: sua existência como um fato social no decorrer do tempo, as fundamentações teóricas do campo construído, a importância da Gestão como objeto principal de pesquisa, a emergência do protagonismo estatal e uma descrição fática de suas principais críticas.

2.1.1. A Administração Política como um fenômeno histórico

Nas palavras de R. S. Santos (2009), a Administração Política se refere às formas pelas quais as sociedades se coordenam e se normatizam com o fito de estruturarem os meios e a conduta no âmbito do circuito produtivo, ou seja, os seus formatos de gestão das relações sociais de produção.

Caribé (2008) vê como concretização da Administração Política a miscelânea de intenções, atitudes e de discursos pelos quais as elites (políticas, econômicas, institucionais e etc.) planejam, condicionam e justificam as formas e as trajetórias assumidas pelas sociedades em suas trajetórias de desenvolvimento.

Gomes (2007), por seu turno, chega a definir a Administração Política como o conjunto de processos históricos de organização da produção social e sua distribuição, que tem por finalidade a garantia da existência material da sociedade que são de um modo tão enraizado que qualquer ruptura com essas formas de intervenção gestonária pode implicar em alterações estruturais de tal monta que podem propiciar em novas formas de organização social.

De modo mais específico, a Administração Política abarca toda uma série de decisões que se atrelam ao “que fazer” e ao “como fazer”, ou seja, tangencia a mobilização dos insumos e ferramentas necessários para se edificar um projeto de nação (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; T. C. S. SANTOS, 2009).

Sob a perspectiva de R. S. Santos e Gomes (2010b) a existência de uma Administração Política estabelece o seu pouso nas estruturas econômicas das sociedades, sabendo que tais construções e seus respectivos processos se dão nos espaços de decisão, coordenação e controle. Conforme apregoa Granado (2016), à Administração Política

interessa compreender as trajetórias de institucionalização dos modelos de gestão das relações sociais produtivas numa dada espacialidade, num dado momento.

Também a identificando como um fenômeno histórico, Caribé (2008) declara que a Administração Política promovida pelos povos sempre foi resultado de um processo cognitivo baseado na racionalidade instrumental, cuja sistematização sempre esteve a cargo das mais diversas formas de conhecimento.

Tude, Cunha e Rodrigues (2010) embarcam nesse viés histórico e declaram que a Administração Política é um fenômeno social que acompanha o ser humano desde suas eras mais antigas e começa a surgir como decorrência do aumento da complexidade do cotidiano tribal.

Contexto esse propício para a ampliação das ações de Administração Política, uma vez que o controle das pessoas não pode se dar ao luxo de apenas se concentrar no interior das unidades produtivas, ele requer, também, a absorção de todas as formas de interação diretamente ou indiretamente relacionada com as formas de se acumular, alocar, criar ou distribuir riquezas, ou seja, que esteja vinculada ao circuito produtivo (CARIBÉ, 2008).

Conforme prega J. U. Ribeiro (2006), as fontes decisórias de qualquer que seja a sociedade tem o seu nascedouro localizado por trás do seu aparato institucional ou de sua estrutura governamental e elas têm a sua dinâmica determinada pelos interesses das classes dirigentes, ainda que ela permita algum grau de mediação por parte dos segmentos submetidos.

Ou seja, no limite, são os grupos sociais dominantes que vão dar a tônica da estruturação política de determinada sociabilidade (tanto no círculo público quanto privado), de modo que a formação social, o tipo de relação de dominação e o feitio de sua respectiva Administração Política são elementos que se mesclam (TUDE; CUNHA; RODRIGUES, 2010).

Afinal, estrutura produtiva e discurso ideológico são fenômenos correlatos, que dialeticamente se retroalimentam, onde um influencia o outro e juntos vão modelar o jogo entre as forças políticas, definindo hegemonias e submissões, bem como moldar a agenda socioeconômica dominante (FONSECA, 2011).

Do mesmo modo, são atos de poder que determinam quais condutas e discursos podem ser aceitos pelo circuito produtivo e, do mesmo modo, vão definir a quem será

atribuído essa capacidade coordenativa, ou seja, quem se assumirá como sociedade central que controlará a funcionalidade das demais sociedades, de modo que modificações no sistema central sempre afetará a trajetória dos demais subsistemas (PEDRÃO, 2011).

Caribé (2008, p. 32) dá uma pista por onde se começar a compreender o que vem a ser Administração Política quando afirma que “A Administração Política é, ao mesmo tempo, esta prática e o discurso que a esconde”. No entanto, é preciso deixar claro que essa declaração, em si, não encerra toda a questão conceitual sobre o tema. Uma definição mais ampla do conceito é dada da seguinte forma:

[...] compreendemos que a administração política vai além: corresponde ao conjunto das manifestações organizativas do processo social de construção da materialidade, resultantes de ações planejadas e não planejadas, ativas e passivas, de classes e frações de classes, em determinado período histórico, no espaço societário. Trata-se de um processo concreto de sustentação de uma ordem, de execução do projeto de uma classe, mas que, sobremaneira, não está isento de conflito e de contradições, por ser, enfim, a ligadura social entre os individualizados agentes econômicos na trama do capitalismo. (CRISTALDO; PEREIRA, 2008, p. 83).

Sob a égide de tais palavras, fica claro que a Administração Política é o conjunto de procedimentos (factuais e/ou discursivos) pelos quais uma classe dominante gerencia a adesão e a conduta dos seus dominados aos seus interesses no âmbito do desenrolar do circuito produtivo.

Tal contexto monta uma estrutura na qual os laços econômicos entre os agentes vão influenciar a modelagem dos valores, dos princípios e dos interesses pertencentes a cada grupo social que acabam por refletir no modo pelo qual o Estado vai definir suas ações de regulamentação e intervenção (BAPTISTA; MATOS, 2017).

Por sinal, Tude, Cunha e Rodrigues (2010), incorporando o espírito weberiano, definem a Administração Política como um aparato e um conjunto de princípios pertinentes à estruturação de comandos de coordenação que proporcionam a proeminência política de um dado grupo social dominante por sobre a normatividade das relações sociais de produção, em conformidade com os seus próprios interesses.

Caribé (2008) exorta que, em verdade, todo o arcabouço teórico da Administração Política e todos os seus esforços de compreensão do real devem se pautar pelo escrutínio dos modos pelos quais uma dada classe social se impôs por sobre as demais, intencionalmente

transformando em verdades inquestionáveis simples interesses de classe.

Cristaldo e Pereira (2008) alegam que, a cada mutação dos padrões de acumulação do modo de produção capitalista, não apenas as formas de produzir internas às firmas se modificam, mas, também, os mecanismos de organização das relações sociais de produção também são alterados.

Aceitar isso implica, então, bem ao gosto da tradição marxista, em conceber a sociedade como fruto de sua forma de produzir. Logo, por assim dizer, sem uma concertação social – calcada no convencimento e na coação – não há como colocar em movimento as forças produtivas. Corolário: a Administração Política.

Abordada como um fenômeno social, a Administração Política, difere da Administração Profissional pelo fato de que aquela é um edifício erigido por toda a Sociedade (mas não de modo simétrico) e essa última, circunscreve-se basicamente às Firms (A. L. N., SANTOS, 2009), ainda que possa promover efeitos gerais, as chamadas externalidades.

Em consonância com o declarado por Gomes (2007, p. 113) uma Administração Política pode ser utilizada para “legitimar mudanças estruturais e a constituição de novas funções estatais [...] capaz de estabelecer e promover as condições [...] políticas suficientes para o processo de reprodução capitalista”.

Para fins de manutenção e reprodução, todos os modos de produção possuem um conjunto de formatos de Administração Política historicamente definido (CARIBÉ, 2008), no modo de produção capitalista, a sua precípua função é a de se garantir a expansão dos níveis de acumulação sob o domínio burguês e, para tanto, a Gestão das relações sociais de produção se obriga a conformar o circuito produtivo dentro desses moldes (CRISTALDO; PEREIRA, 2008).

A Administração Política se apresenta como um novo campo da aqui denominada Administração Profissional. Ela emerge como um meio de se cobrir uma lacuna que, muito embora tenha sido historicamente escondida sob um espesso cobertor de silêncio, permanecia aberta desde os seus anos inaugurais: a Administração do Desenvolvimento.

Surgindo de debates ou, como são tradicionalmente referenciados, de inquietações de um grupo de pesquisadores da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (UFBA), capitaneados pelos professores Dr. Reginaldo Santos e Dra. Elizabeth Ribeiro, o novo campo tem como marca um olhar mais amplo sobre aquilo o que se costuma chamar de ação administrativa.

2.1.2. O Campo da Administração Política: a construção de um conceito

Muito embora seja um fenômeno antigo, que acompanha o ser humano desde os passos inaugurais do seu processo de hominização e da emergência das sociedades de classes, o estabelecimento da Administração Política como um campo do conhecimento autônomo é algo que somente vem acontecer em fins do Século XX, muito embora haja perspectivas, nas mais diversas ciências sociais, que se dirigiram nesse sentido nos mais diversos segmentos das ciências sociais (TUDE; CUNHA; RODRIGUES, 2010).

A Administração Política deve ser recepcionada como uma disciplina acadêmica que tem por objetivo primeiro elucidar a contribuição da Gestão no desenvolvimento econômico, social e ambiental sob os mais variados cortes espaciais, ou mesmo conceituais, como a própria organização (SANTOS, R. S., 2010).

De acordo com R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993), a Administração Política é mais apropriadamente definida como o modo (SUBSTITUA MODO POR FORMAS) pelo qual o Estado se estabelece e se organiza para conduzir o processo das relações sociais de produção, por meio da indicação das ações e dos programas econômicos e sociais mais adequados para tal desígnio.

Filippin (2017), em sua contribuição, vê nos estudos e questionamentos basilares do campo da Administração Política um esforço para se tentar compreender as múltiplas dimensões do Estado capitalista a partir de uma reinterpretação da evolução do próprio modo de produção no Brasil.

Por sua vez, E. M. Ribeiro (2008, p. 13) ao resgatar os momentos iniciais do campo, estabelece que o “conceito de *Administração Política* vai estar, portanto, intimamente vinculado e/ou condicionado aos ditames das novas exigências nas relações entre o governo e a economia e entre a economia e a sociedade”.

Filippin (2017) enxerga nessa síntese a sugestão de que a Administração Política apresenta-se como uma fase suplementar da Economia Política que, segundo aquele autor, responderia pelo “que” e pelo “porque”. Caribé (2008) também compartilha dessa percepção e, em adição a isso, declara que aquela – enquanto uma construção ideológica – transforma-se em regra de fé e prática dessa última, que precisa ser elevada à condição de ciência dada a necessidade de se identificar mais claramente os desatinos da aventura humana.

Não por acaso que a Administração Política assume o objetivo de:

...compreender a gestão estatal e a gestão das relações entre o ente público e a sociedade, ou seja, compreender como a produção capitalista no Brasil se organiza e passa por modificações, reformas ou mudanças, a partir do processo histórico de construção e reconstrução das relações entre o Estado e a economia capitalista periférica e a gestão dessas relações no contexto dos conflitos de classe (SUMIYA, SILVA e ARAÚJO, 2014, p. 41)

Todavia, A. L. N Santos (2010) não vê na construção do campo da Administração Política um rompimento epistemológico com os ditames da Administração Profissional, pelo contrário. Promovendo uma reinterpretação de R. S. Santos (2009), o primeiro desses autores alega que o novo campo mais se apresenta como uma extensão dessa última área do conhecimento – com o mesmo ocorrendo em relação à Economia Política – por conta do preenchimento de uma lacuna existente sobre as formas de coordenação e normatização (Gestão) das relações sociais de produção.

Logo, a Administração Política procura:

[...] dar à Administração e seus cursos superiores um foco mais amplo, a gerência do próprio Estado e das relações sociais de produção e distribuição para ser mais preciso, e assim mostrar os limites da Economia Política que tentara sem sucesso ou dar conta da gestão das instituições, ou menosprezar a gestão por considerar objeto secundário (CARIBÉ, 2008, p. 33).

Em assim sendo, na pura acepção das palavras, a que se digna significar o termo Administração Política? Uma resposta crível e adequada aos objetivos desta pesquisa pode ser arrancada da junção da definição de Política dada pelo imortal João Ubaldo Ribeiro com o conceito de Administração dicionarizado pelo Professor Paulo Sandroni.

Aqui entende-se a Administração como o “conjunto de princípios, normas e funções cuja finalidade é ordenar os fatores de produção de modo a aumentar a sua eficiência” (ADMINISTRAÇÃO, 1999), por seu turno, J. U. Ribeiro (1998) precisa a Política como o processo por meio do qual os interesses dos agentes são cambiados em metas (ou objetivos) sendo, após isso, convertidas em decisões efetivas.

De forma indulgente, então, pode ser dito que a Administração Política trata do esforço combinado de, a partir de uma dada cesta de interesses, se determinarem os

objetivos prioritários e de se coordenar a ação produtiva a fim de que tais desideratos sejam atingidos da forma mais eficiente possível.

Sob uma óptica mais estrita, a Administração Política é a condução gestonária das formas de organização produtiva da sociedade, desde os seus aspectos mais concretos – como o modo de produção – até os seus pormenores mais fluidos, como a intencionalidade por trás dos espíritos das leis.

Assumindo um perfil de forte teor normativo, a Administração Política apresenta um alto nível de generalidades e abstrações e se afasta enormemente do perfil de intervenção da Administração Organizacional, cuja natureza é tão somente descritiva e explicativa (SANTOS, E. L., 2014).

A ascensão do campo da Administração Política se apresenta como algo de grande importância para a Administração, enquanto ciência (e, não, ideologia), porque ela vai permitir a essa última também poder se pronunciar sobre as formas pelas quais as sociedades se organizam para poder criar riquezas (CARIBÉ, 2008).

A Administração Política, tangenciando elementos da Administração Profissional Clássica, se pauta teoricamente pela Gestão como objeto de estudo, a noção de uma temporalidade própria dos atos gestonários e a tomada de decisão como predicado fulcral da boa Gestão, mas, diferentemente daquele arcabouço teórico, se apresenta como um constructo normativo politicamente orientado (SANTOS, A. L. N., 2010).

Analogamente, a Administração Política se refere à formulação de uma estrutura de coordenação que se proponha a conduzir os formatos das relações sociais de produção que vão resultar em ações gerenciais que lhes darão corpo e sentido (R. S. SANTOS; GOMES, 2010a). Nesse sentido, involuntariamente, o economista sueco Gunnar Myrdal (1898-1987) entreabre uma porta para a Administração Política quando afirma que:

A política é uma arte limitada pelo real e pelo possível, e justamente por essa razão pode recorrer à ajuda da ciência econômica. O político pode esperar que o economista explique a situação real e apresente os efeitos de diferentes maneiras de ação a respeito da mesma situação inicial. Mas o cientista não deve se aventurar além disso. **Se pretende ir além, necessita de outra série de premissas que não está à disposição da ciência: um juízo de valor para orientá-lo na escolha dos efeitos que são politicamente desejáveis e os meios possíveis para completá-los** [grifo nosso] (MYRDAL, 2017, p. 26).

Nas palavras desse teórico europeu, os suportes conceituais da ciência econômica limitam o seu perfil de intervenção ao entendimento da realidade do circuito produtivo e à proposição das formas de intervenção, fazendo com que a condução dessas prescrições ficassem a cargo de outra forma de saber. Na opinião de R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993) e de R. S. Santos (2009, 2010) esse seria o papel da Administração Política.

Por conta disso, E. L. Santos e Santana (2010) argumentam que, se o desenvolvimento econômico é produto de uma combinação interacional entre Sociedade, Estado e mercado, esse não pode ser um tema que possa passar ao largo da ciência administrativa, e não apenas sob sua perspectiva empresarial, mas também social.

Em consonância com o proferido por Bomfim (2010, p. 18), é visto que a “[...] Administração Política coloca-se como possibilidade de crítica à gestão das relações sociais, para além do âmbito empresarial, podendo contribuir para o debate do desenvolvimento epistemológico da Administração [...]”.

A Administração Política se envereda por esses caminhos no ímpeto de compreender como os centros de decisões do circuito produtivo afetam as relações sociais de produção no intuito de não só conhecer, mas, também, de poder indicar quais são os meios e os modos mais adequados de se alcançar pontos ótimos de bem-estar social (R. S. SANTOS; GOMES; 2010b).

Não por um acaso, os estudos originários do campo da Administração Política, no mais das vezes, se valem de uma estratégia metodológica de base histórica, principalmente jogando luzes sobre a evolução das forças produtivas, com o fito de se resgatar a relevância da análise crítica tendo por suporte a concretude das relações sociais de produção (CAMPOS; FERRAZ, 2016).

Em adição a isso, nos escritos basilares do Campo da Administração Política é encontrada a defesa de que:

[...] devemos pôr a administração política em confronto com a economia política. Desse modo, se a economia política, no plano da materialidade humana, responde pelo “que” e “por que” fazer, ou seja, pelas possibilidades de produção, da circulação e da distribuição de bens materiais, a administração política tende a responder pelo “como fazer”, ou seja, pela concepção do modelo de gestão para se chegar à finalidade. Conceber a gestão da materialidade das relações sociais constitui o objeto, portanto essência, da administração. Aqui o campo próprio da ciência administrativa — a Administração Política (R. S. SANTOS, 2009, p. 40).

Em Cristaldo e Pereira (2008), o Campo da Administração Política é visto como o espaço dedicado a pesquisar sobre o caráter gestor dos modos de produção, principalmente o capitalista, onde esse se daria por meio de uma articulação sistêmica imanente voltada para a justificação do *status quo*. No que se torna defensável assumir que:

Ficou mais que evidente que a gestão e coordenação dos centros de decisão que influenciam a organização social, em sistemas complexos, devem ser exploradas cientificamente pela crítica da administração política e com a responsabilidade de retomar os aportes epistemológicos e metodológicos das ciências sociais não positivistas e reducionistas. (R. S. SANTOS; GOMES, 2010b, p. 7).

A. L. N. Santos (2010) coloca os estudos da Administração Política entre aqueles que, por professarem preocupações com os modos de regulação política das relações sociais de produção, tomam a racionalidade substantiva como chave interpretativa dos seus estudos e de suas prescrições, com um posicionamento mais afastado da lógica epistêmica formal.

No entanto, essa abordagem não cobre a real situação da Administração Política como um todo. Isso porque ela não é uma teoria que procura explicar a conduta coletiva no âmbito do circuito produtivo, em absoluto. Em verdade, ela é um campo que tem por objeto essa mesma realidade. A escolha metodológica e epistemológica fica por conta de quem dela se vale.

De acordo com Filippin (2017) o percurso da Administração Política se entremeia por uma diversidade de fontes teóricas que vão desde a Administração Clássica até a o Institucionalismo, passando pelos estudos de Guerreiro Ramos e pelos ditames da Economia Política.

A Administração Política, em seu esforço de construir uma teoria interpretativa, arroga para si a responsabilidade de formular explicações robustas que propicie o claro entendimento acerca das disfuncionalidades e carências que incidem por sobre as sociedades, podendo assim “encaminhar, aconselhar e dirigir soluções para o enfrentamento dos problemas que” atravancam o desenvolvimento humano (SANTOS, R. *et al.*, 2016, p. 1034).

Bonfim (2010), quando da gênese do campo, consegue identificar dois momentos de reconfiguração da definição básica de Administração Política: a primeira, em R. S. Santos (2009), onde ela se voltava para a Gestão utilizada pelo ente estatal para promover o bem-

estar geral e com E. M. Ribeiro (2008), quando essa autora expande a responsabilização do Estado não apenas a geração e dispersão do bem-estar, mas também com os mais variados aspectos assumidos pelo sistema econômico.

Contudo, sendo visualizada como um campo do conhecimento, a Administração Política ainda está em sua fase inaugural e, como bem lembram E. L. Santos e Santana (2010), ela reclama por maiores esforços de revisões, de leituras e de contribuições e por maiores diálogos com as mais diversas modalidades científicas para que possa, enfim, arquitetar uma estrutura conceptual que admita uma forma de se interpretar e especular sobre o devir social.

Por sinal, E. M. Ribeiro (2012) deixa claro que a Administração Política procura se distanciar o máximo possível do funcionalismo instrumental adotado pela Administração Profissional, haja vista que não se é possível assumir que a prática administrativa seja algo socialmente neutro, cujo apego à tecnicidade prática não, em verdade, um modo de intervenção político-social.

Logo, a Administração Política procura:

[...] dar à Administração e seus cursos superiores um foco mais amplo, a gerência do próprio Estado e das relações sociais de produção e distribuição para ser mais preciso, e assim mostrar os limites da Economia Política que tentara sem sucesso ou dar conta da gestão das instituições, ou menosprezar a gestão por considerar objeto secundário (CARIBÉ, 2008, p. 33).

De modo semelhante, a Administração Política é uma estrutura teórica que deriva do pressuposto de que toda e qualquer ação administrativa – nos mais diversos graus – acaba por promover modificações na qualidade das relações interpessoais, no contexto organizacional e na própria tessitura social, em qualquer período histórico e em qualquer espacialidade (RIBEIRO, E. M., 2018).

Araujo (2012) situa o processo de criação e evolução do movimento edificador do campo da Administração Política como resultado de uma mobilização intelectual e interventiva de um conjunto de cientistas sociais que anseiam não apenas especular sobre a necessidade de transformar positivamente – do ponto-de-vista coletivo – o desenrolar das relações sociais de produção, mas, também, por em movimento a roda desse mesmo transcurso.

Ressalte-se que, apesar de toda a sua preocupação dos seus estudos iniciais com o

modo de produção capitalista, principalmente nas últimas décadas, o conceito de Administração Política e as suas respectivas interpretações do não estão presos à realidade específica do referido sistema econômico, uma vez que o seu raio de alcance se move em função das direções dialeticamente tomadas pelas formas de gestão das relações sociais de produção, em qualquer tempo ou espaço (CAMPOS; FERRAZ, 2016)

Paço Cunha (2019) realça o fato de que os tópicos fundantes da Administração Política se postam contrários às proposições conceituais acríticas presentes em boa parte dos estudos do campo aqui denominado Administração Organizacional, além de travar diálogos mais densos do ponto de vista teórico com os mais variados setores do pensamento social brasileiro, indo esse arco da administração pública até a escola marxista, com especial foco no debate com os preceitos da economia política.

Por sua vez, Sumiya, Silva e Araújo (2014) também registram que os postulados da Administração Política rejeitam a superestimada atenção dada pela Administração Organizacional ao “chão de fábrica”, onde essa acaba esquecendo-se das relações travadas pelos demais agentes econômicos numa ambiência que se alastra para além do que seria o interesse de simples *stakeholders*.

Assumindo um posicionamento mais próximo aos trabalhos seminais do campo da Administração Política, Granado (2016) concebe uma separação entre os aspectos internos e externos do referido segmento teórico. Sob o prisma interno, ele se estruturaria sobre os modos de condução do desenvolvimento sócio econômico. Sob a perspectiva externa, essa se consubstanciaria nos modos e nos processos de inserção no concerto das nações.

Acedendo também a tal acepção, Gonçalves, Vilas Boas e Pereira (2016) também assumem essa posição mais tradicional do campo da Administração Política e o localiza como a área de estudos incumbida de compreender os formatos de Gestão do desenvolvimento e circunscreve a ação estatal nos limites da responsabilidade pela execução do projeto de nação que decorre do conjunto de preferências sociais.

A Administração Política, deve ser recepcionada como uma amálgama da conduta gestonária dos agentes econômicos inseridos em três estamentos distintos – Sociedade, Modo de Produção e Estado – que vão determinar os meios pelos quais o circuito produtivo promoverá o atendimento das necessidades que constituem a materialidade cotidiana.

Conforme proclama E. M. Ribeiro (2012), o nascente campo da Administração Política procura refletir sobre as formas pelas quais as práticas administrativas se metamorfoseiam em conhecimento e, de modo análogo, como essas mesmas ações se

transmutam em tecnologias de gestão com características sociais.

Nesse sentido, para cada uma das instâncias socioeconômicas, R. S. Santos (2009) estabelece uma incumbência e uma base de intervenção, conforme descrito a seguir:

- Sociedade – determinada pelo conjunto de indivíduos e instituições, surge como a fonte das demandas a respeito da necessidade de bem-estar geral;
- Modo de produção – no caso atual, o Capitalismo. É o responsável pela concepção e operacionalização da base técnica e operacional com vistas aos níveis de bem-estar demandados;
- Estado – Servindo de elemento estabilizador, ele é o estuário das demandas sociais por maiores níveis de bem-estar geral e dinamismo do processo de redistribuição.

França Filho (2009, p. 145), ainda que involuntariamente, dá pistas do raio de atuação da Administração Política quando categoriza as organizações a partir de suas respectivas lógicas dirigentes em três classes distintas (Firmas, Estado e Não-governamentais) e sugere pontos de tangências suas nas orlas de intervenção, onde tais interações exigiriam uma forma conduta que iria para além de seus escopos.

Daí pode se inferir que, se internamente a essas entidades mostra-se cabível a aplicação dos ditames da Administração Organizacional, nas arestas entre elas, contudo, as formas de relação, agora derivadas de um viés societal, seriam da exclusiva alçada da Administração Política.

E. L. Santos (2014) qualifica a Administração Política como um campo da Administração Profissional cujo objetivo é o de orientar a promoção do bem-estar geral, pautando-se por valores tais como desnaturalização, emancipação e libertação, no qual o controle é realizado socialmente tendo a sua avaliação como decorrência dessa ação de supervisão.

Defender a existência de um campo científico como a Administração Política é tomar como certo que toda e qualquer ação administrativa – dado o seu caráter conceitual de intervenção e/ou condução – é, em verdade, uma expressão concreta de uma intencionalidade de uma vontade previamente construída (RIBEIRO, E. M., 2012).

A abordagem da Administração Política se realiza num plano macroestrutural, inter-relacionando os movimentos do Estado, da Sociedade e das organizações privadas,

trazendo à superfície um conhecimento até então ignorado pela Administração Profissional, muito embora tenha sido o óbvio: os destinos de uma coletividade é resultado das relações que ocorrem em seu interior (SUMIYA, SILVA e ARAÚJO, 2014).

Justen *et al.* (2017), por sua vez, definem a Administração Política tanto como um campo de conhecimento quanto como uma prática social e um movimento que tem como foco a responsabilização do administrador com temas tais quais como Gestão do desenvolvimento, relações de produção e distribuição da riqueza, e que visa se colocar como um contraponto às platitudes do *mainstream* da Administração Profissional.

Alternativamente, pode ser também aceito que:

... a Teoria da Administração Política do Desenvolvimento se posiciona como uma teoria social de natureza política, ideológica, propositiva de ações transformadoras e condutoras de um desenvolvimento crítico, não performático e libertário. Ele concede à Administração a possibilidade de pensar e agir a um só tempo os macroprocessos das relações sociais de produção... (SANTOS, E. L., 2014, p. 219)

Dessa forma, categorias como produção, poder e relação de poder, a distribuição, o consumo e o consumidor, o Estado e as suas facetas enquanto instrumento de dominação e teatro de intervenção dos mais diversos interesses, são temas atinentes ao referido constructo teórico (JUSTEN *et al.*, 2017).

A Administração Política refuga abordagens de perfis meramente funcionais e mercantis e, com base numa conduta inquisitiva e, ao mesmo, propositiva, procura compreender a realidade produtiva assumindo essa como uma totalidade, onde se imiscuem as mais diversas facetas do desenvolvimento humano (SUMIYA; SILVA; ARAÚJO, 2014).

O empenho intelectual que gravita em torno dos estudos constituintes da Administração Política, se destina a construir uma epistemologia particular, tecer uma série de críticas à exacerbada visão instrumental que permeia a Administração Profissional nacional e, principalmente, a se estabelecer como um campo do conhecimento científico, sendo que a promoção de uma refletida apreciação sobre os perfis de regulação das interações sociais de produção (via mediação estatal), a exigência de respeito às particularidades do país quando dos momentos de teorização, o apelo ao espírito democrático como princípio unificador e a busca pelo bem-estar geral são as suas marcas primeiras (PAÇO CUNHA, 2019).

Daí se infere que se mostra passível de ser sustentado o argumento de que as

diferenças entre tais interregnos se dá no sentido de que a temporalidade organizacional é funcional, normativa e burocrática, delimitada pelo prazo da produtividade e do lucro, ao passo em que a temporalidade social é ampla, difusa, recursiva, interativa e iterativa, estando sempre à mercê das forças políticas, não necessariamente partidárias e se resume ao prazo requerido para que as ações administrativas redundem na ampliação do bem-estar geral.

Medeiros Jr. (2017) defende que essa temporalidade social é um aspecto inerente à Administração Política de uma dada sociabilidade, uma vez que ela é fruto da ação gestonária dos agentes econômicos, principalmente quando esse planejamento se refere à adoção de medidas em busca da promoção de uma situação de pleno emprego.

Sob uma perspectiva complementar, a Administração Política pode ser vista como parte integrante da Administração do Desenvolvimento, que vem a ser o campo do saber vinculado à ciência administrativa que tem por escopo o estudo de formas de aplicação de ações gerenciais que possam promover a evolução e o crescimento dos lugares e das organizações, sob a perspectiva social, a econômica, a política e a humana (SANTOS, E. L.; SANTANA, 2011).

Aos olhos das criações teóricas originais do campo da Administração Política, a emergência de uma sociedade com melhores condições de distribuição de renda e riqueza social é um projeto que já se encontra vencido, precisando que a Sociedade tome consciência de seu papel de elemento provocador dessa situação (SANTOS, R. S. *et al.*, 2007).

O método de organização da vida em sociedade, segundo os cânones da Administração Política, se assenta na orientação de que, Para Qualquer Nível de Renda (PQNR), a sociedade deve adotar um esquema de distribuição de bem-estar que atendam aos níveis humanitariamente aceitáveis, em não sendo esse desiderato atingindo, é de responsabilidade da própria sociedade mobilizar seus recursos no sentido de expandir sua riqueza até alcançar o seu objetivo (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S., 2009).

Os princípios aos quais está submetido o modelo PQNR são três (SANTOS, E. L., 2014):

- Só construir algo novo após a total depreciação da estrutura existente;
- Relativização das hierarquias envolvidas com os processos administrativos;

- Um projeto de nação não pode ficar premido pela temporalidade administrativa/normativa /burocrática, mas sim pela temporalidade teórica de execução do projeto.

Justen *et al.* (2017) destacam dois avanços incrustadas no arcabouço proposto pelos estudos do campo da Administração Política:

- A imbricação da Administração com as formas de desenvolvimento socioeconômico e, nesse contexto, com os entraves provocados pelas contradições geradas pelo modo de produção capitalista no processo de geração e ampliação dos níveis sociais de bem-estar;
- A constatação de que as relações sociais de produção não se circunscrevem apenas às unidades organizacionais particulares, podendo essas se colocar como o alvo de ações de planejamento e regulação governamental.

De modo complementar, os estudos e as pesquisas no campo da Administração Política diagnosticam também que existe uma hipertrofia de base neoclássica e funcionalista na produção acadêmica da Administração Profissional e que essa necessita, também, se voltar para as mais sortidas formas de Gestão das relações sociais, independentemente do período histórico e do sistema de produção (SANTOS, R. S. *et al.*, 2016).

Administração Política, além de pôr em xeque as teorias clássicas da Administração Profissional, ela atua no sentido de interpretar a correlação entre o Estado, a sociedade e suas organizações. É a partir desta correlação que resulta da sociedade a definição do nível de desenvolvimento pretendido, ao Estado cabe a manifestação política destas pretensões e às organizações incumbe ou não pôr em movimento os instrumentos para o alcance dos itens anteriormente determinados (SANTOS, R. S., 2009).

Conforme R. S. Santos *et al.* (2017), os debates sobre a relação entre administração e política estão presentes na área de administração, particularmente nos estudos clássicos sobre administração pública, assim como no campo da ciência política, há mais de um século, porém, é somente a partir da década de 1990 que a Administração Política se apresenta como mais um Espaço de debates sobre o desenvolvimento social.

No âmbito da Administração Política, as relações que se constroem entre a política

econômica, o cenário internacional, a correlação das forças políticas e econômicas e a ideologia vigente, ao passo que dão suporte ao modelo econômico existente, influenciam a condução das políticas públicas e a qualidade de vida das pessoas numa determinada sociedade (GOMES, 2012).

A interação entre essas entidades, ao ver da Administração Política, se dá num sentido em que a Sociedade se mostra capaz de definir o nível de bem-estar ao qual deseja, o Estado manifesta politicamente essas preferências e as Organizações – enquanto membros executores do Capitalismo – podem pôr em movimento suas ferramentas para o alcance desses objetivos (SANTOS, R. S., 2009).

De modo pormenorizado, a dimensão da Sociedade se expressa através das necessidades individuais, materializadas nas demandas sociais, ao passo em que a dimensão do Estado tem o seu mister mediado por meio da capacidade de planejamento e de execução de políticas públicas, enquanto que a dimensão do Mercado se apresenta como o meio da capacidade que os demais campos do conhecimento e de práticas sociais devem ter para implementar (executar) o projeto de nação e/ou o projeto de sociedade (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017).

Assim, mostra-se inadequado – e até certo ponto, impossível – tentar compreender a realidade social a partir de uma única ciência social concreta, sendo que a interpretação dessa totalidade pode ser feita por diversas disciplinas – dentre as quais a Administração Profissional – que se diferenciariam pela forma como elas objetificam tal fenômeno, ou seja, o aspecto da sociedade por ela abarcado (SANTOS, M., 2008).

Dessa forma é preciso frisar que:

O fortalecimento da Administração Política, entretanto, poderia lançar novos olhares para a dimensão micro que, embora orientada para uma visão mercantilista, basearia suas ações e decisões a partir de uma perspectiva que incluísse o componente social. [...] pois, o conhecimento gerado pela Administração Política busca dar a devida relevância às pulsões de vida no processo de interpretação da realidade social. Ou seja, ao invés de preocupar-se com a reprodução das estruturas dominantes da sociedade atual, procura criar condições para a sua transformação, na medida em que coloca novas lentes sobre as dimensões macro que condicionam a vida nas organizações. (SUMIYA; SILVA; ARAÚJO, 2014, p. 45).

Do que daí pode ser extraído que, ao propugnar pela compreensão dos macroprocessos que ocorrem no seio da Sociedade como meio de intervenção, a

Administração Política fornece a essa mesma um caminho para entender a sua própria constituição e sua própria conduta.

2.1.3. A Gestão como objeto

Nesta subseção todo esforço se direciona no sentido de determinar a Gestão como o objeto de pesquisa da Administração Profissional, seja para a Administração Profissional, que se ocupa das relações de produção internas às entidades, quanto para a Administração Política, que arroga para si o entendimento das relações sociais de produção. E, no caso dessa última, isso é algo sobremaneira crucial.

Isso porque a adoção da Gestão como seu principal objeto de estudos livra a Administração Profissional das amarras impostas pela aceitação da Organização – nesse sentido vista como um fenômeno social - como seu elemento fulcral. Sem essa trava, ela pode jogar luzes por sobre um campo desde suas origens negligenciado: as relações sociais de produção.

Um aspecto até aqui eclipsado é que ao se dedicar ao estudo do campo da Administração Política, também se está a promover um resgate epistemológico da ciência administrativa, levantando-se questões sobre os mais diversos temas dessa área, com especial destaque para o seu objeto (OLIVEIRA JÚNIOR, 2010).

É preciso salientar a importância da determinação da Gestão como objeto primordial da Administração Profissional. Sem isso, não há como essa ciência se debruçar sobre as formas assumidas pelas relações sociais de produção. A manutenção da Organização, enquanto fenômeno social, como o objeto do campo limita o seu raio de ação, posto encerrar o seu foco nos limites das paredes organizacionais, mesmo quando o tema é a Gestão social.

Por isso que é necessário desconstruir os argumentos em favor da Organização como objeto da Administração Política e reconstruí-los em termos da Gestão assumindo esse papel de protagonismo. Essa reestruturação passa, inclusive, pela caracterização morfológica do termo “Organização”, a fim de determinar qual o sentido que ele carrega consigo.

Segundo Caribé (2008), ao desenrolar questionamentos sobre o “o que”, o “por que”, o “como” e até o “para quem” se produzir o conceito de Gestão traz para si claros predicados políticos, reforçando essa declaração com o fato de que as respostas a tais perguntas também

estão eivados da visão de mundo de quem as constrói.

Revisitando autores institucionalistas, E. L. Santos e Santana (2010) detectaram que muito dos temas tangenciados por aqueles escritores – tais como opções estratégicas, racionalidade limitada, custos de transações e estrutura de governança – são, em verdade, temas de Gestão que deveriam ser tocados também pelos estudos administrativos e, não, pelas ciências econômicas de um modo exclusivista.

Ressalte-se que a concepção de Gestão recepcionada aqui neste texto a compreende como um conjunto de princípios, técnicas e explicações que tem por devir a condução e o controle dos modos de concepção e de andamento de todos os elementos conformadores de organização (FRANÇA FILHO, 2009).

Gomes (2012), adicionalmente, fundamenta os seus argumentos salientando que, no contexto da realidade fática, a Gestão deve ser recepcionada como uma ferramenta de apoio à construção de concertações entre interesses sociais conflitivos que emergem da sopa formada pelas interações produtivas.

Todavia, assaltando-se R. S. Santos (2009, 2010), também é inserido nessa definição o entendimento de que a Gestão também se relaciona com a intencionalidade imaterial dos agentes – como um vir a ser – que é gestada ainda na formatação dos seus interesses, bem como o fato de que a Gestão não é algo atinente apenas às Firms ou outras formas de associações, mas também a toda as modalidades de relações sociais, principalmente as de cunho produtivo.

Além disso, muito dos temas que ocupam o leque discursivo dos estudos administrativos são basicamente tópicos que versam sobre a forma como prever, organizar, coordenar, comandar e controlar o andamento dos empreendimentos humanos, sejam eles de caráter privado, público ou social.

Cristaldo e Pereira (2008) estão corretos quando definem que há uma complementaridade entre a Administração Profissional, que se realiza no interior das Organizações, e a Administração Política, que permeia toda a atmosfera inalada pelas relações sociais de produção e que ambas têm na coordenação e normatização – a *gerência* e o *management* – dos procedimentos os seus elementos de concretude.

Essa amálgama se dá por meio da procura de legitimação e justificação das suas formas de atuação procurada pelas firms, que só é possível por meio de uma estrutura social de coação e coerção, no presente caso, o Estado. Do mesmo modo, este último ganha

funcionalidade com a defesa desse contexto de coisas.

Por seu turno, França Filho (2009), ao mesmo tempo em que relembra que a percepção comum que se tem sobre a Administração é a de que ela se volta tão somente para as formas de como dirigir uma organização, prescrevendo ações de otimização no uso dos recursos, ou seja, formas eficientes de gerenciamento, também sugere que isso diminui a referida ciência e cobra por uma expansão dos limites dos estudos administrativos.

Por sinal, Bomfim (2010) se insere por entre aqueles que enfatizam que o recepcionamento do ato de Gestão como objeto dos estudos administrativos é condição basilar para o desenvolvimento da Administração Política como um campo autônomo do conhecimento, sem essa adesão, a própria existência da referida proposição teórica fica comprometida.

Oliveira Júnior (2010) também advoga que o objeto de pesquisa central da Administração Política é a concepção prévia – intencional – de formas de previsão, organização, controle, coordenação e comando, ou seja, a Gestão. Contudo, no presente caso, a Gestão das relações sociais de produção.

Deve ser considerado também que os estudos basilares da Administração Política defendem que a preocupação das suas formas de intervenção não devem se restringir apenas aos conceitos de eficácia – recorrência do atingimento de metas – e de eficiência – grau de produtividade – mas também com a efetividade, ou seja, com o perfil do processo de atendimento desses mandatos (E. L. SANTOS, 2010).

2.1.4. A Gestão das relações sociais de produção: uma lacuna.

Para os cânones do nascente campo da Administração Política, as relações sociais de produção – em sua faceta externa às Firms – são um campo a se desbravar por parte dos estudos administrativos, um vazio somente preenchido por essa nova área das ciências sociais. (R. S. SANTOS; E. M. RIBEIRO, 1993; R. S. SANTOS, 2009, 2010).

Conforme já se expressaram R. S. Santos e Gomes (2010a), ao campo da Administração Política não interessa os perfis de conduta e desempenho dos agentes econômicos observados de forma isolada, a ela preocupa tanto os resultados coletivos de suas interações quanto o modo (OU FORMAS) como eles são estabelecidos, erguidos e

distribuídos.

Diante do exposto até aqui, vai ficando patente que o trabalho do administrador se aplica à organização enquanto substantivo abstrato e, não, como substantivo concreto. Conseqüentemente, é cobrado do gestor o máximo conhecimento da entidade que ele conduz para que assim ele possa melhor atender às suas obrigações enquanto força dirigente e a isso a Administração Política dá o nome de Gestão (SANTOS, R. S., 2009, 2010; SANTOS e GOMES, 2017; SANTOS, R. S. *et al.*, 2017).

Gestão pode ser definida como a intencionalidade que suscita ações ou omissões nos processos constituintes de uma atividade produtiva ou social, seja para o atingimento de objetivos não alcançados ou, de modo diverso, para a reversão de tendências negativas (PAVANI JÚNIOR e SCUCUGLIA, 2011).

Conseqüentemente, se aquilo o que se entende por desenvolvimento é um constructo socialmente mediado pelas interações entre Sociedade, Estado e mercado, não há como fugir ao fato de que a coordenação entre esses elementos é um fenômeno de base gestonária (E. L. SANTOS; SANTANA, 2010).

Doutro modo, Paço Cunha (2016), ainda que estivesse se referindo especificamente às questões dos problemas nacionais, salienta que o desenvolvimento social e as razões do subdesenvolvimento são um tema de extrema importância e que, ao contrário do que ocorre no interior dos padrões curriculares dos estudos administrativos, é uma temática passível de tratamento pela referida ciência.

Logo, a Administração Política aponta para uma inconsistência metodológica na definição da organização como o objeto de pesquisa da Administração Profissional, seja porque ela serve como alvo de pesquisa para as mais diversas ciências sociais, seja porque ela é apenas um dos Espaços de realização do verdadeiro objeto: a Gestão (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S., 2009).

Sumyia, Silva e Araújo (2014) destacam esse fato ao lembrar que, ao ver dos escritos vinculados à formação do campo da Administração Política, atribui-se a esse equívoco em relação com o seu objeto um dos motivos pelos quais a Administração Profissional, mesmo passado um século de seu aparecimento, ainda não ter se consolidado como área autônoma do conhecimento.

Até um determinado ponto, é defensável afirmar que a Administração Política promove um adensamento do debate sobre os estudos administrativos porque ela operacionaliza a adição de uma série de categorias que lhes são pertinentes – tais como

gestão, planejamento e decisão – ao léxico das mais variadas problemáticas sociais (CRISTALDO, 2015).

Essa discussão praticamente é o ponto de ignição da Administração Política quando, ainda na década de 1990, iniciaram-se os debates sobre a natureza do real objeto da Administração Profissional (RIBEIRO, E. M., 2012). Sem essa discussão, pouco teria se avançado na evolução teórica do campo.

Repare que a inserção das relações sociais de produção no interior dos estudos administrativos, promove uma revolução em suas formas de encarar a realidade. Agora, as Firms passam interagir de modo endógeno com as complexidades da vida social, com as decisões organizacionais se imbricando com a condução política da coletividade de forma interativa (BOMFIM, 2010), além de modo reflexivo.

Dando prosseguimento, M. M. Ribeiro (2018) não olvida lembrar que a Administração Política trata as relações sociais de produção como um *ethos* intencionalmente construído pela ação administrativa daqueles que possuem o comando político das sociabilidades, ou seja, todo o devir produtivo é um algo previamente determinado.

Num sentido *lato*, o entendimento do que é e de como a Administração se afirma como uma prática social somente pode ser apreendido por meio da compreensão dos modos pelos quais os seres humanos se organizam para produzir e reproduzir materialmente, passando ao largo de qualquer outra abordagem de caráter anistórico e abstrato (PAÇO CUNHA, 2018).

A despeito de movimentos que se direcionaram para a absorção das mais diversas categorias analíticas, a Administração Profissional, como princípio unificador, nunca abriu mão de uma racionalidade instrumental cujo objetivo final era o de amplificar os níveis de aprisionamento e alienação da força de trabalho com vistas ao aumento da produtividade e, conseqüente, da acumulação (SANTOS, R. S., 2009).

Não é à toa que E. L. Santos (2014) resgata uma das críticas presentes em R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993), que se mira numa desproporcional adesão à racionalidade instrumental por parte da Administração Profissional, denegando o desenvolvimento de uma práxis especulativa ou filosófica no que se refere à realidade social, somente se pautando por um funcionalismo descontextualizado.

Entendida como uma expressão da Administração Política, a Administração do Desenvolvimento, chegou ainda a ser levantada como nova área de pesquisa dentro do

ambiente dos administradores. Todavia, seus resultados não foram promissores posto seus diagnósticos e suas prescrições terem se restringido pela abordagem conceitual dos estudos administrativos fortemente influenciados pelos preceitos weberianos e muito dependerem do cenário evolutivo do campo nos países centrais (MOTTA, 1972).

Dessa forma, a divisão promovida pelos suportes canônicos do campo da Administração Política, grosso modo, vê como responsabilidade dessa a organização geral do processo produtivo e da distribuição de riqueza, enquanto que à Administração Profissional caberia a condução do plano produtivo imediato, presente nas unidades individuais de produção (PAÇO CUNHA, 2016).

Fonseca (2015), de posse de R. S. Santos (2009), lembra que a apreensão de aspectos das ações macroprocessuais do desenvolvimento social é ainda um algo estranho aos estudos administrativos e que os esforços do campo da Administração Política são uma tentativa de sanar essa deficiência.

A Administração Política define a Gestão, conceito abstrato vinculado à formatação e desenvolvimento das formas de organização, como algo distinto de Gerência, elemento de aplicação que compreende a execução dos preceitos e objetivos gestados (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S., 2009).

Ademais, conforme já salientado, J. U. RIBEIRO (2006) faz uma separação entre o trabalho do administrador supervisor – que coordena a execução de tarefas – e aquele que concebe a ação administrativa propriamente dita, se debruçando não apenas sobre as questões operacionais então apresentadas, mas, também, sobre as suas vinculações políticas (metodologia, abrangência, eficácia, eficiência e efetividade).

R. S. Santos (2009) estabelece essa distinção ao diferenciar a gerência da Gestão, receptionando esta como um algo que está por vir, um há de ser, uma intenção, a pré-concepção de uma vontade ou desejo, ao passo em que toma a outra como mera realização operacional das atividades supervisionadas.

A Gerência seria um conteúdo da Gestão, um complemento prático, uma decorrência direta pela qual a concepção abstrata ganha concretude, servindo de dimensionalidade instrumental voltada para a materialização da intencionalidade previamente concertada (RIBEIRO, E. M., 2012), seja na órbita da Administração Organizacional, seja no âmbito da Administração Política.

Vale a pena ressaltar que o conceito de Gestão tanto estava implicitamente definido como o objeto da Administração Profissional que Fayol (1994, p. 137) encerra o seu

pioneiro livro lembrando aos leitores que a “administração, que comporta a aplicação de inúmeros conhecimentos e de muitas qualidades pessoais, é sobretudo a arte de lidar com os homens”, ou seja, a coordenação das relações de produção, tanto interna quanto externa às organizações.

Seria equivocado, então, entender a expressão “a arte de lidar com homens” como algo pertinente a organizações, fazendo mais sentido se isso se relacionasse com os modos pelos quais as fontes de comando interagem com os seus comandados no decorrer do processo produtivo.

A Administração Política espelha o entendimento de que a construção do real é uma intencionalidade, ou seja, algo necessitado ou desejado, que passa por um processo de avaliação racional por parte de quem o procura ou determina e que é edificado através de uma sequência de intervenções, mediações, concessões, conciliações e/ou imposições.

O avanço das formas de Gestão do desenvolvimento é fruto de um processo de evolução das forças produtivas, o que o coloca como um fenômeno histórico, e tem como pedra de torque a ampliação dos níveis de acumulação de uma dada sociedade (NOGUEIRA, 2007).

Por isso que a Administração Política preconiza que a Gestão é o objeto da Administração Profissional e que essa pode se referir tanto às formas como as instituições estabelecem as condutas que lhes são peculiares quanto aos modos pelos quais os agentes econômicos coordenam o circuito produtivo (SANTOS, R. S., RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S., 2009).

Enquanto ciência, a Administração Profissional deveria possuir um objeto específico de estudo que a distinguisse das demais disciplinas – especialmente daquelas que compõem o grupo das sociais aplicadas – e este está circunscrito à Gestão, ou seja, aos modos de organização do processo produtivo (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993; SANTOS, R. S., 2009, 2010).

A Gestão – o modo como as relações de produção são organizadas – é um fenômeno social que permitiria à Administração Profissional apreender e compreender uma das modalidades de manifestação da Sociedade, representando um modo específico de estudá-la, permitindo-lhe expandir os horizontes.

A. L. N. Santos (2010), no entanto, declara que a questão da Gestão das relações sociais de produção não é algo inédito para os estudos administrativos, ao menos no que se refere aos trechos iniciais de Taylor (1995), onde aquele autor evoca, como se justificasse a

necessidade de se elevar a Administração Profissional à condição de ciência, a premência do controle gestor do desenvolvimento nacional.

Ao desenrolar de um conjunto de questões as quais ele considera problemas nacionais e ao propor que ganhos de produtividade são bons tanto para empregadores quanto para empregados, bem como uma repactuação do processo de evolução econômica dos Estados Unidos da América fazem parte de uma visão de Administração Política que o Sr. Taylor resguardava consigo (SANTOS, A. L. N., 2010).

A Gestão das formas de produzir – ou, numa interpretação mais aberta, intervir na realidade – é o cerne da preocupação da Administração Profissional, por isso que Taylor (1995) reforça que o objetivo da ação produtiva é a formação e o aperfeiçoamento da interação entre os seres humanos. Isso tudo pode ser sintetizado da seguinte forma:

[...] cabe à Administração estruturar formas de gestão viabilizadoras dos objetivos da organização. Por essa razão, a gestão é apenas um dos conteúdos que dão institucionalidade e essência às organizações. Então, podemos concluir que é a gestão e não a organização que caracteriza o objeto e que dá autonomia à administração enquanto um campo próprio do conhecimento (SANTOS, R., 2009, p. 42).

A fim de reforçar esse pensamento, vale a pena ressaltar o expresso por França Filho (2009) que, muito embora intentasse legitimar a posição da organização como objeto da Administração Profissional, advogava que a Gestão tem por dever catalisar as mais diversas formas de intervenção no interior das instituições.

Esse é um tópico caro à Administração Política tendo em vista que é a partir da compreensão do objeto de pesquisa que se terá a abrangência dos fenômenos a serem estudados por essa disciplina. Dessa forma, o reconhecimento da Gestão como o seu objeto primaz faz com que sejam expandidos os limites de atuação da própria Administração Profissional.

Ao contrário do que se propaga, não é a Organização esse objeto porque essa unicamente pode ser vista como um dos locais de realização da Gestão, ou seja, da forma de organização da ação produtiva e, tampouco, é um elemento exclusivo de intervenção da Administração Profissional, uma vez que aquela tanto pode ser arena de pesquisas das mais diversas ciências (VIDAL, 2009).

E. M. Ribeiro (2012, p. 81) também compartilha dessa percepção e lembra que tal conclusão é uma cláusula pétrea para o arcabouço teórico da Administração Política, que vê na Gestão um “espaço próprio das relações complexas de poder, isto é, espaço de

concepção, de gestão de um dado modo de relações sociais de produção e distribuição, um dado projeto social, projeto público ou projeto privado”.

A Organização, por mais ampla que seja, é um estar, um teatro de operações, um ponto de localização. Não à toa que Clegg, Kornberger e Pitsis (2011), mesmo compartilhando da tese de que essa é o objeto da Ciência Administrativa, declaram que a Gestão é algo que se faz, que constrói, ao passo em que a Organização é uma “coletividade objetivo-orientada” onde o indivíduo é absorvido por ela.

Sob os auspícios da Administração Política, a Gestão é uma ação que não se resume tão somente ao manejo cotidiano de questões gerenciais, em verdade, ela se consubstancia na orientação institucional do conjunto das relações sociais de produção (BARRETO e BARRETO, 2009).

Torna-se imperativo compreender que as prescrições funcionalistas da Administração Profissional, bem como a busca pelo entendimento das Organizações como um fenômeno social, são apenas desdobramentos de uma Gestão das relações sociais de produção, de uma materialidade mais ampla; ações tópicas num mosaico mais extensivo (VIDAL, 2009).

Mesmo assim, hegemonicamente, os mais diversos teóricos postulam que o objeto de estudo da Ciência Administrativa é Organização percebida como um fenômeno social, cabendo à Gestão apenas o papel de elemento constituinte do universo organizacional (FRANÇA FILHO, 2009). Tanto o é que Clegg, Kornberger e Pitsis, em seu manual de estudos organizacionais, defendem que a Gestão é um processo designado pela constante seleção do que é relevante e do que não é, ou seja, ele é um evento político de tal modo que:

Gerenciar significa estar no comando de algo, ser responsável por seu bom desempenho executando e sua conduta racional, manipulando e controlando-o como se fosse uma máquina lubrificada; portanto, é um termo relacional. (CLEGG, KORNBERGER e PITSIS, 2011, p. 52)¹

Portanto, torna-se defensável a posição sustentada por Vidal (2009, p. 112) quando declara que “... a organização não pode representar um fim em si mesma, e a tentativa de transformá-la em objeto demarcador de uma determinada ciência constitui frágil teoria”, haja vista que, por mais que esses fenômenos ocorram dentro de um ambiente organizacional, o que eles refletem são manifestações de formatos de condução de relações

¹ Tradução da autoria.

sociais de produção.

Clegg, Kornberger e Pitsis (2011) procurando determinar o conceito de Organizações elencam um total de seis predicados que, independentemente de suas finalidades e formas, as definem e fecham o parágrafo argumentando que “organizations are built on roles”². Como se vê, em todo esse discurso se verifica a presença da Gestão como condicionante principal.

Por meio da Gestão, o ser humano organiza o seu característico processo de subjetivização da objetividade natural, sendo através desse conducto que são mobilizadas as forças produtivas em torno de um objetivo disperso, mas, paradoxalmente, coerente: a sobrevivência.

Se a objetividade é um algo derivado do natural, a sua subjetivização se coloca como um fenômeno social uma vez que expressa um processo marcado por uma intencionalidade consciente – num estágio superior ao instinto – no qual o ser humano passa a exercer controle sobre suas diversas etapas (PAÇO CUNHA, 2018).

Logo, no processo de edificação de sua base doutrinária, a Administração Política estabelece a ação gestonária como uma finalidade social, que não teria sentido se essa não se destinasse a contribuir com a emancipação da espécie humana, o que representa um resgate da dimensão ética da Administração Profissional (RIBEIRO, E. M., 2018).

Justamente por causa disso que pode ser visto nos textos que estão à sombra da Administração Política declarações tais como:

Naturalmente consagrar a Ciência Administrativa como campo autônomo do conhecimento exige romper com a visão clássica da ciência moderna, impondo, pois, outro perfil de ciência comprometida não apenas com a especulação filosófica, mas também empenhada em desenhar/indicar proposições (normatizações) que serviriam para orientar os passos para o alcance da mudança ou transformação social (RIBEIRO, E., 2012, p. 81)

Por sinal, R. S. Santos *et al.* (2016) reforça tal preceito quando proclamam que os trabalhos no campo da Administração Política não devem furtar-se em se deixar guiar pelos seus valores, suas crenças, enfim, suas ideologias em busca de uma normatividade empenhada com uma visão daquilo o que seria o justo e o correto moralmente falando, recusando uma postura pretensamente neutra do cenário societal.

Nesse trecho, mostra-se patente a ligação dos textos basilares da Administração Política com a tradição normativa da transformação social, que preconiza que à Ciência não

² Tradução da autoria: “Organizações são construídas sobre regras”.

basta apenas tentar compreender a realidade concreta, mas também tentar elevá-la a um estágio considerado superior.

A Administração Política, como vem sendo defendido neste texto, ao quebrar a “*quarta parede*”³ dos estudos administrativos, promove uma ampliação dos escopos da Administração Profissional ao permitir que ela se volte para assuntos tidos como alienígena aos seus arquétipos, tais como, por exemplo, o Desenvolvimento Econômico ou mesmo a Organização Espacial. Ressalte-se que essa constatação se aproxima daquela que pode ser vista em Medeiros Jr. (2017).

Nesse sentido, uma preocupação constante durante a trajetória de construção da Administração Política enquanto um campo autônomo do conhecimento científico tem sido em compreender em que bases se dão as formas de Gestão do modo de produção capitalista, tanto do ponto de vista teórico quanto do metodológico (SANTOS, R. S. e RIBEIRO, E. M., 1993; SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S., 2009).

Consequentemente, fazem parte do *menu* analítico da Administração Política as discussões que envolvem a condução das grandes questões nacionais, ou seja, temas que se voltam para as formas de Gestão do Estado e de gerência das políticas públicas, o que permite a esse campo do conhecimento pontuar e prescrever sobre o desenvolvimento da sociedade como um todo (GOMES, 2012).

Isso fica mais cristalino quando se reconhece que:

Não se trata apenas de gestão de empresas privadas dentro da lógica capitalista. Mas tem uma concepção mais ampla. Ao entender que a gestão compreende a própria natureza, transcende-se ao ambiente da empresa privada, ou mesmo ao próprio capitalismo. Embora a administração profissional tenha nascido da microeconomia, a necessidade de gestão vai além das necessidades específicas das organizações (MEDEIROS JR., 2017, p. 47).

Sob essa perspectiva, o objetivo da detenção de tal conhecimento administrativo não seria outro senão a junção de aspectos especulativos do saber, em sua abordagem positiva, com sua face empírica ou aplicada, de viés normativo e prescritivo, a fim de se determinar modos de superação da materialidade e de desestruturação de relações hierarquizadas de dominância (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S., 2009)

Entretanto, R. S. Santos, E. M. Ribeiro e T. C. S. Santos (2009) são claros em defender que cabe à Administração Política o assentamento das melhores formas de Gestão

³ A **Quarta Parede** é uma parede imaginária situada na frente do palco do teatro, através da qual a plateia assiste passiva à ação do mundo encenado (LARA, 2017, p. sn).

das possibilidades de produção, realização e distribuição para garantir e expandir os limites da materialidade social, tema que passa ao largo dos cânones da Administração Profissional.

Consta como preceito basilar para a Administração Política a ideia de que os resultados do circuito produtivo são dependentes das formas de organização e de Gestão das relações sociais realizadas em seu interior e de um modo tão decisivo quanto a própria decisão de alocação seus fatores constituintes (SANTOS, R. S., 2010).

A Administração Política também tece preocupações com a forma como as inovações são conduzidas pela Sociedade, uma vez que a marca desse processo tem sido a destruição do trabalho passado pelas novas estruturas edificadas sem, no entanto, que a configuração anterior tivesse sido totalmente exaurida,

A Administração Política deve ser recepcionada como um campo disciplinar ainda em edificação – seja pela modernidade do seu debate, seja pela imprecisão de seus elementos constituintes – que procura resgatar o compromisso da Administração Profissional com a Gestão e que, também, busca expandir o seu raio de alcance para além das paredes das organizações (SANTOS, R. S., 2009).

A proposição basilar da Administração Política é a de que as sociedades, principalmente aquelas sob o jugo do modo capitalista de produção, se desenvolvem a partir do estabelecimento de macro formatos de Gestão, onde perfis de alocação e de condução dos fatores são politicamente decididos (VIDAL, 2009).

Conforme tem sido defendido no transcorrer deste relatório, mais do que sugerir para a Administração Profissional uma abordagem que passe ao largo dos princípios de mercado, mas que mantenha ainda o foco nas organizações enquanto um fenômeno social, a Administração Política se propugna a jogar luzes por sobre as relações sociais de produção (SANTOS, R. S., 2009).

Por isso se tenha por claro que a aceitação, por parte da Administração Política, de que o enfoque nas necessidades sociais politicamente manifestas serve de aresta entre o referido campo do conhecimento e a Economia Política que, ao seu modo, também dirige suas atenções para o circuito produtivo (RIBEIRO, E. M., 2018).

A Administração Política compartilha com as Ciências Econômicas teorias que também procuram compreender a organização e a institucionalização dos processos sociais de produção num dado momento, geralmente estranhas ao arcabouço da Economia Ortodoxa, dentre as quais se destacam: o Institucionalismo, o Gerencialismo e o Regulacionismo (SANTOS, R. S., 2009).

Ao assumir essas concepções, principalmente aquelas atreladas ao pensamento institucionalista, a Administração Política busca reforçar o seu caráter crítico e a necessidade de aceitação de que, ao contrário do proclamado pelas teorias tradicionais da Administração, a divisão do trabalho – dentro e fora da organização – é função dos elementos constituintes da vida social (SUMIYA; SILVA; ARAÚJO, 2014).

Mas é preciso registrar que, na sua trajetória de construção, a Administração Política também identifica nos economistas clássicos, em sua preocupação em como as sociedades devem se portar a fim de garantir a própria materialidade, pontos basilares de sua constituição (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. 2009).

A despeito disso, aquelas teorias advogam que o devir da atividade econômica não pode ser unicamente explicado pelas formas de combinação, otimizadas ou não, dos fatores de produção (terra, trabalho e capital), mediadas pelo mecanismo de preços, de modo que essa dinâmica é, também, resultado de condicionantes históricos, sociais, políticos, ou seja, institucionais (SANTOS, R. S., 1991).

Essas construções teóricas são importantes para a Administração Política. Isso porque – e conforme explicam Sumiya, Silva e Araújo (2014), ao analisarem a evolução dessa área do conhecimento – é defendido pela própria Administração Política que as sociedades são construídas tendo como base as relações entre os elementos componentes da coletividade.

E. L. Santos, Santana e Piau (2011) veem na Administração Política um sinal de amadurecimento e de avanço nos referenciais teóricos e metodológicos da Administração Profissional, uma vez que aquela permite a essa última uma melhor compreensão das relações sociais que gerenciam a produção, a distribuição e o consumo da sociedade.

Por seu turno, a Administração Política também determina para si uma proposta metodológica específica. Nessa a condição primeira é a de que se deve, para qualquer nível de renda, promover uma política de distribuição de bem-estar. Em seguida, deve ser visto se o nível de bem-estar alcançado é o socialmente aceito. Caso não o sendo, a sociedade deve bancar uma política de crescimento que a permita atingir esse anelo (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S., 2009).

Dentro das fronteiras da Administração Política, as relações que se constroem entre a política econômica, o cenário internacional, a correlação das forças políticas e econômicas e a ideologia vigente, ao passo que dão suporte ao modelo econômico existente, influenciam a condução das políticas públicas e a qualidade de vida das pessoas numa determinada sociedade (GOMES, 2012).

Por sinal, para que venha a se consolidar como ciência, a Administração Política deve buscar a fixação de conteúdos e de métodos que lhes sejam específicos, predicados que permitirão o alcance de campo autônomo do conhecimento, mas isso pode ser facilitado quando da adoção de um perfil inter/multidisciplinar por parte de quem a opera (RIBEIRO, M. M., 2018).

Gomes (2012) declara que um dos objetivos dos estudos voltados para o estabelecimento da Administração Política enquanto disciplina acadêmica é, de um modo interdisciplinar, o de reconstruir o caráter social da Administração Profissional, religando-a às preocupações da teoria crítica social.

Por essa óptica, a Administração Profissional não poderia então se colocar alheia à realidade que a circunscreve, enclausurando-se num castelo de técnicas, ela precisaria encontrar os meios que permitiriam à sociedade tornar produtivos os seus valores e suas crenças (SANTOS, E. L.; SANTANA, 2011).

Um modo de se identificar possíveis falhas ou fissuras no modo de condução do circuito produtivo se dá por meio da interpretação desse fenômeno sob as lentes da Administração Política, onde é procurado determinar o papel de cada um dos estamentos sociais no contexto da gestão das relações de produção, seus interesses e suas condutas (SANTOS, R. S.; GOMES, 2017).

Dessa forma, R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993) declaram que, sob o manto do modo de produção capitalista, não há como se entender a Administração Política sem se compreender o significado das inter-relações entre o Estado e a Sociedade e o modo pelo qual o papel a primeira dessas entidades afeta a qualidade do desenvolvimento das forças produtivas.

A Administração Política defende que a Gestão não é apenas um conjunto de técnicas e prescrições gerenciais a serem aplicadas a unidades produtivas, mas sim, uma construção política totalmente orquestrada pela Sociedade com vistas à expansão dos seus níveis de bem-estar, ou seja, um concertado padrão médio de conduta cujo objetivo é o desenvolvimento (SANTOS, E. L., 2014).

Medeiros Jr. avança a discussão e estabelece um paralelo entre o conceito de Gestão e a ação gerencial com as ideias de abstração e concretude dos procedimentos. Segundo aquele autor:

[...] a gestão está relacionada ao ato ou efeito de servir, conceber ou se desenvolver. Trata-se da esfera abstrata. Do que se chama de

administração política. A parte concreta é a administração profissional que é o ato de gerenciar, ou de exercer as funções, chamada [...] de administração profissional (MEDEIROS JR., 2017, p. 46).

De todo modo, no arcabouço constituinte da Administração Política o termo Gestão:

[...] responde pelos aspectos mais abstratos dos ‘atos e ações administrativas’, revelando uma dada concepção e as dinâmicas dos macros processos sociais em diferentes modos de produção de produção social e formas organizacionais [...] a segunda representa as formas como essa concepção teórica irá se materializar nas práticas sociais e organizacionais (RIBEIRO, M. M., 2018, p. 26).

Noutras palavras, essa proposição – a de que a Gestão não é meramente uma ação técnica neutra e desligada da realidade que a circunda – vai redundar, então, na percepção de que essa prática é, em verdade, um fenômeno eivado de fatores políticos de determinação (JUSTEN *et al.*, 2017).

Logo, recepcionar a Gestão como objeto primeiro de pesquisa da Administração Profissional, por sinal, é um ponto fulcral para a Administração Política (SANTOS, E. L., 2014) e tal proposição tem por estribo os seguintes tópicos argumentativos (SANTOS, R. S., 2009; 2010; SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993; VAZ, 1997):

- A Organização enquanto local de realização da atividade produtiva é apenas um lugar de expressão de um fenômeno que lhe confere sentido social: a Gestão. Ela não possui vida em si, senão por meio da ação dos agentes e participantes.
- Ademais, a Organização pode ser palco de pesquisas para as mais variadas ciências;
- Se for a Gestão esse objeto de pesquisa, ela não está presa às quatro paredes da unidade produtiva e, enquanto fenômeno, se espalha para as mais diversas formas de apresentação social;

Não por acaso que Medeiros Jr. (2017) destaca que muitos elementos vinculados aos processos do desenvolvimento são basicamente tópicos atrelados às questões do campo da Gestão, o que justificaria o destacamento de um corpo científico especificamente para abordar essa perspectiva.

2.1.5. O protagonismo estatal

Baptista e Matos (2017) discorrendo sobre o planejamento estatal, exortam que intervenções administrativas não são, em hipótese alguma, politicamente neutras, inertes às relações de poder, integralmente simétricas e universais e nem, muito menos, imunes às influências dos interesses particulares.

Tanto R. S. Santos (2009), promovendo um maior foco na geração e distribuição de bem-estar, quanto E. M. Ribeiro (2008), ampliando esse raio de atuação, se dirigem no sentido de estabelecer um vínculo entre o conceito de Administração Política e as mais diversas formas de intervenção do Estado. De certo modo, é possível ver muito do posicionamento dos pesquisadores vinculados ao novo campo sintetizado nas seguintes palavras:

Portanto, para construir um novo projeto de desenvolvimento da nação e levando a cabo as novas determinações da base política e material, o Estado, em vez de ser instrumentalizado pelo capital, deve ser instrumentalizado, agora, numa outra direção e perspectiva, cumprindo a função de gestor e executor do projeto da nação, cuja finalidade é o bem-estar social.(OLIVEIRA JÚNIOR, 2010, p. 128).

Contudo, para o pensamento marxista a dominação do Estado capitalista é definida pela centralização autoritária, por falsas instituições democráticas, governos caros e separados dos pobres, formando um conjunto que encena possuir uma aparência universal, mas que, em verdade, se esmera em ocultar uma realidade de dominação (FONSECA, 2009).

Sob a óptica weberiana, por sua vez, o Estado moderno encontra a sua pedra angular na apreensão do monopólio do uso legítimo da força – que, somente sob autorização ou tolerância da lei, ele pode transferir a outrem – e submete as formas patriarcais e patrimoniais. A organização burocrática é o seu principal vetor, mas, mesmo assim, a sua ação é delimitada por interesses superiores de caráter econômico e político (TUDE; CUNHA; RODRIGUES, 2010).

A despeito disso, até o presente momento, a maior parte os esforços teóricos dos pesquisadores envolvidos com a Administração Política têm privilegiado uma abordagem onde ganha destaque o protagonismo estatal, principalmente sob a óptica keynesiana, mas isso não significa que as contradições desse processo sejam relegadas a um segundo plano.

Pelo contrário, muito da centralidade oferecida à conduta/intervenção estatal tem por suporte a concepção defendida por R. S. Santos (1991) e, décadas depois, reforçada por Safatle (2012) de que o Estado não pode ser simplesmente comprimido em uma moldura de aparência apenas disciplinar, mas que deve ser entendido como peça fulcral do processo produtivo, em especial, na sua fase distributiva.

Origina-se em Norberto Bobbio a percepção assumida pelo campo da Administração Política de que o processo evolutivo do sistema capitalista intima do Estado um papel mais incisivo no que se refere à promoção do desenvolvimento econômico (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

Isso advém do fato de que Bobbio, Mateucci e Pasquino (1998) definem a Administração Política como um elo entre as instituições políticas e governamentais e as instâncias e estruturas sociais de intervenção com vistas à promoção do desenvolvimento. Contudo, essa ainda é uma perspectiva reduzida do fenômeno, uma vez que ela interpreta o conceito apenas como um efeito suplementar da ação burocrática do governo.

Para Gomes (2012), o Estado é elemento central para o estabelecimento de condições básicas que venham a permitir a criação de um ambiente próprio para a geração mínima da materialidade social.

Sem a sua intervenção, os custos de transação, bem como as limitações específicas das relações contratuais entre agentes privados – tais como a racionalidade limitada, o oportunismo e o risco moral (SILVA, 2011) – seriam altos demais para que se fornecesse uma vasta gama de bens e serviços, com destaque para os bens públicos, que não possuem as características de exclusividade e rivalidade.

Os projetos governamentais, os programas de ação e as políticas públicas são instrumentos importantes posto expressarem as prioridades alocativas existentes e se prestam tanto como a consubstanciação de uma demanda reprodutiva do capital quanto como um atendimento de uma necessidade ou anseio social, conferindo ao orçamento público o feitiço de arena da luta política (BAPTISTA; MATOS, 2017).

Em suma, é mister reconhecer que:

Em outras palavras, há uma linha limítrofe um tanto quanto tênue entre a determinação (privada) ao qual o Estado se submete, e a autonomia relativa da ação política: existência de políticas públicas, voto como mecanismo relativo de legitimidade e investidura ao poder formal, possibilidade de alterar — pela lei — as regras do jogo, peso político do Estado perante os

poderes privados. Nessa linha limítrofe encontra-se o Aparelho do Estado que, possuidor de relativa autonomia, necessita ser pesquisado empiricamente e teorizado conceitualmente. (FONSECA, 2009, 15).

Contudo, isso também não quer dizer que o desvelo com as causas e com os efeitos do protagonismo estatal redunde numa alienação em relação aos conflitos de classes, ao problema da produção do valor e da posse dos meios de produção. Afinal, essa opção procedimental não é um fim em si mesmo.

Os ensaios seminais da Administração Política apenas reconhecem que, dado o contexto histórico do capitalismo moderno, é muito difícil prescindir do Estado como instrumento de combate e prevenção das máculas sociais onde, entre essas, estão a desigualdade e incapacidade de superação da materialidade.

Até porque há nas hostes teóricas do campo da Administração Política quem, como Baptista e Matos (2017, p. 31), reconheça que a “[...] intervenção do Estado é eivada de interesses classistas, regionais e setoriais. Quando muito, os consensos articulados são específicos a determinados grupos econômicos”.

Quando, então, eis que Paço Cunha (2016) se insurge contra os cânones do campo da Administração Política e advoga que, no fim das contas, todas as formas de Gestão das relações sociais de produção são determinadas, em verdade, pela lógica e pelo poder do capital, sendo esse o real coordenador do circuito produtivo.

Por sinal, é perfeitamente factível a edificação de um modelo de Administração Política que prescindia do Estado. Uma leitura mais detida de Taylor (1995) permite assumir que aquele autor propunha uma Gestão das relações sociais de produção Política focada no chão-de-fábrica, onde as interações produtivas fossem compassadas em paridade com as necessidades da Firma, onde as ações fossem cientificamente sistematizadas e que todas essas medidas fossem pactuadas entre patrões e empregados (SANTOS, A. L. N., 2010).

Ainda se pode acrescentar que:

[...] há administração política mesmo antes da existência do Estado moderno ou mesmo das dimensões público/privado. Por exemplo, não se pode deixar de falar da existência de um modelo de gestão das relações sociais durante o patrimonialismo, tipo de formação sociopolítica na qual tudo era de propriedade do grande senhor, ou seja, inexistia a concepção de público-privado como se tem hoje [...] (TUDE; CUNHA; RODRIGUES, 2010, p. 32).

R. S. Santos (2009), determina que o meio pelo qual a Administração Política mais externaliza a sua presença é naquelas nas quais o Estado mostra-se como parte interativa, ou seja, nas suas relações com os demais setores da sociedade. Desse modo, o ente estatal não é visto como algo exógeno ao modelo social, mas como parte integrante.

Apregoam Baptista e Matos (2017) que, para os textos inaugurais do campo da Administração Política, o Estado deveria servir como arrais do processo produtivo, convindo como árbitro das relações sociais de produção, cabendo-lhe o papel de concepção e de escolha das formas de Gestão dessas mesmas modalidades de interação humana.

Conseqüentemente, o Estado não poderia ser visto como uma peça estranha ao mecanismo social porque a própria evolução do modo de produção capitalista é resultante de arranjos e justaposições entre as instâncias organizativas das nações modernas e as formas políticas do Capital (CRISTALDO; PEREIRA, 2008).

O Estado serve, então, como uma baliza para a compreensão dos mecanismos, da conduta e dos efeitos produzidos pelas relações capitalistas de produção no tempo e no espaço, num contexto social no qual reina as contradições e os conflitos de classes (CAMPOS; FERRAZ, 2016).

E. M. Ribeiro (2001), por exemplo, promove uma comparação da evolução da Administração Política brasileira e espanhola no decorrer do Século XX por meio da identificação das seguintes semelhanças: a ampliação das funções governamentais, as ações realizadas de reforma das estruturas burocrático-estatal e os perfis de divisão do trabalho no interior do próprio setor público.

Os resultados dessa pesquisa se voltam no sentido de que ambos os países possuem muitas similaridades em sua trajetórias no período que vai da década de 1930 até os anos 1980, sendo eles sustentados por modelos autoritários de modernização dos seus respectivos formatos produtivos.

Dessa forma, as modificações sentidas por essas nações de tradição católico-romana foram fruto de mudanças nas formas do Estado se auto-organizar, mas de um modo em que se espraiaram para o setor produtivo privado. Por sinal, haja vista as suas histórias políticas no decorrer do Século XX, marcadas por ditaduras, não há como alegar que essas reformas derivavam do próprio interesse dos setores privados.

Por mais paradoxal que aparente ser, o modo de produção capitalista é, ao mesmo tempo, base e consequência das adaptações promovidas – interna e externamente – pela entidade estatal. Dessa interação é que derivam as várias formas pelas quais se apresentam o circuito produtivo.

O Estado reclama uma estrutura socioeconômica que o desenhe, o justifique e o sustente ao mesmo tempo em que essa composição brada por um mecanismo que imponha ordem ao circuito produtivo por meio de ações de planejamento, organização, coordenação, controle e comando (FONSECA, 2009).

Chagas (2010) declara que a emergência do moderno Estado-Nação, com uma burocracia profissional, separação de poderes e forças militares regulares, mais do que uma simples necessidade jurídico institucional, era um imperativo para as classes dominantes haja vista as mudanças promovidas pelo nascente modo de produção capitalista nos formatos de exploração da mais-valia.

Por sinal, Arrighi (1996) deixa claro que a sucessão dos centros hegemônicos da evolução capitalista – Gênova, no Século XV, Países Baixos, nos Séculos XVI e XVII, Inglaterra, nos Séculos XVIII e XIX, e EUA, no Século XX – foi condimentada à base de uma amálgama entre iniciativas privadas e intervenção estatal, muito embora cada um desses processos guardasse consigo formatos próprios de interação entre essas entidades.

Tal trajetória pode ser sintetizada da seguinte forma:

Cada ciclo se formou sobre uma relação específica e diferenciada entre o poder político instituído e o poder econômico. A gênese do capital genovês, que coincidiu com o ocaso do modo de produção feudal, só se tornou possível por conta da associação entre mercadores italianos e o poder político-militar espanhol; os Países Baixos, que contestaram a hegemonia genovesa, ascenderam incorporando os meios de violência para dentro da esfera de decisão da Companhia das Índias Orientais — que se confundia com o próprio Estado; e a Inglaterra, que superou o domínio flamenco, o fez por meio do Estado nacional moderno e, no limiar de seu poder, por meio do imperialismo moderno. No século XX, o imperialismo inglês foi contestado por uma nova forma de articulação político-econômica — que se mantém até então — orientada pelos Estados Unidos da América. Sua unidade de produção/valorização é a firma transnacional. (CRISTALDO; PEREIRA, 2008, p. 78).

Em nenhum momento desse processo as ações privadas prescindiram do suporte estatal, do mesmo modo que, também, não deixou de transferir para essa última entidade o

encargo de modelar as relações sociais de produção de forma que os interesses do Capital não fossem atacados em sua vitalidade e integridade.

A tônica era dada pela centralização política interna, ainda que mediada pela propaganda da liberdade individual e ampliação dos direitos políticos, e pela liberalização e alargamento das transações comerciais e dos termos de trocas nas relações exteriores (GHAGAS, 2010).

Arrighi (1996) mostra que os ciclos sucedâneos da evolução do modo de produção capitalista – do genovês ao ianque – por mais especificidades ou idiosincrasias que detivessem, sempre se pautaram pela criação de uma estrutura política de legitimação e de estabilidade e pela influência por sobre a estrutura estatal e o caráter e perfil da estrutura produtiva de toda a sociedade, ou seja, Estado e Firmas são espelho um da outra.

Tal qual como numa brincadeira de “Escravos de Jó”, as lideranças estatais e organizacionais, se valendo do poder político que dispõem, vão cambiando em suas mãos as etapas de construção da coordenação e da normatividade das relações sociais de produção, num ambiente de interação reflexiva.

Baptista e Matos (2017) também ratificam essa proposição quando relembram que as interações entre os agentes econômicos, sejam eles públicos ou privados, condicionam o formato institucional adotado por qualquer que seja a sociedade, com destaque para o poder gravitacional das grandes corporações transnacionais sobre os espaços nacionais ou subnacionais.

Gonçalves, Vilas Boas e Teixeira (2016) também vão ao encontro desse posicionamento quando assinalam que as mudanças e adaptações sofridas pelas funções estatais no decorrer dos séculos é decorrência direta de um conjunto ideológico de doutrinas e orientações sobre as formas de condução da coisa pública, sempre de caráter exógeno à própria estrutura governamental.

Nisso também são seguidos por Fonseca (2015), que determina que fenômenos tais como estrutura produtiva e discurso ideológico são elementos que se retroalimentam, a ponto de se confundirem como um único acontecimento e projeção final da realidade socioeconômica.

Ao menos, no âmbito da organização produtiva das nações periféricas, Pedrão (2011) aparenta fornecer uma senha que pode descriptografar esse processo. Aquele autor salienta que o processo de modernização desses países, geralmente financiados por capital estrangeiro,

sofre constrangimentos administrativos por conta da necessidade de suas firmas e governos se submeterem a modelos de Gestão que pouco ou nada têm a ver com suas realidades cotidianas.

Isso ocorre porque cada momento na história possui uma forma particular de organizar os seus próprios circuitos produtivos e tal especificidade também se expressa pelo Espaço Geográfico.

Ressalte-se que a construção da realidade produtiva é um processo iterativo e interativo no qual a objetividade, dada pela luta pela sobrevivência e pela garantia do bem-estar, vai moldando a subjetividade das relações sociais de produção para, logo após, se consubstanciar como uma nova faceta da objetividade, como bem lembra Paço Cunha (2016).

Em assim sendo, não é defeso precisar que:

Os governos de cada país (ou unidade federada), em cada período, propõem e, às vezes, seguem agendas de intervenções (criação e manutenção de infraestrutura econômica e social, produção e oferta de bens básicos, insumos industriais e serviços sociais) e estabelecem mecanismos de regulação (mecanismos de administração dos circuitos financeiros e de correção de contratos, além de leis salariais e de direitos trabalhistas). Seus procedimentos têm por base articulações políticas, alianças e acordos estabelecidos com representantes de grupos sociais e de pressão que, por motivos diversos, conquistam poder político. Este arsenal de possibilidades deveria ser posto à disposição da mediação entre as classes e interesses diferentes ou mesmo conflitantes [...] (BAPTISTA; MATOS, 2017, p. 29).

Não por acaso que as mudanças do capitalismo concorrencial do Século XVIII, para o capitalismo oligopolista do Século XX foi um processo mediado pela interação entre Estado e Corporações, onde uma nova Administração Política pautava-se pela busca do equilíbrio sistêmico como garantia de ampliação dos níveis de acumulação (CHAGAS, 2010).

A figura do Estado é ponto fulcral para qualquer que seja a ordem social vigente, a ponto de que até na Comuna de Paris (1871), aquele que pode ser o primeiro levante popular de cunho socialista, os *communards* tiveram por preocupação modificar os fundamentos do aparelho estatal com o fito de modificar seus fins, sua forma e seu conteúdo em prol dos interesses dos operários parisienses (FONSECA, 2009).

Conforme relembra Fonseca (2009), mesmo que o objetivo primeiro dos sublevados de Paris fosse a superação do Estado, dada a sua natureza opressora, eles optaram

inicialmente por reformá-lo – promovendo a laicização da educação, a reconfiguração do sistema representativo, a destituição de uma força armada separada dos cidadãos comuns, a instituição da eleição dos funcionários públicos, entre outros aspectos – em vez de simplesmente aboli-lo. Ou seja, eles renovaram para construir!

Fróes e Santos (2011), por sua vez, defendem que o desenvolvimento social cobra um equilíbrio entre os princípios de intercâmbio, reciprocidade e de distribuição que somente podem ser alcançados quando a conduta individual é pactuada com a ação coletiva que é, basicamente, fruto da forma de Gestão social vigente.

Por sinal, Cristaldo e Pereira (2008, p. 82), fazendo uma releitura de Arrighi (1996), sustentam que não apenas cada época tem a sua própria Administração Política, mas que cada espacialidade também o tem, ainda que a maioria se submeta à hegemônica, e que somente em tempos de exaustão de um modelo dominante é que as formas submissas expõem seus dentes a fim de se sobreporem às demais. O exemplo utilizado por aqueles autores é dado no esgotamento do formato britânico, quando, em alternativa a Londres, se apresentaram Berlim, Paris e Nova Iorque, com a vitória cabendo a essa última.

Mesmo assim, não se pode perder de vista que:

O principal instrumento de exercício do domínio burguês tem sido o Estado, mas a administração política não se resume a ele: há uma ampla gama de relações e articulações manifestas no espaço societário — através das ações das empresas e sindicatos, das instituições, dos consensos e dissensos macro e microeconômicos, por exemplo — que a conformam de distintas maneiras ao longo da história. (CRISTALDO; PEREIRA, 2008, p. 86).

O Estado não pode mais ser recepcionado como uma entidade uniclassista tendo em vista que o processo histórico do Século XX permitiu o espraiamento de uma democracia parlamentar e eleitoral, com base no sufrágio ampliado ou universal, referenciado pela obtenção de direitos (civis, políticos, sociais e trabalhistas), transformando-o num instituto policlassista, ainda que fortemente assimétrico, mas abrindo espaços para intervenções no Aparelho do Estado com vistas a modificações no Sistema Político e à ampliação das Políticas Públicas (FONSECA, 2009).

Miranda (2010), por sua vez, vê na forma como os Estados organizam as estruturas de captação e alocação de recursos públicos como decorrência de uma situação interativa de

Administração Política, onde os agentes envolvidos passam a conter ou a estimular a conduta dos demais.

Contudo, Pedrão (2010) determina que as outorgas do Estado às demais classes sociais nada mais são do que ajustes na máquina de poder que ele compartilha com o capital privado, com o fito de disfarçar ou minorar os conflitos gerados pelas contradições do circuito produtivo.

R. S. Santos *et al.* (2007) declaram que a percepção de um sistema capitalista definido pela estabilidade pontuado por instabilidades periódicas de forma que o aumento da renda fosse o principal determinante do crescimento dos níveis de bem-estar coletivo não encontra bases históricas que a validem.

Essa constatação é legitimada por R Santos *et al.* (2016) que asseveram que a produção de riquezas no âmbito de uma coordenação normativa de matriz puramente privada é fonte de injustiças e iniquidades no decurso da distribuição e de concentração de poder econômico e político.

Em verdade, a vida pregressa do sistema capitalista é marcada por instabilidades recorrentes onde instantes de estabilidades afloram e fenecem de modo quase instantâneo, sendo que esses são, no mais das vezes, resultado de ações de política econômica e socialmente pactuadas (SANTOS, R. S., 1991).

Ao assumir essas concepções, a Administração Política busca reforçar o seu caráter crítico e a necessidade de aceitação de que, ao contrário do proclamado pelas teorias tradicionais da Administração, a divisão do trabalho – dentro e fora da organização – é função dos elementos constituintes da vida social, tal qual defendem muitos pensadores institucionalistas (SUMIYA, SILVA e ARAÚJO, 2014).

O suporte teórico da Administração Política refuga de forma peremptória as abordagens conservadoras do campo da Economia nas quais são defendidas as ideias de que, para toda e qualquer situação, a conduta estatal – principalmente em seu viés financeiro – se assemelha à da vida privada e que o orçamento público deve estar em harmonia com os níveis de contribuição dos agentes econômicos (SANTOS, R. S. *et al.*, 2017), alegando que essas proposições não encontram eco na realidade.

R. Santos *et al.* (2016) também sustentam que é um equívoco a manutenção de uma Administração Política que preconize que a estabilização econômica é fruto da não intervenção estatal, bem como o estabelecimento do mecanismo de preços como ferramenta bastante e suficiente para se alcançar a alocação social ótima.

Ressalte-se que a coordenação dos esforços da Sociedade, da base técnica do modo de produção e do Estado não pode se guiar precipuamente pela crença no equilíbrio automático dos mercados, uma vez que os interesses dos detentores dos meios de produção são distintos daqueles que sintetizam o desiderato coletivo (GOMES, 2012; SANTOS, E. L., 2014; SANTOS, R. S., 2009).

De modo simplificado, a explicação desse desencontro está na relação desses elementos sociais com as externalidades negativas. Se os grupos produtivos privados veem nisso um aumento desnecessário de seus custos; para o grosso da Sociedade, essa seria uma medida que corroboraria para a redução das assimetrias e iniquidades sociais e, conseqüentemente, ampliaria os níveis de bem-estar generalizado.

Para essa falha, os textos basilares da Administração Política veem na intervenção estatal a porta de saída desse labirinto. O estoque de demandas sociais não atendidas pela iniciativa privada – seja por incapacidade ou por desinteresse – seria coberto pela conduta gestonária do Estado, que se incumbiria de, ao menos, minorar os efeitos deletérios desse fenômeno por meio da operacionalização de um “projeto de nação” (MEDEIROS JR., 2017).

Entenda-se por “projeto de nação”, na acepção utilizada pelos cânones da Administração Política, como o conjunto de ações dirigidas pelo Estado, aí inclusas as suas bases institucionais e organizacionais, com anuência da Sociedade, com o fito de se promover a superação da materialidade (SANTOS, R. S., 2009).

Sendo conduzido por meio da efetivação das mais diversas funções e atividades, justapondo tanto os preceitos da Administração Política, em seu processo de concepção, quanto a aplicação das prescrições da Administração Organizacional, num contexto recursivo de planejamento, operação e avaliação (MEDEIROS JR., 2017).

Vale dizer da Administração Política, no interior dos seus preceitos fundadores, que é esperado que a ação complementar do Estado possa vir a contribuir para que a Sociedade tenha condições de se transportar para uma etapa superior das relações sociais de produção na qual se tenha deixado para trás a preocupação cotidiana por sobrevivência (SANTOS, R. S., RIBEIRO, E. M., *et al.*, 2017).

A despeito da segmentação acima descrita, Medeiros Jr. (2017) estabelece como condição necessária para que haja a construção de um verdadeiro projeto de nação – um conceito caro aos formuladores do campo – uma sintonia fina entre a ação estatal e a sociedade organizada.

R. S. Santos (2009) corrobora com tais argumentos, quando ele determina o Estado

como a peça central no tabuleiro de conformação das condutas assumidas pelos agentes no processo de geração e ampliação dos níveis de bem-estar, uma vez que ele serve de agente político por excelência de transformação da paisagem produtiva na qual ele está inserido.

Essa proposição é extremada por R. S. Santos *et al.* (2016) quando é defendido que os momentos de expansão esporadicamente vividos pelo modo de produção capitalista somente ocorreram por conta de uma centralização administrativa, onde foi promovido um planejamento que propugnou pela combinação entre estratégias de gestão dos macroprocessos e liberalização uma liberdade consentida – dos agentes nos níveis de meso e microprocessos.

Na percepção de Vidal (2009), o Estado procura se legitimar e, por consequência, também as estruturas de dominação de classes por meio de uma política de pacificação com base em concessões aos estratos sociais subordinados com o qualificativo de que essas outorgas estão diretamente correlacionadas com as condições vigentes de distribuição do poder político. Sob tal óptica, quanto maior a força política detida pelas elites econômicas, menor tende a ser o nível de concessões por elas promovido em prol do desenvolvimento social.

O Estado, a despeito de seu papel de instrumento de controle e submissão, ganha importância nesse contexto porque, embora não seja o único capacitado, ele se coloca como o mais adequado agente social para lidar com as contradições derivadas do processo político, haja vista seu poder regulatório, atuando como estuário das demandas coletivas da Sociedade (VIDAL, 2009).

R. S. Santos (2009), todavia, deixa claro que o protagonismo estatal não é condição *sine qua non* para o estabelecimento e condução de um processo de Administração Política quando ele enumera os elementos constituintes desse evento social na Europa Ocidental do Século XIX, no decorrer da fase do capitalismo liberal.

Naquele período, a Gestão das relações sociais de produção estribava-se na fé em um sistema concorrencial, na crença da impossibilidade de crises generalizadas, na suposição de racionalidade completa dos agentes e na certeza da autorregulação dos mercados, cujo papel reservado ao Estado se resumia unicamente à realização da produção social não assumida pelos capitalistas, tais como justiça, segurança, defesa e diplomacia (SANTOS, R. S., 2009).

Análise que não é repetida em R. S. Santos *et al.* (2016), dado que nesse texto eles enumeram uma sequência de regimes, no decorrer dos Séculos XIX e XX, que

centralizaram a condução de suas respectivas Administrações Políticas e promoveram a consolidação ou o resgate do sistema capitalista em seus respectivos territórios. O argumento aí defendido é o de que, historicamente, os elementos caracterizadores do referido modo de produção apenas encontram o seu pleno desenrolar sob a ambiência de um gerenciamento social e político conduzido pelo Estado.

No entanto, é preciso reforçar o papel da correlação de forças políticas nesse jogo, em virtude de que é esse fator o que determina a transmutação daquilo o que Vidal (2009) chama de necessidades coletivas – formas de interesses de grupos diferenciados e geralmente conflitivos e contraditórios – em necessidades públicas, que vêm a ser desideratos sociais assumidos pelo poder governamental. Nesse sentido, é preciso deixar claro que:

[...] as diferentes classes sociais lutam não apenas pelos resultados da produção econômica, mas também, e ainda que não tenham consciência plena disso, pela conquista do Estado, com o intuito de nele fundar políticas que atendam aos seus interesses específicos (VIDAL, 2009, p. 119).

Saliente-se que toda e qualquer Sociedade deve apresentar algum formato de Administração Política, posto ela organizar seus fatores e seus recursos com vistas ao atendimento de alguma necessidade – coletiva ou social – que passa a deter algum nível de proeminência política (VIDAL, 2009).

E. L. Santos (2014), em adição a isso, registra que, desde que assuma uma posição normativa perante o desenvolvimento social, as formas de representação da Administração Política de uma sociedade podem advir das mais diversas matrizes, sejam elas de cunho liberal, marxista, keynesiano ou outras mais.

Por sinal, tal constatação torna legítima a proposição de que até a ausência de um declarado projeto de desenvolvimento é um modelo de Administração Política, uma vez que as regras postas em movimento pela sociedade espelharão os perfis de intencionalidade produtiva dessa mesma sociedade.

De modo semelhante, pode se aceitar que todas as prescrições da economia e da administração organizacionais nada mais são do que comandos particularizados que derivam de algum formato de Administração Política, dado atender ao imperativo de suplantar alguma materialidade posta (VIDAL, 2009), bem ao espírito daquilo o que Keynes chamou de homem prático que se move à sombra de algum economista morto (KEYNES, 1996).

Ademais, a Administração Política preconiza que há um diferencial de temporalidade entre os agentes nos domínios do circuito produtivo, de modo que o tempo necessário para uma sociedade definir, conduzir e estabelecer as bases de um projeto de evolução social, dedicada à construção da materialidade emancipatória, é diverso daquele requerido por uma organização com fins lucrativos, por natureza voltada para a ampliação dos níveis de acumulação (SANTOS, R. S., 2009).

Por isso que, ainda que seja possível uma Administração Política sem um grande protagonismo estatal, R. S. Santos (2010) determina que o circuito produtivo no modo de produção capitalista é uma construção bastante dependente da intervenção econômica do Estado, de modo que hoje é praticamente impossível prescindir desse agente.

R. S. SANTOS *et al.* (2007) reforçam essa defesa ao declarar que o Espaço que cabe ao Estado nesse contexto é de extrema importância, haja vista que a sua intervenção, preconizada naqueles momentos em que a iniciativa privada é incapaz ou se mostra desinteressada, deve se movimentar no sentido de eliminar as fontes de insatisfação social.

Em adição a isso, para os autores da Administração Política, mesmo que as ações do Estado sejam complementares à dos demais agentes, este deve tomar como objetivo primeiro o atendimento da insatisfação manifestada pela sociedade e que sirva como suporte para o esforço de plena obtenção da sua materialidade (SANTOS, R. S. *et al.*, 2016).

Por outro lado, no mais das vezes, as críticas à intervenção estatal residem na lógica de que as ações econômico-administrativas do Estado, baseadas na coordenação das relações de produção e na expansão dos meios e modo de geração de riquezas, inescapavelmente redundam em ineficiências que atravancam o caminho dos mecanismos de adaptação dos agentes, exponenciando os riscos e as instabilidades já existentes (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

A Administração Política preconiza que o projeto de desenvolvimento de uma nação deve ter por suporte os seguintes pressupostos (SANTOS, R. S.; GOMES, 2017):

- O ciclo econômico não deve ser visto como um fenômeno da natureza ao qual, de modo inevitável, todos estão sujeitos cabendo apenas aos planejadores adaptar a conduta macroeconômica dos agentes;
- Os planejadores devem abandonar a percepção anticíclica do gasto e assumir que esse deve ser condicionado diuturnamente pela agenda posta pela demanda social;
- A situação concreta de qualquer estágio de desenvolvimento tem

correlação direta com a qualidade do planejamento, da Gestão e da gerência encetados;

- A concepção tradicional de desenvolvimento, dada pela ideia de circuito produtivo (acumulação, alocação, produção, distribuição e consumo), deve ser superada por uma política de expansão do nível do produto até que seja alcançada uma materialidade compatível com a dignidade humana;
- As políticas públicas devem romper com as ações improvisadas, desintegradas, inconclusas e onerosas focadas no curto prazo e partir para a integração das mais diversas ações de longo prazo, ou seja, constituir um Projeto de Nação.

No entanto, é preciso ter a clara consciência de que as ações do Estado não são externas à realidade do circuito produtivo, pelo contrário, elas são peças fundamentais dessa engrenagem. De acordo com R. S. Santos (1991), a presença estatal não é sentida tão somente por meio da tributação ou pela prestação de serviços públicos, ela imbrica-se com a própria estrutura produtiva social nos mais diversas áreas dessa tessitura.

No âmbito da Administração Política, torna-se reconhecido que a interrelação entre Estado e Sociedade se posta como uma fonte permanente de novas dinâmicas produtivas que influenciam – ao mesmo tempo em que também são influenciadas – as economias e a conduta dos agentes aí inseridos, dentro de um processo interativo e dialético (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

R. S. Santos (2010) advoga que colocar o Estado distante da condição de protagonista do circuito produtivo, antevendo-o como uma instituição externa desse sistema é um erro teórico, já que ele é um dos principais fatores de dinamicidade do modo de produção capitalista, principalmente desde os estertores do Século XIX.

Em R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993) é perceptível que o processo de evolução da intervenção estatal se dá através de três mudanças: ampliação das funções governamentais, modernização e expansão dos aparelhos de intervenção e divisão institucional das formas de trabalho.

Na primeira, o Estado, para além de elemento mantenedor da estabilidade social, passa a assumir responsabilidades também na esfera produtiva; na segunda, ele remodela a sua estrutura organizacional e, na terceira, ele centraliza as atividades tradicionais de governo e descentraliza o seu aparato produtivo (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

O Estado assume papéis mais amplos do que detinha em épocas primevas porque as ações que passam para a sua responsabilidade requerem uma temporalidade diferente daquela assumida pelas organizações com fins lucrativos (SANTOS, R. S., 2009). Na virada do Século XIX, o Estado empreendedor é uma entidade que vai paulatinamente se desenvolvendo.

O Estado não apenas é parte integrante do processo produtivo, como também se mostra como um dos principais determinantes das formas de geração e distribuição da riqueza socialmente produzida e coloca-se como um dos principais dínamos do modo de produção capitalista, decidindo de forma independente os níveis de oferta e demanda agregadas (SANTOS, R. S., 2010).

Há ecos de uma proposta para a Administração Política do Capitalismo na “Teoria Geral” quando Keynes (1996) vislumbra uma gradual ação estatal voltada para a determinação do montante de meios de produção com vistas ao atingimento de um estado de pleno emprego. Conforme anteriormente salientado, a estabilidade não é predicado dominante na trajetória do sistema capitalista de produção, dado que o seu devir é eivado de flutuações, isso faz com que a esfera da produção propriamente dita deixe de ser o fiel da balança quando o assunto passa a ser a otimização da configuração do bem-estar social (SANTOS, R. S. et al., 2007).

O simples aumento do volume de produção, no interior do sistema capitalista, não é capaz de garantir esse processo de equanimidade por conta das dissimilaridades de interesses entre os agentes, o que remete tal obrigação para a área da distribuição o que, conseqüentemente, segundo os cânones do campo da Administração Política, transferirá para o Estado a incumbência de tal tarefa (SANTOS, R. S. 2009).

R. S. Santos *et al.* (2007) reforçam esse pensamento ao testificarem que a lógica de distribuição da renda e da riqueza deve ser o nódulo inicial do circuito produtivo, onde a produção propriamente dita não mais é o foco da ação econômica, mas, apenas uma etapa intermediária.

Keynes (1996), ao especular sobre as possibilidades filosóficas abertas pela Teoria Geral, lamenta a incapacidade da sociedade capitalista em promover uma situação de pleno emprego e de combater a vigente situação de arbitrária e desigual estrutura de distribuição de renda e de riqueza.

A solução por ele vista se dá por meio da prescrição da Gestão – não o controle apenas
– das relações sociais de produção como o caminho para se atingir esse objetivo

(KEYNES, 1996), o que abre Espaço para uma digressão sobre uma possível ideia de Administração Política incrustada no pensamento keynesiano. Dessa forma, abre-se Espaço para se questionar o porquê de se fazer políticas sociais.

Sob a óptica da Administração Política isso decorre do seguinte fato: muito embora as sociedades esperem dos mercados o fornecimento de bens e serviços, alguns desses não o são a contento em virtude da incapacidade das organizações privadas para tanto ou por simples e puro desinteresse dessas em ofertá-los, o que leva ao Estado arcar com tal responsabilidade (SANTOS, R. S. *et al.*, 2007).

Não é por acaso que R. S. Santos (2009) proclama que, muito embora a aspiração do ser humano seja alcançar a própria emancipação, sob o império do modo capitalista de produção, as sociedades se veem impedidas política e tecnicamente de fazer livremente e, pior ainda, dispor do que foi feito de forma autônoma.

Já foi assentado neste escrito que, desde o Século XIX, a ação estatal e a funcionalidade daí decorrente caminham *pari passu* ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e à transmutação de sua estrutura de mercado concorrencial em estrutura oligopolista, onde ele substitui um papel de regulador impassível a interventor produtivo ((SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

Todavia, sob a luz do pensamento liberal ortodoxo, a intervenção estatal é contraindicada tendo vista dois fatores (SANTOS, 1991):

- A sua ineficiência alocativa;
- A sua interferência na composição dos custos sociais e privados de transação.

Sob esse prisma a ingerência governamental é preterida porque o seu senso de oportunidade é defasado – por conta de particularidades políticas – além de criar ineficiências na construção dos sistemas de preços relativos de uma dada economia e num dado momento histórico.

Entretanto, mesmo estudos de caráter neoclássico, como os de Adolph Wagner, identificaram que há uma relação direta e mais do que proporcional entre a renda nacional e o nível de gastos públicos, no que R. S. Santos (2001 b) complementa asseverando que a tendência é a de que se crie um ciclo no qual o novo volume de dispêndio público potencialize o processo de acumulação capitalista, que amplie as capacidades do circuito produtivo e que, como decorrência, eleve o nível de bem-estar geral reiniciando o processo.

Paradoxalmente, percebe-se que, no âmbito dos países de desenvolvimento recente ou subdesenvolvidos, os pertencentes à ala do capitalismo tardio, há um descasamento entre o crescimento do produto e a ampliação da rede de proteção social ou, ao menos, do avanço de políticas sociais (MENDES, 2001).

Por sua vez, R. S. Santos (2009) identifica que, na realidade, as disfuncionalidades vinculadas a esse fenômeno são de natureza não econômica, quando ele rememora que, dada a base técnico-científica existente, já seria possível à humanidade garantir a superação da materialidade para todos os seus membros, fato que, em verdade, não ocorre por injunções meramente políticas.

Por isso que as Políticas Sociais são um dos principais instrumentos da Administração Política em seu intento de promoção da emancipação humana. Essas permitem às instâncias planejadoras fornecer aquele conjunto de serviços necessários à sociedade que são negligenciadas pelo modo de produção seja por incapacidade ou por desinteresse.

De acordo com R. S. Santos (2001b) medidas no Espaço social somente podem ser consideradas como Políticas Sociais se elas trouxerem consigo três predicados caracterizadores basilares:

- Integração com o processo de expansão do capital;
- Amplo alcance social;
- Disponibilidade meios de financiamento próprios.

Conforme R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993), o sucesso das políticas sociais está umbilicalmente ligado aos predicados de eficiência e de eficácia da Administração Política vigente, que estão espelhadas nas formas organizativas pelas quais ela se estruturou para atender tal desiderato.

A ação estatal, na concepção da Administração Política, mesmo que complementar à dos demais agentes, deve tomar como objetivo primeiro o atendimento da insatisfação manifestada pela sociedade e que sirva como suporte para o esforço de plena obtenção da sua materialidade (SANTOS, R. S. *et al.*, 2007).

Há de se ter em mente que cenários de centralização das ações governamentais flertam com o risco de homogeneização da produção pública de bens e serviços sociais e, para um país multifacetado como o Brasil, isso pode trazer – como efetivamente já trouxe no passado – efeitos danosos (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

Torna-se interessante lembrar que a Administração Política advoga que a simples expansão do produto, no entanto, não é condição *sine qua non* para se garantir a otimização do bem-estar geral, transferindo para o circuito da distribuição a responsabilidade pela promoção da equanimidade social (SANTOS, R. S. *et al.*, 2007).

R. S. Santos *et al.* (2007), por sinal, asseveram que as políticas públicas possuem um papel crucial na construção de um mecanismo otimizado de distribuição social de bem-estar, exatamente por que essas ações cobrem todo um espectro de funcionalidades não atendidas – por incapacidade ou desinteresse – pelas organizações em geral.

A despeito disso, R. S. Santos *et al.* (2007) alegam que as ações de Políticas Sociais não podem se furtar da responsabilidade de contribuir para a libertação do ser humano da sua obrigatoriedade de focar seus esforços, por praticamente toda a sua existência, pela sobrevivência da espécie.

Keynes (1996) reverbera esse potencial da intervenção estatal ao lembrar que – tanto quanto a tributação que possui ascendência sobre os padrões de consumo – uma “socialização dos investimentos” serviria como elemento de promoção e estímulo a um cenário de pleno emprego.

A Administração Política reconhece que as crises do capitalismo abriram avenidas para a expansão da ação estatal, que ampliou tanto absolutamente (em quantidade) quanto relativamente (em qualidade) os seus níveis e formas de intervenção, seja por meio da regulação quanto da intervenção (SANTOS, 2001 b).

A expansão das formas e da natureza das funções do Estado acompanha a própria evolução da dinâmica capitalista em toda a sua trajetória, fazendo com que se tornasse contraproducente especular sobre o papel da ação estatal – aí inclusos seus os padrões produtivos e o seu formato administrativo-institucional – passando ao largo das configurações das relações capitalistas (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

Esses padrões ganhariam corpo na forma da produção estatal de bens e serviços que, por sua vez, se vê refletida na política de dispêndio governamental, fazendo com que fosse na alocação dos recursos financeiros disponíveis que o Estado possuiria o seu principal instrumento de viabilização dessa oferta. Ocorre que essa é uma ação essencialmente política, onde a sua concretização se dá por meio da mobilização de uma rede de interações entre o próprio ente estatal e os mais diversos segmentos da sociedade (SANTOS, R. S., 1991).

Contudo, a base concreta do modo de produção capitalista tem por princípio a espoliação da força de trabalho em prol de formas privadas de acumulação de riqueza,

definindo um quadro de desigualdade na distribuição desse mesmo estoque produtivo. Ocorre que, se o Estado capitalista é uma projeção dessa lógica de produção social, fica comprometida a sua ação como ente representativo do interesse coletivo, servindo mais como ferramenta de controle das classes dominantes (SANTOS, R. S. *et al.*, 2007).

Na opinião de R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993), compreender os movimentos constituintes da ação estatal passa pela determinação dos seus próprios limites, o que vai requerer o enfrentamento de questões que se relacionam com situações e condicionantes bastante complexos, uma vez que o Estado passou a ser um vetor de inovação nas relações de produção e de incentivo à ampliação das forças produtivas.

Os cânones da Administração Política tomam por verdadeiro o fato de que o nível e a qualidade dos serviços públicos disponibilizados em uma sociedade servem de parâmetro de qualificação do seu próprio estágio de desenvolvimento e que o modo pelo qual essa oferta é planejada expressa aquilo ao que ela chama de Projeto de Nação (SANTOS, R. S.; GOMES, 2017).

A eficácia e a eficiência dos programas econômicos e sociais conduzidos pela ação estatal, consubstanciadas no uso racional dos recursos de uma dada localidade, são função da qualidade do formato da Gestão pública, a Administração Política é definida como o modo pelo qual o Estado gerencia o processo das relações sociais de produção (SANTOS, R. S; RIBEIRO, E. M., 1993).

A Administração Política advoga que a evolução da ação estatal, sob a égide do sistema de produção capitalista, deve ser percebida como um transcurso pautado pela modificação das formas de intervenção. Se na fase concorrencial do modo de produção, o foco era a criação das condições externas ao processo produtivo, em seu estágio monopolista, ao Estado é conferido o papel de elemento estabilizador do processo de acumulação, cabendo a ele atribuições tão distintas quanto a de garantidor de uma demanda mínima como a de fonte de financiamento da produção (SANTOS, R. S., 1991).

Essa trajetória é demarcada por três características: a primeira concerne ao aumento das funções governamentais; a segunda se norteia pela reformulação da estrutura organizacional do setor público e, por fim, a terceira é definida pela divisão institucional do trabalho dentro do setor público, de modo que, dadas as combinações possíveis entre essas, se é possível estabelecer as formas de inserção do Estado no contexto das relações sociais de produção (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993).

A isso se soma o fato de que a Administração Política recebe no seio do seu

arcabouço teórico o conceito defendido por Mendes (2001) de que Políticas Sociais somente podem ser consideradas legitimamente cidadãs quando essas são desenvolvidas por sociedades essencialmente democráticas.

Todavia, como a sociedade, o Estado e as organizações não conseguem produzir sem planejamento anterior, através da interpretação das formas de Administração Política assumidas por esses elementos, podendo ser definida uma correlação entre o modelo de Gestão escolhido e os resultados alcançados (SANTOS, E. L.; SANTANA; PIAU, 2011).

No entanto, no que se refere ao planejamento e execução de políticas públicas no Brasil, R. S. Santos *et ali* (2016) asseveram que uma das maiores falhas identificadas é a exagerada centralização no crescimento do produto per se, ao invés de se privilegiar o bem-estar geral como fim último a ser alcançado.

A Administração Política realiza uma distinção entre Estado de Bem-Estar Social e Política Social, entendendo esta última como espécie e aquela outra como gênero. A primeira é um modelo de sociedade a ser perseguido, ao passo em que a segunda é um ingrediente da ação estatal que pode ser promovida topicamente e desvinculada de um projeto maior (SANTOS, R. S., 2001).

Tanto o é que – bem ao contrário do que possa imaginar o senso comum – Políticas Sociais não são exclusividade de sociedades democráticas, podendo elas ser realizadas por regimes autoritários ou estados totalitários como forma de mitigação de conflitos ou de amealhar apoio social (MENDES, 2001).

R. S. Santos (2001) radicaliza seu posicionamento e defende que se a Política Social, propositadamente desvirtuada em seus princípios basilares, pode estar a serviço de um projeto político concentrador – de poder e de riqueza – o Estado de Bem-Estar Social requer do aparato administrativo um compromisso com os aspectos produtivos inerentes ao processo produtivo.

O engendramento de um Estado de Bem-Estar Social estaria a serviço de um processo de internalização de um devir cidadão na sociedade para a qual ele se dirige, expressando uma opção política dessa mesma coletividade com a redução dos efeitos gerados pelas hierarquias sociais ali existentes.

No entanto, esse é um fenômeno político de repartição da riqueza gerada pelo circuito produtivo, o que redundará num choque entre as mais diversas funções de utilidade e que, geralmente, é definido em favor daquele segmento social que detém maior poder de intervenção.

Daí decorre que, em sendo a execução eficaz e eficiente de políticas públicas o

principal vetor de um projeto de nação voltado para o desenvolvimento, o verdadeiro campo de batalha para a determinação desse anelo é o orçamento público (SANTOS, R. S.; GOMES, 2017).

M. M. Ribeiro (2018) preconiza a premência em se estabelecer novos conteúdos e métodos de interpretação e avaliação da realidade da Gestão das relações sociais de produção, que extrapolem aqueles já consagrados pela Administração Profissional ou pelas Ciências Econômicas e que venham a travar diálogos com as mais diversas facetas do conhecimento, sejam essas políticas, históricas ou espaciais.

2.1.6. Para uma crítica da Administração Política

Ainda que se tenha visto neste relatório que a Administração Política é o preenchimento de um vácuo conceitual no âmbito dos estudos administrativos, que se reconheça que ela representa um avanço metodológico no campo do debate sobre o desenvolvimento, não é de todo surpresa que os esforços de constituição do campo estão abertos a críticas.

Afinal, a construção formal do campo iniciou-se apenas no início da década de 1990. Logo, nesta fase deste trabalho são apresentados alguns dos principais questionamentos e contra-argumentos interpostos às proposições que sustentam a estrutura conceitual do campo da Administração Política.

A primeira dessas observações se estriba na admoestação de que, antes de qualquer outra coisa, os estudos do campo da Administração Política precisam reconhecer que, caso o seu desígnio principal seja o da superação da materialidade, não há como escapar do debate sobre a influência dos antagonismos estruturais por sobre a formatação das relações sociais de produção (PAÇO CUNHA, 2016).

O Campo da Administração Política também não pode perder a oportunidade de realizar uma interpretação das relações sociais de produção a partir das perspectivas das classes e dos segmentos sociais submetidos a uma situação de dominância social (CARIBÉ, 2008).

Afinal de contas, é o poder social e econômico das classes dominantes o combustível das modalidades existentes de Administração Política, e o seu devir é basicamente pontilhado pela sua defesa – o que se traduz, também, na defesa dos interesses dessas classes condutoras

– e pela determinação de alinhamentos e conflitos com as demais classes (CRISTALDO e PEREIRA, 2008).

Essa perspectiva também é trabalhada por Chagas (2010) quando ele amenta que o desenvolvimento econômico é, também, uma peça de disputa política e que a sua condução no sentido de uma melhor forma de repartição da riqueza socialmente produzida tem tudo para sofrer as mais diversas formas de resistência por parte das classes dirigentes.

Pedrão (2010) corrobora com essa premissa ao lembrar que o discurso do desenvolvimento nacional é uma ferramenta ideológica filha do conceito ocidental de planejamento – cujas raízes advêm ainda da Segunda Revolução industrial – e que, na maior parte das vezes se resume a um conjunto estático de metas operacionais, que se justificam em nome de um dado interesse classista.

Por isso que a centralidade do projeto nacional de desenvolvimento deve ser devidamente sopesada nos estudos do campo para que não se caia no equívoco de tão somente estar se reproduzindo os interesses das elites econômicas sem, necessariamente, estar contribuindo para o processo de emancipação humana.

Esse foco na questão nacional – em específico sob a perspectiva do desenvolvimento econômico – é uma constante na construção discursiva dos estudos vinculados ao campo da Administração Política e isso se apresenta de forma patente quando se lê a seguinte concordata:

[...] impomos à Administração Política o compromisso de superar os desafios que se colocam à Nação, tendo como tarefa, daqui por diante, transformar uma realidade que se apresenta cruelmente desfavorável para a parcela expressiva da sociedade brasileira: apontando caminhos, direções e meios para que a tarefa de transformação seja executada na velocidade da urgência dos mais necessitados. Para tanto, é necessário ultrapassarmos os limites dos diagnósticos e trabalharmos orientados pelo espírito das transformações; noutras palavras: a nossa tarefa não é, apenas, observar, expor e explicar as mazelas da nossa sociedade; é, também, dever nosso encaminhar, aconselhar e dirigir os nossos destinos. (R. S. SANTOS; GOMES, 2011a, p. 6).

Tal situação pode ser um problema se não for observado que a busca por uma ciência social que se proponha a intervir na realidade das sociedades alvo de relações de dependência externa – como é o caso do Brasil – geralmente é produto do modo de pensar de suas elites intelectuais e que, nos mais diferenciados graus, esses segmentos estão à mercê das mais

variadas formas de relações de alienação (PEDRÃO, 2011).

Com base no exposto por Paço Cunha (2016), quando do seu comentário sobre as escolas administrativas que focam suas análises em dimensões culturais, históricas e socioeconômicas (e não, apenas, em aspectos funcionalistas), é também preciso se tomar o cuidado de não se reduzir a interpretação da realidade social tão somente a uma questão distributiva, passando ao largo das relações de dominação e de exploração que permeiam toda e qualquer sociedade de classes.

Conseqüentemente, isso vai requerer cuidados em dobro por parte daqueles que se colocam na linha de frente da construção do Campo, tendo em vista que, dada a situação de submissão imposta ao país, a elaboração de conceitos e definições pode, muito bem, estar sendo influenciada por ideias criadas alhures.

Sob outra perspectiva, Caribé (2008), levanta críticas aos contextos nos quais as sociedades lançam mão da Administração Política. A seu ver, essa sempre serviu mais como instrumento ideológico, de escamoteio do real, do que como ferramenta contribuinte para a emancipação humana e esse é um aspecto que não pode ser negligenciado por aqueles que se debruçam sobre o campo.

Afinal, a Administração Política, como prática social, tem por desiderato a validação dos formatos de condução do processo produtivo, de modo que as sociedades promovam o menor nível de resistências possíveis às regras de conduta apresentadas no âmbito do sistema de organização da produção (CRISTALDO; PEREIRA, 2008).

Ademais, Caribé (2008, p. 40) propõe que estabelecer uma crítica da Administração Política é determinar também uma reinterpretação de “todas as outras formas de organização hierarquizadas que objetivavam separar do trabalhador o controle do processo de trabalho no qual está inserido, sob a ótica do proletariado”, uma vez que ela põe à mostra o fato de que toda e qualquer forma de organização produtiva, no ambiente de uma sociedade de classes, nada mais são do que a concretização de desejos de aumento da produtividade e de subjugação das classes dominadas.

Conforme Cristaldo e Pereira (2008) bem pontificam, os estudos do campo da Administração Política necessitam ampliar os seus escopos para além dos limites das Finanças Públicas e, também, devem se divorciar da ideia de que a superação da materialidade e a profusão do bem-estar são fenômenos univocamente planejados.

Até porque, conforme pregam Tude, Cunha e Rodrigues (2010), fenômenos unívocos

inexistem no interior das fronteiras das ciências sociais, tendo em vista conceitos abstratos possuem baixa probabilidade de encontrarem, na tessitura do real, sua contraparte integral, dado as realidades se modificarem em função das mudanças que ocorrem no tempo e no espaço.

Quem dá uma boa ideia da amplitude da aplicação da Administração Política é Campos e Ferraz (2016) quando vislumbram a construção da memória social como uma construção coletiva politicamente conduzida pela figura do Estado, onde esse posta como gestor do passado e elaborador de narrativas vigentes e vindouras.

Dando continuidade, faz-se premente lembrar que, para Caribé (2008), enquanto um fato histórico, a Administração Política é a institucionalização dos modos de dominação social, sendo fruto de uma intencionalidade prévia, racional, funcionalista e autoritária. Dessa forma, os estudos do Campo não podem se furtar a jogar luzes por sobre esses predicados.

Tal proposição encontra guarida no fato de que as racionalidades organizacionais – tanto para as Firms quanto para o Estado – são apenas expressões da vontade das classes dirigentes, mas, mesmo assim, essa não é uma situação perene e absoluta estabilidade, tendo em vista que essa proeminência se dá num extrato de permanente contradição e conflito (CRISTALDO; PEREIRA, 2008).

Do mesmo jeito, também não se pode olvidar que, ainda quando plenamente exitosa, a intervenção estatal por meio de políticas públicas tão somente se presta a aplacar os efeitos nocivos do modo de produção capitalista, cujo devir é dado pela concentração de capitais e de poder político (BAPTISTA; MATOS, 2017).

Dessa forma, a Administração Política existente é do mesmo jeito, um esboço de acordo entre classes, mas não uma adesão pura e simples, posto ser resultado de um cenário de confrontos. Contudo, um dado formato apenas subsiste em duas condições:

- ✓ Enquanto ainda for do interesse das classes dominantes;
- ✓ Enquanto as resistências ao seu império não forem substanciais.

Por isso que se mostra acertada a proposição de Caribé (2008) de que se debruçar por sobre formatos de Administração Política é o mesmo que procurar compreender os processos pelos quais uma dada classe social sujeita as demais, ou seja, desvelar como a sua dominação

é fruto de um ato de Gestão.

Fonseca (2009) vai mais à frente e defende que espaços de viés crítico relacionados aos estudos administrativos – tais como a Administração Política – devem adentrar à natureza dos aparelhos de Estado tomando como referência a interpretação marxista-leninista dos fenômenos de Gestão e de Administração.

A. L. N. Santos (2004) questiona a que segmento da Administração Científica procuraria pertencer a Administração Política, se à grei do *mainstream*, onde o campo morderia o fruto da racionalidade instrumental, mas, em contrapartida, veria abrir à sua frente uma larga porta de oportunidades ou à senda dos estudos críticos que, a despeito de sua adesão à racionalidade substantiva, seria colocar-se na porta estreita do circuito alternativo da referida ciência?

Não há como estabelecer uma resposta definitiva para tal dúvida, uma vez que a Administração Política é um segmento vinculado às ciências sociais aplicadas e, obviamente, o seu manuseio é função diretas das mãos que tomam o cabo da nau da sua operacionalização. A depender dos interesses envolvidos, ela pode tanto servir à justificativa do *status quo* quanto à superação da realidade existente.

Mesmo assim, os pioneiros do campo alegam que:

[...] os estudos que estão sendo desenvolvidos no âmbito da Administração Política, nos últimos dez anos, demonstram uma preocupação clara com a irresoluta materialidade e sua respectiva inclusão na centralidade do nosso trabalho de pensar e agir — enfim, que seja central em nossa agenda a transformação de nossa realidade. (SANTOS, R. S.; GOMES, 2010b, p. 6).

Em assim sendo, independentemente do viés adotado pela pesquisa, quem navegar pelas águas da Administração Política deve ter consigo mesmo que o processo de emancipação humana e o desenvolvimento econômico – para ficar em dois fenômenos sociais de extrema importância – são processos políticos que têm suas conduções pautadas por interesses que se impõem em função da correlação das forças envolvidas e, no mais das vezes, conflitivas (CHAGAS, 2010).

Se a Administração Política se pretende uma ciência social, então ela deve, conforme defende Pedrão (2010, p. 59), arrogar para si um viés histórico ao mesmo tempo em que deve navegar por entre um ambiente demarcado por interesses conflitivos de “pluralidades e

rupturas”.

Por fim, Paço Cunha (2016) avança e segue exortando que os estudos no campo da Administração Política não têm outro caminho que não o de se inserir na luta ideológica pela formação da consciência de classe, se preocupando em estabelecer as determinações de classe, com destaque para as mais variadas formas de relacionamento do ser de classe, das condições de classe e da ação reflexiva de reconhecer-se como integrante de uma classe.

2.2. A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Para que o Espaço possa se tornar uma categoria analítica dos estudos administrativos é necessário, primeiro, que a Administração Profissional assuma a Gestão como seu principal objeto de pesquisa, dado isso representar um livramento da referida ciência das barreiras conceituais da organização, um estágio já superado pelo campo da Administração Política, conforme visto na seção anterior.

Em contrapartida, também se faz mister que a análise geográfica recepcione a Organização Espacial como consequência de um ato de Gestão, de um modo que as formas pelas quais o Espaço expressa as suas transmutações sejam decorrência de uma intervenção politicamente concertada, promovida pelos agentes econômicos, que é mediada por uma prévia intencionalidade.

Tais laivos podem ser encontrados nos textos do geógrafo Milton Santos e em suas análises sobre a conduta das modificações espaciais. Por isso que nesta fase da pesquisa optou-se pela dissecação de seus ensinamentos com o objetivo de se cristalizar a impressão de que há tangências entre os preceitos da Administração Política e a natureza do Espaço Geográfico.

Nesse cotejo foram privilegiados os aspectos descritivos da formação do Espaço, os ditames que associam a sua trajetória a ações de caráter gestor e as formas pelas quais as inovações, enquanto principais elementos afigurativos do atual estágio de desenvolvimento do modo de produção capitalista se difundem.

2.2.1. A natureza do Espaço

O Espaço deve ser encarado como uma categoria de suma importância para a Administração Profissional tendo em vista que a consubstanciação de qualquer que seja o momento de produção reclama por um local específico de realização e essa determinação

resulta, em qualquer tempo histórico, das necessidades externas e das características próprias do lugar.

M. Santos (2003) revela isso claramente quando assevera que – a fim de garantir sua sobrevivência ou ampliar seus níveis de bem-estar – o ser humano realiza a produção por meio da transformação da natureza e que tal engendramento se dá no Espaço, ou seja, não se pode entender o circuito produtivo fora da categorial espacial.

A evolução do ser humano segue sendo conduzida pelo seu avanço por sobre a natureza, onde o natural é substituído pelo artefato e a racionalidade – coerente ação intencional com vistas à maximização do bem-estar – instrumentaliza a própria natureza, domesticando-a e a submetendo (SANTOS, M., 1994).

M. Santos deixa isso claro quando afirma que toda “[...] relação do homem com a natureza é portadora e produtora de técnicas que foram enriquecendo, diversificando e avolumando ao longo do tempo [...] As técnicas [...] são a marca de cada tempo da história.” (2011, p. 48), ressaltando-se que essa trajetória serve como espelho da evolução do ser humano.

Segundo M. Santos (2012b), determinar o que vem a ser Espaço é uma tarefa conceitual que demanda ponderações sobre a influência de elementos sociais e naturais nele presentes, definir os limites de abrangência dos sistemas produtivos, dimensionar as periodizações e difusões de seus dados constituintes e clarificar o significado de “localizações”.

Ademais, a Geografia, no fim das contas, é a ciência que lida com os efeitos da ação organizada do ser humano por sobre a natureza (SANTOS, M., 2008) e, quando se utiliza o verbo organizar para qualificar esse fenômeno, isso é feito em sua acepção de substantivo abstrato, ou seja, algo externamente determinado, que somente ganha vida por meio da intervenção de terceiros.

Segundo Paço Cunha (2018), a natureza é um elemento fundamental e permanente da condição humana, cuja relação, seja qualquer que seja o modo de produção, é impossível de ser desfeita. Sem a natureza a produção é impraticável, muito embora o devir humano tenha paulatinamente avançado no sentido de romper com as próprias barreiras e limitações naturais.

Logo, uma assertiva que se pretenda crítica ante a problemática da Organização Espacial não pode ficar restrita apenas à simples descrição dos padrões identificados, pelo contrário, ela deve se dirigir no sentido de reconhecer as relações dialéticas que brotam das formas geográficas e os processos históricos que modelam os grupos sociais (SANTOS,

M., 2012b).

A própria caracterização dos objetos materiais suscita a relevância do Espaço para o claro entendimento da realidade, tendo em vista que qualquer um dos predicados da matéria está referenciado a uma determinada localização dos demais objetos sob comparação, o que permite alegar que a “... concepção filosófica do Espaço consiste na extensão e na locação dos objetos no universo” (CHAKHNAZÁROV e KRÁSSINE, 1985, p. 20).

Em consonância com M. Santos (2012b), a estrutura espacial é uma resultante da justaposição de fatores idiossincráticos de sentidos demográficos, classistas, organizativos, técnicos e produtivos (dentre os quais ganham relevo os níveis de renda e os padrões de consumo), o que faz com que, sob essa óptica, cada lugar seja único em sua natureza e trajetória.

O Espaço é uma instância social que ao mesmo tempo em que abarca a própria Sociedade, também se apresenta inserido nela. Cada um dos objetos geográficos que o formam, tanto os naturais quanto os artificiais, incorporam em si a essência das Sociedades na quais eles coexistem, o Espaço é a soma de todos os objetos mais a Sociedade (SANTOS, M., 2012).

Emana de M. Santos (2012b) a noção de que essa fusão entre Sociedade e Espaço – a qual ele batiza de Estrutura Espaciotemporal – é uma consequência de que o Espaço é resultado da atividade produtiva, uma concretude histórica dos modos de se gerar riqueza que foi imposta ao próprio Espaço pela própria Sociedade.

As relações entre os seres humanos e o meio ocupado se dão em termos de um conjunto amplo de relações que dizem respeito a fatores políticos, financeiros, comerciais ou econômicos (SANTOS, M., 2008) – e por que não, administrativos? – que põem em movimento os mais sortidos elementos espaciais.

Para fins de esclarecimento, de acordo com M. Santos (2012b), os elementos do Espaço seriam:

- Os homens – Fonte de força de trabalho e variam conforme a idade, a experiência e a sua posição na Sociedade;
- As firmas – Base da produção de bens, serviços e ideias;
- As instituições – Instâncias de normatização, ordenação e legitimação do devir social;
- O meio ecológico – Conjunto de complexos territoriais do trabalho humano;

- As infraestruturas – Trabalho humano materializado e geografizado.

Ressalte-se que a repartição desse conjunto de ordenamentos não é algo fixo ou rígido, havendo a possibilidade de que, em algum momento, esses elementos possam permutar ou atribuir-se algumas dessas prerrogativas, ou seja, instituições podem agir como firmas, quando se encarregam do fornecimento de bens e serviços e firmas podem mimetizar as instituições, quando tomam para si a normatização e coordenação do circuito produtivo (SANTOS, M., 2012b).

Então, o Espaço não apenas consegue se adaptar às mudanças nos processos adotados pelo ser humano em seu caminho evolutivo, como também, por vezes, impõe a esses movimentos uma necessidade de adaptação, mostrando que ele é também uma forma durável (SANTOS, M., 2008).

A despeito das mais diversificadas acepções nas quais ele é encontrado, o Espaço Geográfico não pode ser visto exclusivamente como uma condição social, sendo o mais correto antevê-lo como um fator do processo de evolução das sociabilidades (SANTOS, M., 2012b).

A própria evolução humana – dada pela hominização do ser – se apresenta como um processo no qual um conjunto de ações promove um permanente domínio da natureza por meio do desvelar das propriedades coisas e do aperfeiçoamento dos meios de produção, o que redundava numa situação de subjetivação da objetividade, ou seja, um contexto no qual o ser humano dá significados arbitrários aos elementos naturais (PAÇO CUNHA, 2018, p. 18).

Admitir uma interpretação da realidade por meio de conceitos tais como Espaço, lugar ou região é automaticamente aderir ao pensamento de que as áreas constituintes da superfície terrestre são diferenciadas entre si, de que cada localidade é única em suas características. Contudo, subjacente a essa constatação, é necessário aceitar que tais recortes geográficos são conceitos intelectualmente construídos e a caracterização de cada um desses deve ser fruto de um processo de elaboração crítica que consiga ir para além do que está apenas na mesa das aparências (SANTOS, M., 2004).

Afinal, o “... espaço, considerado como um mosaico de elementos de diferentes eras, sintetiza, de um lado a evolução da sociedade e explica, de outro lado, situações que se apresentam na atualidade” (SANTOS, M., 2012b, p. 36).

O Espaço precipuamente é, segundo M. Santos (2012), uma matéria transformada pelo trabalho, servindo, ao mesmo tempo, como fonte e destino da intervenção humana,

sendo tão entranhada na *práxis* social que não há como separar a sua existência da própria consciência do ser. Afinal, somente no Espaço o indivíduo pode se reconhecer ontologicamente.

Dando continuidade à exposição das definições aqui cogitadas, M. Santos (2012b) dicionariza um conjunto de conceitos que facilita a compreensão da natureza do Espaço, conforme a seguir descrito:

- Objetos geográficos – coisas, naturais ou artificiais, que compõem o Espaço Geográfico;
- Configuração geográfica ou configuração espacial – conjunto de objetos geográficos que estão distribuídos sobre o território;
- Paisagem – Maneira como os objetos geográficos se apresentam exteriormente, em sua continuidade visível. Expressões de como os objetos geográficos são percebidos pelos indivíduos;
- Funções – Estrutura processual socialmente construída que dá finalidade aos objetos geográficos;
- Formas – Realização concreta das funções dos objetos geográficos;
- Lugar – Posicionamento espacial do objeto ou de um conjunto de objetos;
- Localização – Profusão de forças sociais exercidas sobre um lugar.

Ressalte-se que existe uma articulação entre formas, funções e Sociedade, de modo que sem os dois primeiros não há a última e, reciprocamente, sem essa última não faz sentido algum que haja os outros dois. Por isso que, ao mesmo tempo, a Sociedade abrange e é abrangida pelo Espaço (SANTOS, M., 2012b).

Por mais concreta que seja a existência física dos objetos ou dos elementos geográficos, os seus valores são abstratos, uma vez que eles decorrem das suas condições de funcionalidade no interior das áreas que esses ocupam. Uma casa, uma montanha, uma fábrica, um estuário ou uma estrutura de governo estão a mudar sempre as suas significações – no tempo e no espaço – em razão das mudanças ocorridas no interior das fronteiras que eles ocupam (SANTOS, M., 2012b).

Outrossim, as mais diversas ciências sociais, desde a própria Geografia até a Economia, passando pela Sociologia ou a Política, em algum momento, tomam o Espaço como alvo de seus estudos e essa possibilidade se estabelece mesmo no âmbito da Administração Profissional (SPINK, 2001).

No entanto, no mais das vezes, tais disciplinas insistem em organizar seus esforços a partir de uma visão específica do fenômeno espacial, inclusive de modo epistemológico, o

que implica em uma interpretação compartimentalizada dessa realidade, sem os devidos cuidados com os movimentos que a constitui, o que apenas seria sanado por meio de uma perspectiva totalizante (SANTOS, M., 2012).

M. Santos (2008) critica esse isolacionismo e afirma que sem a interação entre os mais diversos campos do conhecimento fica seriamente comprometida a validade de uma explicação para um dado problema social.

Dessa forma, temas como o estágio de desenvolvimento da indústria, o comportamento demográfico, o grau de modernização e de coordenação dos meios de transporte, a geração e permanência de mais-valia nas localidades, os perfis de distribuição de renda, bem como outras reverberações políticas, culturais, técnicas e ideológicas das relações sociais de produção devem ser concebidos como fragmentos de um mosaico mais complexo (SANTOS, M., 2012).

Essa declaração é defluência da premissa de que cada expressão do Espaço, como já o fora dito aqui, possui suas próprias características econômicas, sociais e políticas, que variam tanto em relação a outras espacialidades quanto em relação à sua própria feição no decorrer do tempo e essas modificações são dependentes das capacidades e das formas pelas quais suas regiões centrais lidam com as inovações emergentes (SANTOS, M., 2004).

O Espaço é a matéria trabalhada em seu estado puro uma vez que é nele que se apresenta, ao mesmo, a base e a consequência das transformações promovidas pela ação gestinária da humanidade e, num sentido mais amplo de abordagem, a sua prática social (SANTOS, M., 2008) e nisso ele deve ser introduzido como peça-chave para a Administração Profissional.

O Espaço pode ser abordado tanto por meio de sua horizontalidade – dada pela vinculação advinda da contiguidade – quanto através de sua verticalidade, definida pela associação entre pontos distantes no espaço, mas unidos por conta formatos e processos sociais vinculados justificando também uma interpretação em rede do Espaço geográfico (SANTOS, M., 1998).

No âmbito das horizontalidades estariam o próximo e o semelhante, ao menos no que concerne ao compartilhamento de nuances de seus processos históricos e socioeconômicos, ao passo em que nas verticalidades habitariam o distante e o diferente, remetendo essa realidade a formas de imposição de seus papéis produtivos.

M. Santos (2012b) apresenta ainda uma conceituação classificatória dos Espaços com o fito de se permitir uma compreensão mais rigorosa de Organização Espacial e de sua evolução. Ainda que de modo preliminar, nela a totalidade do Espaço é particionada nas

seguintes componentes:

- Forma – Arranjo ordenado dos objetos que se refere ao aspecto visível dos elementos, um padrão de apresentação que, em sendo abordado isoladamente, presta-se a uma descrição dos fenômenos e de seus predicados em um dado momento;
- Função – Atividade elementar assumida pela forma. Tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa qualquer.
- Estrutura – Modo de expressão de uma construção ou organização, estilo de inter-relacionamento das partes com o todo;
- Processo – Ação contínua que se destina ao atingimento de um objetivo ou resultado qualquer. Implica continuidade e mutação.

Essa esquematização conceitual, em cada uma das suas definições, permite antever o Espaço como uma composição que articula, concomitantemente, suas partes integrantes, seus predicados e suas destinações, seus perfis associativos e institucionais e, por fim, a sua evolução, o seu desenrolar, a sua eficácia e a sua eficiência.

Nesse contexto, torna-se necessário também inserir o conceito de Formação Econômica e Social (FES), que serve como vetor de compreensão dos processos que determinam o movimento incremental das sociabilidades espacialmente localizadas no tempo. Conforme a própria definição sugere essa é uma proposição espacial, social e histórica, posto ser impossível o desenvolvimento humano se apartar de seus aspectos temporais, locais e relacionais (SANTOS, M., 2012).

Mais precisamente, se pode afirmar sobre a Formação Econômica Social (FES) que:

Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente (*sic*) lhe provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o Espaço com o qual o grupo se confronta (SANTOS, M., 2012, p. 22).

O excerto acima permite uma leitura na qual a trajetória das sociedades é resultado de um *continuum* no qual os procedimentos que garantem a sobrevivência e a ampliação dos níveis de bem-estar, propiciados pela existência de um circuito produtivo, são consequência de uma ação administrativa politicamente concertada.

Do mesmo modo, é visto que o Espaço é uma entidade essencialmente social e a retomada da realidade espacial com a sua conseqüente reconversão em favor do ser humano apenas se torna possível reconhecendo-o como um fato histórico onde “somente a história da sociedade mundial aliada à sociedade local pode servir como fundamento da compreensão...” desse processo (SANTOS, M., 2012, p. 22).

Ressalte-se que, muito embora seja grande a sorte de especificidades encontradas, os elementos que compõem o Espaço são basicamente os mesmos por todo o planeta. O que lhes provoca essa colcha de lugares característicos são as mais diversas combinações – quali e quantitativas – a que essas componentes estão expostas, o que também vai propiciar uma comparação temporal dessas modificações (SANTOS, M., 2004).

Os elementos constituintes do Espaço também se alteram com o decorrer do tempo, dado os seus valores sociais também se transformarem historicamente fazendo com que tais periodizações resultem naquilo o que M. Santos (2012b) chama de áreas temporais de significação, o que permite afirmar que cada lugar, a cada momento, detém uma atribuição específica no interior do processo produtivo.

Dessa forma, pode-se dizer que, no interior da Organização Espacial, a conduta de uma estrutura vigente é um reflexo de sua antecessora, de modo que o grau de hereditariedade é mediado pelos perfis de substituição dos antigos elementos pelos novos e pelos níveis de resistência à modernização do próprio sistema (SANTOS, M., 2012b).

Adicionalmente, deve também ser posto em consideração que a natureza deve ser apropriada para além de suas características ecológicas e precisa abarcar também toda a problemática social, permitindo ser compreendida como base dos eventos que condicionam a sua própria modelagem, pelo trabalho humano, no Espaço transformado (SANTOS, M., 2012).

Por sinal, M. Santos (2012b) defende que o meio ecológico já foi modificado, deixando de ser uma arena natural desde o momento e que o ser humano tornou-se um ser societal, e não mais se apresentando em seu estado selvagem, sendo mais um reflexo do modo de produção vigente e, cada vez mais, se transformando em mais uma modalidade do meio técnico como efeito das modificações ocorridas no seio da produção social.

Ao se abordar uma estrutura socioprodutiva por meio do conceito de FES o que se busca é jogar luzes sobre uma Sociedade, tanto em sua totalidade quanto em suas frações, num dado momento de sua história, propiciando identificar aquilo o que a distingue de outras formações, ao nível espacial e ao temporal (SANTOS, M., 2012).

Isso requer a aceitação de que o Tempo e o Espaço são grandezas inseparáveis, já

que cada Sociedade somente pode ser avaliada a partir de um sistema de significações que se altera a cada momento histórico e a cada localidade de ocorrência, o que também resulta na necessidade de sempre considerar os elementos examinados dentro do sistema ao qual eles pertencem (SANTOS, M., 2012b).

Uma Formação Econômica Social (FES) é um movimento totalizador, detentor de um caráter interativo e iterativo, que evolui sistematicamente sendo submetida à lei de um todo, apresentando-se a cada momento como uma etapa de um dado processo histórico (SANTOS, M., 2012).

Nesse sentido é correto aceitar que:

O Espaço deve ser considerado uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a sua reconstituição desse todo (SANTOS, M., 2012b, p. 15)

No entanto, a FES não se confunde com um modo de produção, antes disso, ela faz parte desse conceito, servindo-lhe como realização geográfica e histórica. Por ser um algo concreto, a formação sintetiza em si as generalidades e as especificidades das relações socioeconômicas existentes numa sociabilidade qualquer. (SANTOS, M., 2012).

Bom atentar para o fato de que, quanto mais específica a escala da investigação, maior a sua complexidade. Isso ocorre porque quanto menor for o lugar examinado, maiores a quantidade de níveis e de determinações externas que influenciam a sua trajetória, aumentando o seu grau de dificuldade de compreensão, não por acaso os modos de produção se realizam em escala planetária (SANTOS, M., 2012b).

O misto combinatório de formas espaciais e de técnicas prevaletentes é o elemento qualificador dos lugares, servindo também de delimitação do seu raio de alcance e dos seus níveis de virtualidade, definindo assim quais são as funções por eles assumidas (SANTOS, M., 2012).

Esse desenrolar-se transformador tem por torque o momento de manifestação das primeiras forças produtivas, que insere a referida área explorada no contexto da economia-mundo, e como força propulsora as diversas formas de influências das modernizações que passam a lhe sobrevir, condicionando o seu próprio perfil de desenvolvimento socioeconômico (SANTOS, M., 2004).

Antes de continuar, porém, é preciso registrar que, para os fins deste relatório, o

termo economia-mundo deve ser entendido como “... [um] Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive as consciências das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; mercado político.” (SANTOS, M., 1998, p. 18).

Dando prosseguimento, então, no fim das contas, cada lugar é, no limite, uma expressão sócio-política de uma realidade histórico-econômica, onde uma combinação específica de fatores de produção e de finalidades produtivas que passa a incorporar em si um sinônimo de localização, nascendo daí as mais variadas formas de diferenciação espacial (SANTOS, M., 2012).

Argumento que justifica a seguinte fala:

Todo Espaço conhece assim uma evolução própria, resultado de uma conjugação de forças externas pertencentes a um sistema cujo centro se encontra nos países-pólos e de forças já existentes nesse Espaço. Resulta daí a diversidade das condições de subdesenvolvimento e a originalidade das situações de cada lugar (SANTOS, M., 2004, p. 32).

Por sinal, de acordo com M. Santos (2012), modo de produção, formação social e Espaço são conceitos interdependentes, tendo em vista que um formato produtivo somente pode se realizar de modo geográfico através de uma dada organização das relações sociais de produção.

É a repartição do trabalho social que engendra as especialidades produtivas locais, fazendo com que as porções da natureza se diferenciem, transformando a paisagem em Espaço produtivo e é a soma dessas localidades que vai constituir-se no denominado Espaço global (SANTOS, M., 2012).

Conseqüentemente, a organização do Espaço ganha forma por meio da articulação dos mais diversos circuitos produtivos que salpicam as paisagens e acabam determinando-lhes os modos de uso e de intervenção, cujos valores e relevâncias vão se modificando com o passar do tempo (SANTOS, M., 2012b).

Segundo Santos (2003), no entanto, a evolução das forças produtivas faz com que as disparidades espaciais deixem de ser fruto apenas das competências locais de cada espacialidade e passam progressivamente a ganhar ares especulativos mais intensos, onde a concentração produtiva reclama, cada vez mais, por capitais, que vão aumentar seus níveis de produtividade o que, resulta, na atração de mais recursos sociais, redundando numa macrocefalia espacial.

No que se refere às especialidades locacionais também é preciso esclarecer que:

As diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. O “valor” de cada local depende de níveis qualitativos e quantitativos dos modos de produção e da maneira como eles se combinam. Assim, a organização local da sociedade e do Espaço reproduz a ordem internacional (SANTOS, M., 2012).

Santos (2004) advoga que a seletividade do Espaço, principalmente nas localidades subordinadas, promove um descolamento entre os padrões de produção, que passam a se concentrar em poucos nós, e de consumo, que, a despeito de seu maior poder de dispersão, passa a deter padrões diferenciados de realização, em função das disparidades sociais, fazendo com que a capacidade de consumir não seja a mesma para os mais diversos grupos, tanto de qualitativo como quantitativo.

Essas disparidades, então, deveriam ser as bases de qualquer teoria do Espaço, uma vez que elas, principalmente nos lugares de fazer, onde as diferenças sociais são mais gritantes, vão determinar as configurações dos formatos assumidos pela Gestão das relações sociais de produção, tanto a nível local quanto global.

A análise temporal ou histórica da Organização do Espaço em nível global vai mostrar que, inexoravelmente, o comportamento dos subespaços do mundo subdesenvolvido está dominado pelos interesses, pelas necessidades e pelas vontades dos países centrais (SANTOS, M., 2012b). Tal posicionamento é ratificado quando se é asseverado também que:

Há que refletir sobre o conflito entre, de um lado, o ato de produzir e de viver, função do processo direto da produção e as formas de regulação ligada às outras instâncias de produção. Por isso, em nosso tempo, renova-se a importância do fator trabalho condicionado pela configuração técnica do território no campo e na cidade, e que está ligado ao processo imediato da produção e os resultados auferidos desse trabalho, cujo valor é ditado por relações mais distantes. (SANTOS, M., 1998, p. 18)

Indo direto ao ponto, quando tecia considerações sobre o conceito de “paisagens derivadas” do geógrafo francês Max Sorre, M. Santos estabelece essa realidade de forma mais contundente quando declara que:

[as] paisagens dos países subdesenvolvidos, efetivamente, derivam de necessidades da economia dos países desenvolvidos, onde, finalmente, se encontra a decisão. As relações mantidas pelos grupos humanos com suas bases geográficas não dependem desses grupos humanos (SANTOS, M., 1996, p. 9)

Conseqüentemente, a divisão internacional do trabalho expressa a compleição do modo de produção dominante, por meio da definição dos Espaços geográficos que serão responsáveis pela criação de inovações e dos que serão apenas os seus fornecedores e/ou entrepostos, encarnando em si as intencionalidades hegemônicas, respectivamente, os lugares de comando e os lugares de fazer (SANTOS, M., 2012).

Nos Espaços explorados do globo, as economias locais não se reconhecem em si, tendo as suas relações realizadas com os centros de decisão via intermediários ou prepostos gerando um contexto de interações sociais não igualitárias ou segregadoras, implicando nas mais sortidas conseqüências para a evolução espacial (SANTOS, M., 1996).

Mesmo se reconhecendo que os efeitos dos movimentos das estruturas não incidem em todos os lugares ao mesmo tempo e com a mesma intensidade – ao menos não de modo direto – esses se fazem sentir pelo Espaço geográfico como um todo, posto afetar a disposição das hierarquias e suscitar modificações na ordem interna das totalidades dos lugares (SANTOS, M., 2012).

A despeito dessa realidade, as mediações entre as localidades – que podem assumir formas como técnicas políticas, financeiras, comerciais ou econômicas – dado o peso da centralidade das áreas de comando, dão novas formas para a relação meio-homem, anulando as possibilidades de autonomia regional e invalidando as premissas básicas da abordagem tradicional da geografia das regiões (SANTOS, M., 2008), de modo que essa relação de submissão produtiva anula a proeminência de qualquer elemento que poderia vir a ser considerado uma ‘vantagem regional’.

Esse avanço das economias líderes por sobre os espaços dominados é um elemento desestabilizador, de natureza entrópica, dado desestruturar as forças de coesão local, e que se estabelece por meio da imposição de um conjunto normativo autocentrado e alheio à realidade do próprio lugar, o que o torna alvo de um fluxo constante de questionamentos sobre a sua legitimidade (SANTOS, M., 1998).

Aumentam-se assim as dificuldades de regulação interna como também da coordenação externa, já que cada organização transnacional tem interesses que somente se exercem plenamente a partir da desregulação das outras instâncias – tais como os espaços públicos de atuação – algo que ajudaria a organizar a empresa em questão, mas que desarranja tudo o mais. Em outras palavras, a presença das empresas globais numa dada localidade é um fator de desorganização, de desagregação da tessitura produtiva original (SANTOS, M., 1999).

A circulação de bens e serviços perde a sua primazia e o trânsito principal entre as espacialidades passa a ser de ordens, de informação, de mais-valia, o que vai dotar as cidades com novos conteúdos transacionais, não mais sendo dominados por alimentos, tecidos ou utensílios diversos, mas sim os mais variados delineamentos de assessoramento técnico ou burocrático (SANTOS, M., 2012b).

Nos países subdesenvolvidos, as grandes desigualdades de renda vão desembocar na hierarquização dos negócios e na presença de atividades semelhantes, mas que se manifestam de modo qualitativamente diferente haja vista se dirigirem a grupos sociais extremamente distintos (SANTOS, M., 2004).

Logo, isso permite asseverar que, se a divisão interna do trabalho reflete o movimento da sociedade – a demanda e a geração de novas funções e a adequação dessas às formas já existentes ou criadas – a divisão internacional do trabalho explica os processos de seleção produtiva dos lugares (SANTOS, M., 2012).

Mirando-se em Wilbert Moore, em sua obra *Impacts of industrialization*, publicada no de 1965, Santos (2004) proclama que aquilo o que se chama de “modernização” nada mais é do que a subsunção econômica, política e social dos locais subalternos àquilo o que é considerado avançado pelos países centrais.

Dessa forma, quanto mais uma localidade é dependente e subordinada aos regramentos da divisão internacional do trabalho, maior a probabilidade de um agrupamento político assumir a tarefa de defender essa situação e procurar obstaculizar a ascensão de outros concorrentes (GRAMSCI, 2005). Num cenário como esse, tais agremiações fariam as vezes de vetores dos comandos emanados dos pontos centrais das redes verticais.

A oposição a esse estado de coisas somente obteria êxito se fosse organizada no sentido de se reforçar os níveis de horizontalidade, ou seja, através da integração dos espaços constituintes do local, restaurando-se a base da vida comum, reestabelecendo-se os mecanismos de geração e de reforço de uma coordenação normativa de caráter autóctone (SANTOS, M., 1998).

Registre-se que uma diacronia das FES's solicita a compreensão de como os locais se relacionam com as mudanças requisitadas pelos modos de produção, num processo mediado por suas próprias especificidades, haja vista que a Estrutura não é um elemento apartado da História. Por sua vez, uma sincronia que ilumine as defasagens entre os Espaços cobra que se recepcione a evolução das formas como efeito de um misto de avanço e resistência das forças produtivas (SANTOS, M., 2012).

As formas pelas quais as funcionalidades de cada sociedade são concebidas

dependem da distribuição – quantitativa e qualitativa – da infraestrutura produtiva e de outros atributos espaciais, sejam esses físicos ou humanos, como se pode depreender das palavras de Santos (2012).

No entanto, a despeito de sua fragmentação, cada espacialidade espelha a totalidade social prevalecente, tendo em vista que todo o seu processo de inserção na realidade que a circunscribe é uma construção influenciada por fatores sociais, econômicos e políticos (SANTOS, M., 2012).

Deve ser levado em conta que cada objeto geográfico tem a sua localização definida pelos interesses do sistema produtivo, mas também deve ser ponderado que essas destinações também sofrem alguma influência do próprio lugar e que essa realidade é um dado variável no tempo (SANTOS, M., 2012).

O Espaço não pode ser visto apenas como uma projeção das estruturas sociais, ele também é uma forma, uma decorrência das interações historicamente assentadas que, dicotomicamente, se colocam ao mesmo tempo como condição e resultado desse mesmo processo ou, como afirmara Santos (2012, p. 45), uma “inércia dinâmica”.

Emprestados da Física, esses termos referem-se à ideia de que, na ordem de interação entre formas espaciais e estruturas espaciais, essas definições mutuamente se influenciam, sendo aquelas um elemento ativo e essas últimas um constructo que se adaptam e moldas novas estruturas.

As estruturas espaciais – demográficas, econômicas, agropecuárias, financeiras e etc. – podem ser classificadas em duas categorias diferentes (SANTOS, M., 2012):

- As estruturas simples – formadas por elementos de uma mesma categoria, fatores homólogos.
- As estruturas complexas – formadas por classes distintas, fatores não-homólogos.

Ressalte-se que M. Santos (2012) via num Estado-Nação uma FES, ou seja, para o autor baiano o Estado-Nação é uma totalidade que se conformava como um sistema de estruturas de produção, devendo ser esse a verdadeira unidade geográfica de análise. Nesse contexto, a região nada mais seria do que uma abstração didática de investigação de parte de um todo formado pelo Estado-Nação.

Em reforço a essa percepção, M. Santos (1999) revela que, paradoxalmente, o Estado Nacional é resultante de um processo histórico no qual as trocas vão se ampliando

em função da evolução do comércio, promovendo o aumento da interdependência entre as sociedades, com a produção de um número maior de bens e serviços, exponenciando o volume de transações.

A emergência do Estado Nacional confere a esse a condição da mais acabada expressão burocrático-político-militar dessa conjuntura, concedendo-lhe o duplo papel de regulador das relações internas de convívio coletivo e soberano representante dos negócios exteriores (SANTOS, M., 1999).

Em razão disso, ainda que as unidades subnacionais possuam características próprias, o que as distinguiria das demais, a sua trajetória diacrônica somente terá respostas consistentes por meio da compreensão da dinâmica geral que, dos mais diversos modos, atinge a todas as espacialidades, uma vez que o desenvolvimento das suas estruturas conformadoras se dá alhures (SANTOS, M., 2012).

Nas áreas dos países explorados (ou subdesenvolvidos), todo o funcionamento do sistema produtivo é dirigido de fora e são delegadas aos lugares de forma impositiva as relações que se realizam em seu interior são desprovidas de maiores níveis de autonomia, com pouco grau de correlação entre a estrutura de produção existente e os interesses locais endógenos (SANTOS, M., 1996).

Nesse sentido, as realidades das nações periféricas são mais controversas uma vez que (SANTOS, M., 2012, p. 45): “[um] país subdesenvolvido é uma Formação Sócio-Econômica (*sic*) dependente, um Espaço onde o impacto das forças externas é preponderante em todos os processos. Por esse motivo, sua organização do Espaço é dependente.”

A dinâmica de evolução espacial nos países periféricos não é algo autônomo, tendo em vista que esse se dá por meio da interação entre o próprio Estado-Nação e o conjunto de empresas transnacionais, que são donas daquilo que se costuma denominar “atividades modernas” e, no exato instante em que essas nações se submetem a um modelo de desenvolvimento externamente orientado, a nacionalidade abre mão do controle político de sua organização espacial (SANTOS, M., 2012).

As empresas se apresentam como redentoras e, de pronto, instala-se discurso de que elas são credoras e dignas de todas as formas de homenagens e reconhecimento pelos empregos que geram e pela dinamização locacional que ela estaria promovendo. No entanto, essa é apenas uma forma de chantagem, na qual as firmas ameaçam se retirar caso seus interesses não sejam atendidos em sua plenitude, conseguindo assim subordinar o poder público (SANTOS, M., 2011).

Esse quadro pode ser sintetizado da seguinte forma:

Uma companhia internacional organiza a sua produção em diversos países em função do seu próprio jogo de interesses, criando aqui, ampliando ali, e mesmo suprimindo sua atividade nas áreas ocasionalmente consideradas menos interessantes. Na medida em que essas companhias se tornam capazes de influir na fixação dos preços independentemente das possibilidades locais, o governo de cada país vai-se tornando cada vez mais impotente para administrar o resto da economia que não submetido à jurisdição dessas firmas, uma vez que, como já vimos antes, a economia tomada como um todo é, absolutamente, interdependente (SANTOS, M., 2012b, p. 61)

Não por outro motivo que M. Santos (1994) sustenta que o discurso da competitividade, despojado de toda e qualquer justificativa de caráter ético, mimetiza os movimentos bélicos das divisões no campo de batalha, só que essa é uma guerra planetária, capitaneada pelas multinacionais e pela tecnocracia internacional e o objetivo é a conquista não apenas de mercados, mas também o aprisionamento ideológico dos povos.

Essa competitividade vê no apelo à solidariedade um anátema, o que, quando do seu domínio, explica o banimento de todas as modalidades de intervenção que preconizam um mínimo de integração das ações políticas com o fito de se atacar as mazelas sociais. O coletivo já não importa porque as soluções são individualizadas, o comunitário é associado a ineficiências e o gregário a corrupção, por isso que um dos ataques do neoliberalismo é à política: interessa a esse, a fim de redução do poder de barganha do trabalho, que os indivíduos, a fim de garantirem sua própria sobrevivência, travem entre si uma luta constante (SANTOS, M., 2011).

De acordo com M. Santos (2012, p. 47), quando da captura do Espaço nacional pelos interesses oligopolistas estrangeiros, a sequência dos fatos que passam a intervir sobre as suas estruturas e as suas formas, que doravante passam a assumir contornos recursivos, se dá do seguinte modo:

- O Estado torna-se incapaz de fornecer serviços sociais;
- A produção, principalmente a industrial, deixa de refletir as necessidades nacionais e passa a sofrer com um processo de concentração acumulativa;
- Os padrões de consumo são distorcidos e começam a refletir os padrões de ocupação do território pelo capitalismo internacional.

Quando a Política passa a ser feita à sombra dos Mercados, enlaçada por uma construção ideológica que homizia o que há de concreto, a realidade das relações socioespaciais de produção torna-se refém de uma coordenação corporativa, ausente de preocupações éticas ou finalísticas (SANTOS, M., 2011).

Ressalte-se que a aceleração das transações econômicas – interna e externamente – faz com que o Espaço se metamorfoseie, adquirindo uma relação na qual o Dinheiro passa a dominá-lo, conformando-o de acordo com os seus interesses, sendo esse último a catraca que coordena o movimento entre as demais roldanas do sistema e, por se assumir globalizado, torna-se onipresente nos processos de transformação do próprio Espaço em território do Capital (SANTOS, M., 1999).

A face financeira do modo capitalista se autonomiza no ambiente da economia internacional, retirando qualquer sentido daquilo o que se chamava de relação economia real x mundo das finanças, com o Dinheiro se tornando o centro da realidade mundial por meio de uma imposição ideológica e com a premente necessidade de, a cada dia, criar inovações financeiras que alimenta a demanda especulativa (SANTOS, M., 2011).

O Espaço reflete esse contexto agudizando a concorrência por capitais, levando vantagem os lugares que se mostrarem mais submissos a esse fenômeno, não sendo mais as suas vantagens locais os determinantes de atração dos investimentos produtivos. A lógica dominante é a do Capital.

Vale frisar que as estruturas são entidades coordenadas, cujo desenvolvimento torna-se decorrência das modificações sucedidas em suas subestruturas constituintes, com a ressalva apenas de que tal encaminhamento é conduzido pelos elementos de lideranças, ou seja, sua força de comando e controle. Quando essas unidades se movem, tudo o mais reage ao seu movimento (SANTOS, M., 2012).

Quando postas em movimento, essas estruturas dominadas pelo Capital submetem todo o Espaço, entrelaçando-o num emaranhado de verticalidades e erigindo uma coordenação normativa que pouca margem concede às localidades para que essas possam definir seus próprios rumos. Obviamente, essa não é uma situação desejável.

Consequentemente, a reconstrução de novas horizontalidades seria uma solução plausível para essa perda de comando local sobre o seu devir produtivo, proporcionando a elaboração de uma estrutura de consumo localmente definida que refletisse os reais interesses das próprias espacialidades (SANTOS, M., 1998).

2.2.2. A Gestão do Espaço

M. Santos (2012b) entende que as atividades produtivas são dispostas no Espaço em obediência a um comando organizativo, sendo esse definido como o conjunto de regras que coordenam os perfis relacionais existentes entre as suas variáveis (elementos espaciais e objetos geográficos), interna e externamente. Adicionalmente, ele ainda advoga que tal normatividade se destina a garantir a continuidade e a regularidade do domínio daqueles que controlam esse mesmo processo e essa mesma espacialidade.

Ele identifica que a evolução do modo de produção capitalista se dá através da evolução de arranjos técnicos em paralelo com ideias morais e filosóficas que vão influenciar a formação das estruturas política e jurídica que, por sua vez, condicionam a ética, os costumes, os regulamentos e a institucionalidade de um modo geral, sejam essas estatais ou privadas (SANTOS, M., 2011).

Muito embora a fluidez dos contatos entre os lugares venha ganhando velocidade e apuro por conta do refinamento dos objetos criados, que cada vez mais se apresentam como objetos técnicos, o verdadeiro dínamo dessa interação entre os locais são as ações humanas que, também cada vez mais, se dão de forma normatizada, ou seja, fruto de atos de Gestão (SANTOS, M., 1998).

O Espaço aparece assim como uma entidade administrada, cujo devir está sujeito a comandos de gerenciamento sendo esses emitidos em função dos objetivos estabelecidos e que são pautados por uma intencionalidade prévia, politicamente determinada, para que sejam atendidos os interesses de uma dada classe social.

Contudo, o Espaço ganha maiores níveis de relevância para a Administração Política, porque é nele que ela se concretiza, haja vista que a “... transformação do Espaço ‘natural’ em Espaço produtivo é o resultado de uma série de decisões e escolhas historicamente determinadas” (SANTOS, M., 2012, p. 48), ou seja, a Organização Espacial é um fenômeno que resulta de um contexto gestor.

Mais nitidamente, essa convicção se materializa quando se vê que:

Aliás, a própria segmentação tradicional do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) muito ganharia em ser corrigida para incluirmos, em lugar de destaque, como ramos automatizados do processo produtivo propriamente dito, a *concepção* (pesquisa), o controle, a coordenação, a previsão, paralelamente à *mercadologia* (marketing) e à propaganda. Ora, a organização atual do Espaço e a chamada hierarquia entre lugares passou a dever grandemente, na sua realidade e na sua explicação, a esses novos elos do sistema

produtivo (SANTOS, M., 2012b, p. 14).

Essa última declaração vincula diretamente a determinação dos formatos adotados pelo Espaço àqueles princípios administrativos definidos por Henri Fayol em seu clássico livro *Administração Industrial e Geral* (FAYOL, 1994), ainda no início do Século XX, o que reforça a tese ora defendida.

Entretanto, M. Santos (2011) também antecipa a existência de uma Administração Política quando declara que o processo produtivo é resultado da aposição de aspectos técnicos e políticos, cabendo aos primeiros as particularidades da organização da geração de bens e serviços e, aos últimos as expressões concretas das relações sócias de produção (padrões comerciais, preços, custo do dinheiro, volume de inversões, etc.) e que, progressivamente, vem sendo controladas por localidades distantes da própria base de produção.

Por sinal, a Gestão é importante para esse processo porque a produção requer controle e previsão como requisitos de uma realização ótima e cada forma de Gestão expressa um feitio de se produzir de modo que é possível comparar o estágio de desenvolvimento de uma localidade a partir das formas de organização do circuito produtivo. Logo, cada modalidade de produção é um tipo de aplicação técnica e cada aplicação técnica é resultado de uma decisão gestonária (SANTOS, M., 2008).

A Organização Espacial é, pois a resultância de um *mix* de poder político, economias de escala, eficiência do capital e de formas de concentração e de especialização produtiva (MOREIRA, 2011), sendo a valoração desses fatores algo perfeitamente atribuível uma decisão basicamente de Gestão. Em sentido *lato* pode ser dito que:

O Espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o Espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O Espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, M., 2008, p. 158)

Nas palavras de M. Santos (2012b), as relações socioespaciais de produção são reguladas pelos interesses do modo de produção, que abrange todo o espectro espacial, e essa interação é mediada através de dois parâmetros: as características técnico-funcionais,

que espelham os predicados específicos de cada lugar, e as características sistêmicas, que aduzem o papel da localidade no interior de uma dada estrutura econômica.

Logo, o que se faz ou o que se deixa de fazer com e por uma dada espacialidade tem, num cenário decisório, a sua instituição. Se essa é ocupada, abandonada, retomada ou deixada em suspenso, esse estado emerge como repercussão de uma deliberação administrativamente concertada.

Sendo que a totalidade do Espaço – noutros termos, a própria Sociedade – somente pode ser mais bem observada por meio da análise das interações entre os seus elementos componentes, haja vista que esse trato não se apresenta como um evento isolado, mas como corolário de um processo social (SANTOS, M., 2012b).

M. Santos (2008), longe de cometer uma impropriedade, no entanto, defende que esse dispor precisa ser mais bem qualificado, uma vez que, cada vez mais, o meio geográfico vem deixando de ser alvo direto da intervenção dos grupos sociais locais e passa a ser conduzido por forças e interesses alhures, que são os reais ânimos de decisão e comando das regiões subdesenvolvidas, resultando em estruturas socioeconômicas desiguais.

De modo que:

É na medida em que a economia se complica que as relações entre variáveis se dão, não apenas localmente, mas a escalas espaciais cada vez mais amplas. O mais pequeno lugar, na mais distante fração do território, tem, hoje, relações diretas ou indiretas com outros lugares de onde lhe vêm matéria-prima, capital, mão-de-obra, recursos diversos e ordens. Desse modo, o papel regulador das funções locais tende a escapar, parcialmente ou no todo, menos ou mais, ao que ainda se poderia chamar de sociedade local, para cair nas mãos de centros de decisão longínquos e estranhos às finalidades próprias da sociedade local (SANTOS, M., 2012b, p. 25)

Adicionalmente, M. Santos (1998) promove um arrazoado no qual a realização produtiva dos territórios se dá por meio de três dimensões:

- O acontecer homólogo – interno às localidades, se vincula às áreas da produção agrícola e da produção urbana, cujas modernizações são pautadas por um conhecimento endógeno e especializado que determina as formas de relações entre esses segmentos produtivos;
- O acontecer complementar – relações entre localidades dadas pelas necessidades de modernização que se realizam pela interação das

partes consideradas geograficamente próximas;

- O acontecer hierárquico – formato de interação que unifica um dado espaço em torno de um comando organizativo centralizado e superior que determina as regras de valoração dos objetos presentes naquele dado Espaço.

Enquanto os modos de acontecer homólogo e complementar são expressões de regras e de comandos com origens na própria localidade, o acontecer hierárquico é fruto de uma imposição exógena ao lugar, que somente se estabelece por conta de uma relação de poder cujo ordenamento é alheio a esse (SANTOS, M., 1998).

Essa tríade conceitual reforça a percepção defendida nesta tese de que a Organização Espacial é um fenômeno administrativamente conduzido, qualificando-o a partir das suas fontes de comando e controle. As duas primeiras formas aparecem como síntese de relações internas às localidades e a última, das externas. No entanto, a despeito disso, é sempre um ato de Gestão. Dessa forma, torna-se plausível evocar a premissa de que a Gestão das relações socioespaciais de produção deve ser interpretada como parte integrante das estruturas geográficas e, como tal, é uma construção cujo valor e cujo sentido irão variar em função do Tempo e do Espaço.

Afinal, quando Santos (2012, p. 25) declara que nenhuma “sociedade tem funções permanentes, nem um nível de forças produtivas fixo, nenhuma é marcada por formas de propriedades, de relações sociais” torna-se patente que as relações socioespaciais de produção são um éter fluido e, conseqüentemente, a sua Gestão também o é.

Santos (1996) chama a atenção para o fato de que as relações específicas dos setores produtivos e seus formatos interacionais são também fatos geográficos integralmente carregados de significados econômicos e sociais que subordinam as suas condutas – o que pode ser entendido como uma intencionalidade gestonária – e que merecem uma singular representação no espaço, o que nem sempre vem sendo adequadamente promovido pela Geografia Regional.

De todo modo, M. Santos (2012b) determina que as estruturas e sistemas espaciais têm como forças motrizes dos seus processos evolutivos a ação externa ao sistema (evolução exógena), o intercâmbio entre o seus subsistemas constituintes (evolução endógena) e as reações causadas por seus movimentos particulares (evolução interna). Da convergência dessas três dinâmicas emergem os modos pelos quais o Espaço se modifica.

M. Santos (2012b), entretanto, reinterpreta a concretude das localidades específicas como não sendo algo que corresponda fidedignamente à realidade, tendo em vista que as frações espaciais somente ganham algum valor de juízo quando referenciada ao Espaço como um todo. Desse modo, a totalidade é o concreto e a sua subdivisão o abstrato, posto o sentido de esta ser tributário da existência daquela outra.

No âmbito da Administração Política, essa é uma constatação de suma relevância, dado servir como justificativa para se alinhar as suas pesquisas sobre as relações socioespaciais de produção antevendo essas como uma totalidade e, não como ações específicas.

Contudo, é preciso registrar que as relações socioespaciais de produção não são, necessariamente, realizadas entre si, mas sem entre as suas qualidades e seus atributos (SANTOS, M., 2012b), categorias que são construídas a partir dos valores por elas recebidos e que concebidas pelos demais participantes da estrutura produtiva, principalmente por aqueles que a coordenam.

Desse modo, o que se está a analisar não é o ato em si, mas a valoração dada pelos agentes a cada um dos movimentos que constituem a trama produtiva de uma localidade em específico, sabendo que essa particularidade apenas assume algum sentido se vista pela perspectiva do Espaço total.

Por outro lado, dando outro rumo à atual linha de raciocínio, M. Santos (2003) sugere que o discurso do planejamento com vistas ao “desenvolvimento regional” nada mais é do que a captura das espacialidades menos dinâmicas por uma lógica que busca escamotear o fato de que o atraso e a desigualdade espaciais são um aspecto do próprio modo de produção capitalista e que os casos de “sucesso” dessas políticas nada mais são do que expressões do controle promovido pelos Espaços centrais sobre a periferia.

Esse “desenvolvimento” é dado pela modernização das estruturas produtivas e se faz necessário porque, principalmente na órbita dos países explorados ou subdesenvolvidos, “quanto mais o espaço está carregado de capital fixo e de um nexos técnico-científico, tanto mais parece fácil a sua penetração por nexos econômicos mais complexos, por uma ideologia estranha à História local e por um comando político distante” (SANTOS, M., 2012b, p. 65).

A razão dessa realidade é que o enxerto de modernizações – sempre formuladas nos centros mundiais de pesquisa – acaba por prender as áreas exploradas em um torvelinho produtivo, no qual, elas se tornam dependentes das formas de criar bens e serviços que são engendradas pelas nações desenvolvidas (SANTOS, M., 1994).

Muito embora esse afluxo de facilidades aparente contribuir para o bem-estar das populações ali residentes, em verdade, esse se dá porque as exigências de aumento da rentabilidade e de rápido retorno dos investimentos justificam a melhoria da infraestrutura existente – principalmente em transportes e comunicações – a fim de diminuir as defasagens do lugar em relação à economia-mundo (SANTOS, M., 2012b).

Logo, o referido lugar apenas estaria “se desenvolvendo” porque, naquele determinado momento, ele estaria atendendo aos interesses daquilo o que M. Santos (2003) chamaria de localidades de comando; quando cessasse tal desígnio, ele perderia a sua dinamicidade econômica.

De modo até contundente, essa denúncia é expressamente feita na seguinte construção discursiva:

Então quando, cavaleiros andantes, saem os ministros para esmolar no Norte o que eles chamam de “compreensão” das empresas, é como se não soubessem que essas empresas globais necessitam dos mercados, por mais mínimos que sejam, porque a perda do menor grama de atividade inflete o poder de uma em benefício da outra. Todos os mercados, por menores que sejam, são fundamentais – isso também é globalização. Desse modo, por menor que seja um lugar, por mais insignificante que pareça, no mundo da competitividade este lugar é fundamental porque as empresas globais dependem de pequenas contribuições para que possam manter o seu poder. Esse poder que é cego, porque não olha ao redor. Esse poder que se preocupa com objetivos precisos, individualistas, egoísticos, pragmáticos é um poder cego, já que não olha ao redor. Mas escolhe lugares aqui e ali, hoje e amanhã, em função das respostas que imaginam poder ter, e desertam esses lugares quando descobrem que já não podem oferecer tais respostas (SANTOS, M., 1999, p. 11).

M. Santos (1996) chega a defender que essa realidade é a tônica – com todas as espacialidades das áreas exploradas sendo contaminadas pelo controle dos lugares centrais – sendo o oposto apenas a exceção e tão somente cabendo àquelas localidades cuja ausência de dinamismo seria corolário de uma incapacidade de adaptação às exigências da economia- mundo.

Estabelece-se um ambiente de competição entre os lugares em que a competitividade transforma-se em um mantra que justifica o discurso da violência e da força e que legitima formas extasiantes e intoxicantes de individualismos, dentre as quais M. Santos (2011, p. 35) destaca:

- Na vida econômica, que brutalizam as formas pelas quais as firmas competem entre si e coordenam seus setores;

- Na ordem política, que impelem as forças políticas a se transformarem em meras estruturas eleitoras;
- Na ordem do território, que estorvam a interação entre as localidades as empurrando para uma disputa calcada em soluções particularistas;
- Na ordem social e individual, que inibem a alteridade e coisificam o outro, fazendo do desrespeito às pessoas um dos fundamentos da sociabilidade.

A Organização Espacial representa as maneiras pelas quais o ser humano interfere no Espaço geográfico, mas, de um modo qualificado, de uma forma mais refinada; afinal ela expressa o como a espécie humana modificou esse aspecto da realidade e não apenas como ela interage, ou seja, ela se pronuncia sobre como a natureza primitiva foi reformatada (SANTOS, M., 2012) e esse é, claramente, um processo de Gestão.

Esse é um acontecimento gestor porque ele reflete um contexto de realização de um trabalho social que foi dirigido sob uma determinada lógica produtiva, expressando como os seres humanos se coordenaram para a construção de uma materialidade geograficamente externalizada.

Por conta disso, essa Gestão vai se constituir como elemento histórico-geográfico do Espaço, tendo em vista que cada forma de intervenção deriva, em algum grau, de alguma forma passada e vai deixar marcas para as formas futuras, constituindo-se como um memorial da ação humana (SANTOS, M., 2008).

Essa ação gestora vai combinar tanto elementos espaciais homólogos, que guardam entre si os mais diversos níveis de correspondência, quanto não-homólogos, que não apresentam paralelismos entre si, para assim poder da continuidade reprodução da realidade produtiva (SANTOS, M., 2012b).

Conforme já salientado, a razão de ser de uma dada Organização Espacial é a promoção e a cristalização das formas de produção, não há outro sentido de se controlar e coordenar o trabalho social que não pela criação e a manutenção de um Espaço geográfico com o fito de realizar uma materialidade específica, num processo recursivo que vai dar forma aos padrões locacionais e aos sistemas de poder e de decisão (SANTOS, M., 2003).

Defende M. Santos (1994) que as mais diversas e específicas configurações de Organização Social, determinadas pela superposição do conjunto de operações de produção, circulação, distribuição, controle e decisão ali existentes, vão formatar a Organização Social global, cuja coordenação é promovida pela associação entre o poder

repressor do Estado e as grandes corporações capitalistas e, em grande parte, influenciam a ação dos demais agentes econômicos.

No entanto, essa missão não fica exclusivamente a cargo do Estado e de suas unidades de intervenção, uma vez que os governos podem ser permeáveis aos reclames de seus povos. Ela é entregue essencialmente aos representantes do Capital globalizado, instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, os bancos internacionais regionais, as Universidades centrais produtoras de ideias de globalização e as Universidades regionais que lhes são subalternas e aceitam essa tarefa de reprodução (SANTOS, M., 1999).

Isso reforça a percepção de que, principalmente no âmbito do modo capitalista de produção, as condutas dos participantes dos circuitos produtivos sofrem os efeitos do controle dos centros de comando o que, em outros termos, pode ser entendido como uma forma de Gestão das relações sociais de produção, ou seja, de Administração Política.

Desde fins do Século XIX, a Organização Espacial sob a batuta do modo de produção capitalista é, nos mais diversos graus, resultado da combinação de interesses das corporações oligopolistas ou do planejamento estatal, quando não dessas duas forças, ainda mais nos países periféricos, fazendo com que, aos demais agentes, somente reste a opção de se submeterem a essas mesmas formas locais (SANTOS, M., 2012).

Segundo Elias (2006), a globalização, em seu avanço, tem patrocinado uma reestruturação da produção em todas as nações do planeta, mas com maior vigor nos países explorados, modificando os perfis de atuação do Estado e dos setores privados e as formas de interação entre os novos e antigos elementos de estruturação produtiva dos Espaços, dentre os quais ganha destaque o inter-relacionamento entre os agentes econômicos, o que poderia ser interpretado como relações socioespaciais de produção.

O Estado entra nesse jogo como elemento catalisador, conjugando a sua ação com os interesses dominantes e forçando todas as demais instâncias sociais a se adaptarem aos padrões de conduta por ele introduzidos, de modo que ele passa a ser a primeira linha de defesa do sistema vigente e dos quais dependem todos os demais subsistemas (SANTOS, M., 2004).

No entanto, conforme salienta M. Santos (2004), a ação estatal geralmente se dá no sentido de reforçar as posições das atividades monopolísticas, principalmente nas economias mais atrasadas dos países explorados, o que vai redundar no aumento das desigualdades entre os mais diversos setores sociais, em suma, quando o Estado age como vetor dos monopólios ele passa a ser elemento de concentração.

Esse papel concentrador, todavia, pode ser alterado quando o Estado passa a ser agente da dispersão, ou seja, quando a sua intervenção assume compromissos com a distribuição de aparelhos de natureza social ou quando amplia o acesso ao consumo e à produção em bases mais próximas das próprias regionalidades.

Sendo justamente nesse momento que as forças pró mundialização – organismos multilaterais, universidades mundiais e fundações privadas de pesquisa – identificam no Estado territorial um óbice ao seu poder de regulação das relações socioespaciais de produção e passam tanto a criticar a sua conduta como a questionar o seu próprio poder e existência (SANTOS, M., 1998).

No entanto, o devir das firmas transnacionais tende a agudizar esse cenário de concentração, ainda mais após o estabelecimento da fase Técnico-científica, quando a pesquisa científica passa a assumir as rédeas dos procedimentos e dos meios de acumulação, acelerando o processo de mundialização da economia.

O moto propulsor dessa concentração se aninha na premente busca por rentabilidade que faz com que as corporações passem a lidar com as espacialidades a partir das suas potencialidades de lucros, mediante uma ensimesmada estratégia de poder que, ainda que não os ignore de todo, coloca em segundo plano os interesses e as especificidades dos lugares (SANTOS, M., 2012b).

2.2.3. A difusão das inovações no Espaço

Tomando a ideia de M. Santos (2012b), a difusão das inovações é um evento importante para a Administração Política do Espaço Geográfico, principalmente no âmbito dos países explorados, tendo em vista isso servir para dimensionar o grau de integração da localidade ao sistema da economia-mundo.

As difusões das inovações podem ser historiadas a partir da forma como as sociedades lidam com a geração de tecnologia, ou seja, o seu meio técnico. Nas palavras do referido autor:

Desde que a produção se tornou social, pode-se falar em meio técnico. Esse meio técnico vem sofrendo transformações sucessivas e, segundo os períodos, com diferente intensidade nas diversas partes do mundo. Naqueles países ou regiões onde eram disponíveis técnicas mais avançadas e elas podiam ser aplicadas à transformação da natureza, encontraremos também um meio técnico mais complexo (SANTOS, M., 2012b, p. 53)

Segundo M. Santos (2012b), após a Segunda Guerra Mundial, inicia-se uma etapa na qual a tecnologia passa a se portar como uma força autônoma que procura exercer algum grau de eminência sobre as demais variáveis espaciais, seja em termos de operação, de evolução ou de possibilidades de difusão, a qual ele chama de Período Técnico-Científico.

Esse novo sistema temporal promove a cientifização dos procedimentos produtivos por meio da combinação entre tecnologia e informação no que vai redundar na aceleração dos períodos de renovação das forças produtivas marcando assim essa nova fase da história da humanidade (ELIAS, 2006).

Diferenciando-se das anteriores, nessa nova fase, a tecnologia aparece como matéria-prima imprescindível para o desenvolvimento, a pesquisa de ponta concentra-se nos países mais avançados, as inovações derivam de um exercício técnico que se retroalimenta e muitas das ações inovativas, principalmente aquelas vinculadas à comunicação, surgem em mútua associação de difusão (SANTOS, M., 2012b).

Dessa forma, o ser humano toma as rédeas do processo produtivo não apenas por meio do estabelecimento de quantidades, destinação e preço do que se é ofertado, ele também assume a primazia por sobre a própria velocidade do progresso técnico o que, de modo exponencial, aumentar o seu poder de domínio do meio natural, alterando os caracteres desse relacionamento. Agora, não apenas ele aprimora as suas formas de exploração do Espaço como também condiciona a sua evolução (ELIAS, 2006).

Nesse contexto, a informação se torna, por assim dizer, a argamassa de unificação dos Espaços geográficos. Claro que sempre fora assim desde o surgimento do ingrediente humano no contexto da natureza, porém, com a chegada do período Técnico-Científico, a força desse movimento se exponencia de um modo em que as distâncias rodoviárias perderam o caráter de componente inibidor das transações entre os lugares (SANTOS, M., 1998).

Abrindo espaços para uma licença literária, esse fenômeno é bem sintetizado nos versos da canção Parabolicamará, do compositor baiano Gilberto Gil, que poeticamente declara (GIL, 1991): “Antes mundo era pequeno/Porque terra era grande/Hoje mundo é muito grande/Porque terra é pequena/Do tamanho da antena/Parabolicamará... Antes longe era distante/Perto só quando dava/Quando muito ali defronte/E o horizonte acabava”.

Contudo, mesmo nesse ponto, M. Santos (2011) faz a ressalva de que tal velocidade tem necessidade de ser mais bem qualificada posto que, de acordo com as possibilidades de cada um, as distâncias e seus colaterais (esforço, frequências, amplitudes, etc.) detêm

significações distintas para cada agente ou entidade.

Mesmo assim não há como negar que o Espaço geográfico mundializado é marcado pela disseminação do meio técnico, científico e informacional e esse passa a ser o modo pelo qual o a díade Espaço/Tempo se apresenta perante as Sociedades.

Essa transformação relativa do Espaço trouxe consequências concretas para as Sociedades que o ocupavam, principalmente nas áreas consideradas distantes e isoladas dos países explorados, dado elas passarem a compor o *menu* de intervenção das nações centrais da economia-mundo por meio das corporações transnacionais, tanto como fornecedoras de matéria-prima ou como base para plantas manufatureiras como também círculo de consumo dos bens produzidos por tais firmas.

No Período Técnico-Científico, conforme prega Santos (2012b), os fatores de concentração espacial são dados pelo tamanho das empresas, a indivisibilidade dos investimentos, as economias de escala e de escopo, além das externalidades de aglomeração e tudo isso se combina para confeccionar um quadro de convergência produtiva em poucos pontos no Espaço.

Em M. Santos (1998) é aberto um caminho de defesa para a existência de uma dicotomia no processo de criação saber técnico: aquele que é produzido e adotado localmente e aquele que é trazido algures e assumido pelo lugar, geralmente como uma imposição produtiva.

Isso significa que o estoque técnico produtivo de qualquer espacialidade é dado por meio de uma miríade de combinações entre essas duas fontes organizativas, a próxima e a distante. Dessa proposição emerge uma questão que pode vir a ser crucial para a Administração Política do Espaço Geográfico: qual o grau de controle das localidades sobre as porções territoriais que as rodeia?

Com a chegada do período Técnico-Científico, a escala tecnológica se separa da escala política e isso traz implicações consideráveis para a Organização Espacial, porque é no Espaço que os conflitos dessa dicopodia emergente vão exprimir os seus sinais de existência, com as horizontalidades sentido os efeitos de uma verticalidade cada vez mais dominante (SANTOS, M., 1998).

Daí emerge o agravante de que as sociabilidades aceitam esse domínio técnico-científico sem esboçar qualquer forma de questionamento, apenas reagindo por inércia a uma força gravitacional sobre a qual aparenta não ter controle, isso, no entanto, é efeito de um devir ideológico, no qual a técnica é apresentada como algo que não deve ser compreendido, apenas prontamente aceito, um evento absoluto e irretorquível, que não

carece de entendimento (SANTOS, M., 2011).

As forças externas, geralmente encarnadas nos interesses das corporações, engendram uma coordenação normativa que se enxerga apolítica, preferencialmente mediada pelo mecanismo de preços, a fim de se obter uma pretensa maximização transacional. No entanto, um Espaço dominado pelas relações de mercado promove tão somente a sacralização de desigualdades e injustiças, resultando no surgimento de uma ambiência ausente de cidadania e, pior, hostil à figura do Cidadão (SANTOS, M., 2007).

O Estado – geralmente desancado pelo discurso neoliberal – entraria nessa trama como uma instância de chancela para a ação das empresas transnacionais. A despeito de fantasias tais como a que menciona a emergência de uma “aldeia global”, a intervenção estatal é domada a fim de tornar possível uma globalização de matiz corporativa, onde as fronteiras não sumiriam, apenas se tornariam mais porosas aos movimentos do Capital e, onde fosse necessário, um entrave ao trânsito das pessoas (SANTOS, M., 2011).

M. Santos vê no padrão de socialização capitalista – dirigido por uma divisão do trabalho controladora cuja expansão do poder do dinheiro a agudiza – a causa para esse tipo de proceder que, sob o patrocínio de uma força alienante, que tem na fragilização dos indivíduos a sua fonte, torna-se pedra de tropeço para um movimento global das cidadanias e dos pensamentos (SANTOS, M., 2007).

De acordo com M. Santos (2012b), no momento anterior ao advento do período Técnico-Científico o alcance das inovações se resumia às áreas centrais do globo, pouco atingindo os países considerados subdesenvolvidos, com exceção de alguns poucos nódulos vinculados à economia-mundo, sendo a contiguidade um fator de revelo para se explicar essa dinâmica.

No entanto, essa realidade se modifica na segunda metade do Século XX dado o avanço das tecnologias de transporte e de comunicações tornaram reduzidas as distâncias entre os lugares. Agora o alcance das inovações são respostas dos locais atingidos às necessidades de crescimento ou funcionamento dos pontos centrais do sistema (SANTOS, M., 2012b). Não é por um acaso que:

... as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca. Todavia, nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função dos objetivos particulares. Essas técnicas de informação (por enquanto) são apropriadas por alguns estados e algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades

(SANTOS, M., 2011, p. 28)

Deixando para trás a contiguidade como elemento explicativo, o que justifica as atuais defasagens e diferenciações de difusão das tecnologias são dois fatores: primeiro, nem todo lugar é destinado a receber essas inovações e nem toda localidade se encontra preparada para recebê-la. Ambos os aspectos desembocam no estuário dos interesses do sistema da economia- mundo (SANTOS, M., 2012b).

A difusão de inovações também passa a ser responsável pelas hierarquias internas aos países, tendo em vista que aquelas espacialidades que primeiro são atingidas passa a experimentar um dado grau de proeminência em relação aos demais lugares, gerando polos internos para os quais toda a economia se volta, e o quanto mais dinâmico for o perfil dessa inovação recebida maior o nível dessa influência (SANTOS, M., 2012b).

Sustentando-se ideologicamente pela conjunção entre dinheiro e informação, forma-se uma tirania de formas e de funções, nas quais os modos hegemônicos submetem ou ameaçam os que não são hegemônicos, cujo discurso tem por eixo a haste que liga a competição ao consumo, estabelecendo-se assim novas formas de totalitarismo que condicionam tanto a transformação dos espaços quanto as relações de produção e interpessoais (SANTOS, M., 2011).

Num ambiente como esse, a difusão de inovações passa a ser vetor de poder político que é conferido às localidades tendo como parâmetro a vontade e o interesse das áreas centrais da economia mundial, o que vai resultar na ascensão e na decadência das espacialidades como decorrência do ganho ou perda de importância econômica externa.

Assim, as paisagens se transformam em depositárias dessa evolução temporal, e as configurações existentes, resposta das estruturas espaciotemporais às adaptações/imposições produtivas, dialeticamente, vão expressar os níveis de ajustamento das localidades a novas incursões inovativas, retroalimentando uma marcha de segregação e desigualdades entre os lugares (SANTOS, M., 2012b).

No entanto, há um aspecto que precisa ser referenciado nessa história: a onipresença do uso das técnicas. Isso porque, antes do período Técnico-Científico, influência era algo diferenciado e desigual, ao passo em que após esse advento, as formas de produzir não podem prescindir do seu uso, a risco de se ver alijado dos ditames da competitividade espacial (SANTOS, M., 2011).

Não que a sua difusão de inovações seja algo que se mostre igual por todo o Espaço, seguramente ela é diferenciada, mas a premência de uso de técnicas científico-tecnológicas

passa a ser a regra de qualquer forma de organizar a produção. Mesmo que ninguém seja proibido de produzir bens e serviços à moda do Século XIX, ninguém, em sã consciência, irá cometer tal temeridade.

M. Santos (2012b, p. 68), no que concerne aos níveis de preparação para o recepcionamento de inovações, identifica três formas de reatividades:

- Áreas onde as inovações são prontamente assimiladas e integradas ao sistema produtivo;
- Lugares onde essa inserção é alvo de algum grau de resistência, mas acabam por compor a estrutura produtiva;
- Espaços de forte resistência às inovações a ponto de as formas já existentes, muito embora consigam coexistir, nunca acabam por se integrar ao sistema inovativo.

Ressalte-se que até acontecimentos tais como as migrações repercutem as difusões de tecnologias, no sentido de que essa retirada pode também ser vista como uma resposta do local às mudanças provocadas pela chegada/imposição de um arranjo técnico-produtivo alienígena (SANTOS, M., 2012b).

Esse período Técnico-Científico é marcado pela dominância da grande firma, que é demandante de grandes volumes de capital fixo e de enormes aportes em inversões, promovendo a sistemática dependência da força-de-trabalho, cada vez menos exigida, e a crescente concentração das estruturas de mercado, tendo em vista o aumento das barreiras à entrada, ao mesmo tempo em que a ciência passa ser, também, um componente da produção (SANTOS, M., 2012b).

O avanço tecnológico também é um elemento explicativo das especializações espaciais, sem ele tais concentrações não seriam possíveis por conta das necessidades de contínua expansão dos níveis de acumulação exigidas pelos investimentos capitalistas (SANTOS, M., 2012b).

Com particular atenção para o fato de que as especializações espaciais deixam de ser construídas com base nos ganhos possíveis gerados pelas condições naturais dos lugares e passam a ser consequência das probabilidades de aproveitamento dos procedimentos técnico-científicos (SANTOS, M., 2012b).

Conforme já aqui tangenciado, o progresso do meio técnico corresponde a um aumento da relevância da alocação em altos níveis de capital fixo, bem como à unificação

desse mesmo capital, haja vista a oligopolização das fontes de investimento, o que vai progressivamente absorvendo o Espaço. Tais efeitos redundariam na (SANTOS, M., 2012b):

- Maiores necessidades de adiantamento de capital para a realização das inversões;
- Redução do número de pessoas diretamente envolvidas com a produção propriamente dita;
- Terceirização ampliada e acelerada das funções acessórias à produção propriamente dita.

Essa profusão de técnicas desemboca numa explosão de normas e ações de controle – requisito necessário para a eficácia do sistema – que vão redundar no enrijecimento e no constrangimento dos comportamentos, tendo em vista que, paulatinamente, as atividades hegemônicas vão sendo centralizadas em poucos centros de comando por conta do engendramento dos processos de concentração do capital, podendo-se inferir que tais formas de sujeição incitam nos indivíduos os mais diversos sentimentos de desconforto mal-estar (SANTOS, M., 2011).

3. A ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

A fim de contribuir com a consolidação da Administração Política, um campo de pesquisas ainda em construção, como declaram E. Santos e Santana (2011), E. Santos, Santana e Piau (2011) e E. Santos (2014), esta tese teve o atrevimento de propor uma área de aplicação para os seus preceitos, conceitos e definições: a Administração Política do Espaço Geográfico.

A ideia ora apresentada é a de colaborar para a formação do campo da Administração Política, reforçando o seu compromisso com a construção de uma Administração Profissional reflexiva e ainda mais consciente da existência de relações sociais de produção, seus determinantes e seus efeitos, reconhecendo que, para além dos limites físicos das organizações, há um contexto político, econômico, social e tecnológico (SUMIYA, SILVA e ARAÚJO, 2014).

Este trabalho está consciente dos riscos a que se expõe quando da sua ideação e formulação. Intentar algo dessa natureza, ainda mais numa área permeada pelo funcionalismo como a Administração Profissional, é coisa deveras perigosa e essa apreensão tem por base a advertência de M. Santos (2008) que, citando o geógrafo francês Paul Claval, lembrou que as novas ideias sempre estarão à mercê de críticas e suspeitas, ao mesmo tempo em que reconhecia que a ciência é feita por tais solavancos.

Faz necessário avisar que a Administração Política do Espaço Geográfico se pretende uma abordagem interdisciplinar, uma vez que ela procura adotar uma perspectiva teórico- metodológica comum para as demais diversas disciplinas, intenta agenciar uma integração dos resultados obtidos, e diligencia a localização de soluções por meio da articulação dos conteúdos trabalhados sem, no entanto, atentar contra os interesses peculiares dos campos aqui suscitados.

Por sinal, esse pressuposto encontra guarida no seguinte argumento:

Ao tomar a *temporalidade teórica* como um dos princípios fundamentais da administração política [*sic*], os autores possibilitam ao campo de estudos e práticas da administração estabelecer uma relação mais consistente para fundamentar o debate com outras áreas, especialmente com a economia, as ciências sociais e as ciências humanas. Assim, passam a integrar no seu conjunto, aspectos comuns para dar conta das funções e desafios próprios das chamadas ciências sociais aplicadas – que estabelecem conteúdos, métodos e formas para que os indivíduos e as organizações realizem suas necessidades e interesses coletivos (RIBEIRO, M. M., 2018, p. 30).

A Administração Política do Espaço Geográfico tem o seu foco no Espaço real, aquele que é destinado à realização das sociedades em seu devir, conforme prega M. Santos (2008), e não qualquer coisa ideologicamente imposta carente de uma verdadeira significação socioeconômica.

De igual modo, a Administração Política do Espaço Geográfico se mira em Ma (2014,p. 10) que advoga que a “... criação de modelos de gestão provém da realidade concreta dos seres humanos envolvidos em situações de associação que requerem respostas sobre sua organização, participação e mesmo sobre seus valores e objetivos” e, como aqui vem sendo defendido desde as primeiras páginas, não há categoria mais humana do que o Espaço Geográfico.

Como dito, a interdisciplinaridade é a marca da Administração Política do Espaço Geográfico, uma vez que ela congrega diretamente duas ciências sociais, mas, de modo algum, se fecha para outras disciplinas ou campos, reconhecendo que, conforme dissera o economista francês Jaques Boudeville: “... toda ciência se desenvolve nas fronteiras de outras...” (SANTOS, M., 2008, p. 131).

Se aqui se defende que a Sociedade é a preocupação primeira de qualquer ciência, então, ela deve ser uma em seu trabalho de promover a emancipação humana, por isso que a Administração Política do Espaço Geográfico deve abordá-la como uma totalidade ao mesmo tempo em que deve, repetindo, se valer da interdisciplinaridade como ferramenta de trabalho e intervenção.

O método de análise deve seguir aquela rotina preconizada por M. Santos (2012b) na qual, inicialmente, tomam-se as relações socioespaciais de produção como um todo, para então dissecá-las em função dos seus trejeitos de interação e funcionais para, então, remontá-las em novas bases conceptuais.

Segundo M. Santos (2008) a correta interpretação do Espaço – gênese, evolução e funcionamento – somente pode se dar na presença de categorias analíticas corretamente definidas, sem isso, todo um trabalho de desconstrução e síntese fica seriamente comprometido em seus resultados.

Por uma questão de método, a noção de estrutura permite reconhecer que cada elemento de um sistema pode ser recepcionado como uma subestrutura de algo mais amplo no qual ele está incrustado, cabendo a quem investiga determinar a qualidade dos predicados e das relações daí decorrentes (SANTOS, M., 2012b).

Uma hipótese de trabalho aplicável para a Administração Política do Espaço

Geográfico, adaptando-se M. Santos (2012b, p. 31), pode ser configurada a partir da presença de uma equipe de pesquisa que se debruça por sobre um conjunto de fenômenos que constitui uma realidade concreta reconhecível.

Em assim sendo, a primeira categoria de análise a ser estabelecida para a área aqui proposta é a do conflito como moto propulsor da conduta evolutiva do Espaço. O conflito no sentido de contradição das formas de organização do modo de produzir e, conseqüentemente, transformar o Espaço.

Inspirada pela obra de Milton Santos em comunhão com os escritos inaugurais do campo da Administração Política, a pesquisa em Administração Política do Espaço Geográfico teria por objeto a Organização Espacial e por objetivos as ações de compreender, identificar, caracterizar, dimensionar, classificar e permitir a intervenção nas situações de submissão das localidades periféricas nos países explorados em relação às áreas de comando das nações centrais.

Conseqüentemente, no *core* da Administração Política do Espaço Geográfico está incrustado o pressuposto de que nas áreas explorada do globo, sob os auspícios do modo de produção capitalista, são os interesses do “grande capital” que, definitivamente, determinam a configuração das atividades produtivas localizadas numa dada especialidade, de um jeito em que não é mais a presença humana local que comanda o processo de transformação da natureza do próprio lugar, mas sim um conjunto de determinações estrangeiras (SANTOS, M., 2008).

Com isso, a Administração Política do Espaço Geográfico se debruçaria por sobre um devir gestor que, embora detenha uma compleição fluida, é conformado por uma prévia intencionalidade politicamente definida e que condiciona as relações sociais de produção de qualquer que seja a sociedade, conforme preconiza R. S. Santos (2009).

Saliente-se que, quando do uso do termo Organização Espacial – roubado dos cânones da Ciência Geográfica – é preciso salientar que ele é tratado pela Administração Política do Espaço Geográfico como um substantivo abstrato, ou seja, que não possui existência própria, senão pelo trabalho de uma potência exógena, no presente caso, a ação gestora dos agentes econômicos.

A locução Organização não é recepcionada como uma entidade com vida própria (substantivo concreto), mas como um proceder que reclama a agência de outrem, sem essa figura não há como ela subsistir e, para os fins da nova área, o conjunto de ações que dão substância a esse vir a ser é a Gestão, entendida como os arranjos de medidas voltadas para a previsão, a sistematização, o comando, o controle e a coordenação, que solicita um moto

exterior, ou seja, um substantivo abstrato.

O que justifica esse proceder pode ser encontrado nas seguintes linhas:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante de nossos olhos e que se manifestam através de processos e de funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual (SANTOS, M., 2008, p. 153)

A Administração Política do Espaço Geográfico se move sempre no sentido de encarar a Organização Espacial como uma totalidade, da qual não é possível ter uma percepção fina da parte se não se tiver uma consciência de como essa interage com o todo, por isso ela deve buscar evitar análises que se voltem para atividades econômicas isoladas ou que reduza a ação humana à figura abstrata do agente representativo.

A Administração Política do Espaço Geográfico rejeita a aceitação da região, nos países subdesenvolvidos, como uma unidade autônoma, com pleno poder de decisão por sobre os seus destinos. Essa aquiescência resultaria, então, na emergência de uma dialética claudicante pautada por um homem apartado do capital e por uma espacialidade não socializada, além de promover-se à custa de relações causais sem aderência aos fenômenos da realidade.

O que justifica essa percepção é que, nos países subdesenvolvidos, a dominância das economias centrais sobre o processo produtivo local desativa a possibilidade de ser a intervenção dos residentes o principal determinante das práxis econômicas. Registre-se que esses lugares são o que são por conta de uma lógica gerada algures, ou seja, são apenas áreas de obediência.

Isso não quer dizer, no entanto, que ela não possa jogar luzes por sobre especificidades espaciais em seu processo de entendimento da realidade, porém, esse propósito deve ser sempre guiado pela compreensão de que as relações sociais de produção se influenciam mutuamente e, mais do que isso: em cada localidade, elas são afetadas aos mesmos padrões de Administração Política.

Ao trazer o Espaço para a senda da Administração Política, a área da Administração Política do Espaço Geográfico se orienta por M. Santos (2008) que cobra daqueles que promovem a pesquisa científica um compromisso com a renovação dos seus preceitos e

conhecimentos, a fim de evitar cristalizações e dogmatismo conceituais e a canonização de modelos.

Ressalte-se que a Administração Política do Espaço Geográfico de modo algum rejeita a utilização de um ferramental de natureza quantitativa, porém, ela refuga o uso de um empirismo estéril, que se preocupa apenas com as relações entre as coisas, rejeitando a compreensão das relações entre as pessoas, desconhecendo a História como principal fonte de entendimento da realidade concreta.

Por sinal, por uma questão de coerência metodológica, a Administração Política do Espaço Geográfico não pode ser tratada de modo funcionalista ou instrumental haja vista o seu devir ser o de entender como a Gestão das relações socioespaciais de produção interfere na conduta do circuito produtivo – seus agentes e seus fatores – sendo esse um fenômeno histórico, dialético e materialista, eivado de contradições e conflitos. De modo intelectualmente honesto, não há brechas para ser diferente disso.

Uma constatação cara à Administração Política do Espaço Geográfico é a de que o Espaço é um local de manifestação das sociedades, do ser humano, e não uma entidade inerte sem essência histórica. Sem o ser humano e sem a História não há como haver relações socioespaciais de produção.

Outro elemento precioso para a Administração Política do Espaço Geográfico é o de que a constituição dos Espaços é fruto de uma intencionalidade que é construída politicamente e que é mediada pela correlação de forças existente entre a Sociedade Civil, as Classes Dominantes e o Estado.

Obviamente, esses parágrafos são decorrência de uma interação entre o pensamento de Milton Santos e as bases conceituais da Administração Política, lançadas por Reginaldo Silva Santos e Elizabeth Matos Ribeiro, e eles conseguem coexistir no interior da Administração Política do Espaço Geográfico porque, basicamente, o desenvolvimento socioeconômico é um fenômeno gestor que se realiza espacialmente, faz-se necessário repetir.

A Administração Política do Espaço Geográfico é uma área que se pretende como uma análise das formas pelas quais a Gestão das relações sociais de produção influencia as mudanças no âmbito da Organização Espacial, tanto do seu ponto de vista topográfico quanto no seu aspecto temporal. Para essa nova área, Espaço e Tempo são, tal qual na relatividade einsteiniana, grandezas intercambiáveis, posto ser possível interpretar o Espaço como decorrência do Tempo e, alternativamente, conceber o Tempo tendo por referência o Espaço.

O Espaço é modificado pelo trabalho humano e esse é planejado, coordenado e controlado por ações gestonárias tanto ao nível das organizações formais quanto na área das concertações políticas de caráter social. Residindo nesta última arena o foco da Administração Política do Espaço Geográfico.

O Tempo é interpretado pelo ser humano a partir das alterações concretas da realidade espacial, mesmo em seus conceitos abstratos. Afinal, o que num determinado momento era novo, fenece e passa a ser um referencial do que se tornou velho, cristalizando na paisagem o que se pode entender por antigo.

A Administração Política do Espaço Geográfico, como uma amálgama entre a Administração Profissional e a Geografia, se prontifica a uma infinidade de aplicações, que vão desde a identificação dos agentes responsáveis pela condução econômico-político-administrativa das mudanças na paisagem até a promoção de ações que propugnem pela autonomização produtiva dos lugares.

Nesse mosaico, caberia a quem versa-se nas ciências administrativas o papel de identificar quais os modelos de Administração Política estão sendo aplicados por sobre o Espaço Geográfico, analisando-o e distinguindo os seus determinantes e resultantes, podendo assim intervir, sem uma visão dogmática desse processo, com o objetivo de otimizá-lo. Com a ressalva de que essa tentativa de aperfeiçoamento somente ganha sentido se ela propugnar pela emancipação do ser humano.

A presente propositura, muitas vezes não o pareça, está consciente de suas limitações e deficiências, porém, ela também leva consigo as possibilidades que emanam da justaposição entre os estudos geográficos e as pesquisas gestonárias. Há uma miríade de aplicações para essa construção teórica, desde um inventário das formas pelas quais uma espacialidade foi modificada até à proposição de políticas que visem a autonomização produtiva dos lugares.

Nas próximas subseções estão dispostos os fundamentos conceituais e metodológicos da proposição estabelecida nesta construção teórica. Resumidamente, serão assim determinadas as categorias fundamentais da proposta e, em seguida, o objeto de significação da referida área.

3.1. Introito expositivo

A Administração Política do Espaço Geográfico, a fim de que se estabeleça como uma área de pesquisa deve também compreender que as mudanças no Espaço atendem a

um imperativo que, geralmente, tem por finalidade o atendimento de alguma necessidade, desejo ou vontade. Repita-se, é uma intencionalidade.

Curioso é saber por que até o momento poucos procuraram estabelecer essa relação entre Gestão e Espaço? Não há como conceber que a ação humana sobre as paisagens não tenha sido algo previamente planejado, principalmente quando os olhares se voltam para os últimos séculos.

Todos os avanços tecnológicos modificaram intensamente as paisagens e mesmo aquelas áreas tidas ainda por intocadas já não podem mais ser assim consideradas, isso fica claro quando M. Santos (2012) fala em segunda natureza, a natureza como arena tecnificada, ainda que não utilizada.

A problemática do Espaço atinge a todos indistintamente, mas de modo qualificado. E essa qualificação é que deve ser motivo de interpretação por parte de quem trabalha/pesquisa/estuda as ciências administrativas, é inaceitável um pensamento sobre Gestão que não se sustente na realidade concreta.

Analogamente, assume-se que a edificação de sociabilidades que se estruturam por sobre a exploração da mais valia e da consequente alienação do fator trabalho, como já aponta uma copiosa literatura, acabam por desembocar num contexto socioprodutivo desigual, injusto, desajustado e cruel (MA, 2014).

Como já visto anteriormente, M. Santos (2012b) dá força à ideia central desta tese – de que a Organização Espacial é um elemento da Administração Política – quando ele declara que as hierarquias entre os lugares são tributárias, não apenas a ações de produção propriamente ditas, mas a procedimentos administrativos tais como pesquisa, controle, coordenação e planejamento.

Ressalte-se que, a despeito de suas prováveis tangências, a Administração Política do Espaço Geográfico não pode ser confundida com a Economia Espacial, tendo em vista que essa última se preocupa com a manifestação espacial da atividade econômica, seus perfis e razões de ocorrência (FUJITA; KRUGMAN; VENABLES, 2002), ou com a Geografia Econômica, que se volta para as explicações da presença espacial do gênero humano a partir de suas atividades produtivas (BOYCE, 1978).

Ainda que seja desconfortável, faz-se necessário repisar que a Administração Política do Espaço Geográfico se vincula aos estudos dos formatos de Gestão das relações socioespaciais de produção, ou seja, se orienta em responder questões atinentes ao “como” se dá a conduta produtiva no Espaço.

Dando continuidade, há uma convergência entre o preceito basilar da Administração

Política de que o desenvolvimento se dá por meio da interação entre Sociedade, Estado e a base técnica (SANTOS, R. S., 2009) e o conceito metodológico de M. Santos (2012b) de que os elementos constituintes do Espaço são os seres humanos, as firmas, as instituições, o meio ecológico e as infraestruturas.

De M. Santos (2012b) é retirado o princípio de que há uma comutação de funções entre as instituições e as firmas, em especial as grandes corporações, onde essas, amiúde, avançam por cima da normatização das relações sociais de produção e aquelas também se responsabilizam pelo fornecimento de bens e serviços.

Tornam-se necessários alguns reparos para que haja um acoplamento adequado entre os preceitos condutores da análise da Administração Política e o arcabouço teórico desenvolvido por Milton Santos, e tal imperativo aparece consubstanciado de forma mais ostensiva na centralidade do Estado como principal condutor da Administração Política assumida pelas especialidades.

Afinal, esse é o de maior nível de atrito observado no decorrer desta pesquisa: o papel do Estado no processo de evolução do Espaço Geográfico. Logo, a questão a ser é a quem é reservada a primazia do controle organizativo das relações socioespaciais de produção? Ao Estado, detentor poder regulatório formal e principal gestor da política econômica, ou ao modo de produção, dono da base técnico-produtiva e formulador do conteúdo ideológico da Sociedade, representados pelas empresas?

A Administração Política outorga ao Estado esse controle, ao passo em que do ponto de vista miltoniano essa está nas mãos das firmas, mais especificamente nas das grandes corporações transnacionais. Na primeira abordagem, o poder estatal é o gestor do desenvolvimento e, na segunda, ele é uma peça no tabuleiro movido pelas multinacionais.

Há, por sinal, uma proposição nos cânones da Administração Política que se apresenta deveras forte para a sua plena absorção pela área da Administração Política do Espaço Geográfico: a de que a construção de um projeto de nação capitaneado pelo Estado é resultado da incapacidade do modo de produção vigente, responsável pelo fornecimento da base técnica e gerencial que cimentaria esse objetivo, em cumprir o seu papel nesse contexto (SANTOS, R. S., 2009).

Ela é rija porque assume que essa “falha” é decorrência direta de uma disfuncionalidade do modo de produção capitalista quando, em verdade, esse descompromisso da base técnica e gerencial com o processo de emancipação humana – que deve ser o objetivo final de qualquer projeto nacional de desenvolvimento – é predicado constituinte do próprio sistema.

Conforme já exposto anteriormente, R. S. Santos *et al.* (2016) vai ao extremo quando defendem que os momentos de estabilidade do modo de produção capitalista somente ocorreram por conta do aumento do poder político do ente estatal e, quando esse é afrouxado, a tendência é de recessões e crises.

M. Santos, por sua vez, interpreta o elemento estatal sob outros olhos, ele vê no Estado uma ferramenta de intervenção das corporações, mas, ao contrário da tradição marxista, ele reconhece que ele é poroso o bastante para se deixar influenciar por pressões outras que não as exclusivas das transnacionais (SANTOS, M., 1994).

Por isso que as forças do capital, segundo M. Santos, com o avanço da globalização passaram a promover um discurso de anemização do poder do Estado e essa estratégia é espelho do poder de regulação das relações sociais de produção. Por sinal, M. Santos (2012b) lembra que os papéis dos elementos geográficos podem, em algum momento, ser mimetizados pelos outros.

Entretanto, o Estado não é a única ferramenta pela qual o Capital globalizado impõe a sua vontade, o que se está em jogo é algo muito caro para que ele deixe nas mãos de uma entidade suscetível à influência dos interesses locais, para isso ele conta também com o apoio de outros equipamentos de convencimento, tais como a Imprensa e os Organismos Internacionais.

Por sinal, há outro choque filosófico quando do cotejo entre a prática discursiva dos estudos relacionados à Administração Política e os ensinamentos miltonianos: se naqueles os organismos internacionais são recepcionados como instrumentos de estabilização das relações sociais de produção a um nível planetário (SANTOS, *et al.*, 2016), nesse último tais instituições são ferramentas de controle e submissão dos lugares (SANTOS, M., 1996).

Essa ressalva também coaduna com as palavras de M. Santos (2003) quando ele assevera que o ideário do planejamento e o discurso do desenvolvimento têm sido utilizados como ferramentas para garrotar a expansão dos níveis de bem-estar geral dos países explorados e garantir os perfis de acumulação das classes dominantes.

Claro que esse conflito é passível de solução quando, a cada momento histórico forem analisadas as formas, as funções, as estruturas e os processos a que cada um desses elementos está vinculado, de forma direta ou indireta. Em suma, será o contexto no qual eles se manifestam que definirá qual o papel por cada um desempenhado.

A boa notícia é que, no âmbito da Administração Política do Espaço Geográfico, é possível uma síntese entre essas duas perspectivas e preconizar que o jogo institucional é fluido e que a condução da gestão das relações socioespaciais de produção é um algo

compartilhado por todos os elementos.

No entanto, uma vez que ele é defluência de uma concertação política, a sua detenção vai ser resultado da correlação de forças presentes nesse exato momento. Por isso que a referida primazia pode ora estar nas mãos do Estado, ora sob os punhos das firmas capitalistas.

A primazia da regulação estatal reflete o conjunto de interesses da classe dominante de plantão, cabendo à Administração Política do Espaço Geográfico parametrizar essa relação interativa entre Estado e classes dominantes a fim de entender como esse conluio determina as relações socioespaciais de produção.

O Estado é peça fundamental para a Administração Política do Espaço Geográfico porque, como poder de condicionamento social, conferidos por seus privilégios judiciais, políticos ou econômicos (políticas fiscal e monetária), ele pode, sim, interferir com mais intensidade na trama das relações socioespaciais de produção.

Contudo, de modo até paradoxal, ele disputa com as firmas essa liderança coordenativa e essas se valem até mesmo do controle da máquina estatal para promover seus avanços nesse embate. Conforme já mencionado, esse litígio surge porque o Estado é mais sensível às demandas sociais do que as empresas.

A Administração Política do Espaço Geográfico, por princípio, deve reconhecer que o elemento estatal é mais um componente nessa equação que é o jogo social, mas também deve considerar o seu poder de determinação e de influência sobre os rumos assumidos por qualquer sociedade.

Não por acaso que o primeiro estudo claramente identificado com a Administração Política (SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M., 1993) é uma periodização da atuação estatal e retrata bem essa querela entre poder estatal e estrutura produtiva, quando o Brasil, na virada dos anos 1980, abandonou a construção de um projeto nacional de desenvolvimento.

Por sinal, termo caro para os seus criadores, os textos seminais da Administração Política entendem como Projeto de Nação uma configuração de coordenação das relações sociais de produção cujo objetivo é uma redistribuição otimizada da riqueza socialmente gerada.

Milton Santos não se utiliza de modo ostensivo desse termo, mas é possível detectar seus rastros em seus discursos quando ele reclama por maior autonomia produtiva das localidades dos países explorados o que, em suas palavras, diminuiriam as disparidades entre os lugares e as classes sociais (SANTOS, M., 2004).

Lembrando que o Capital globalizado é uma força extrusora, que condiciona a

soberania e a dinamicidade econômica das localidades aos seus formatos e o faz por conta de seus poderes político e econômico. Por conta disso a identificação das instituições que compõem esse tabuleiro é também uma das atribuições a ser assumida pela Administração Política do Espaço Geográfico.

Nesse sentido, a histórica exploração dos países periféricos promovida pelo eixo EUA/Europa/Japão é o exemplo acabado de imposição de uma Administração Política contrária aos interesses das populações submetidas, mas que, paradoxalmente, era realizada em meio à sua resignação.

Mostra-se premente também recuperar o fato de que as interações entre os setores produtivos, que também possuem particularidades geográficas, são funções de comportamentos socioeconômicos sujeitos a uma intervenção administrativa, ou seja, intencionalmente gestores e tais resgates, também, poderiam ser promovidos por uma abordagem espacial aplicada sobre os cânones do campo da Administração Política.

Essa discussão deixa claro que a dimensão institucional é um elemento importante para a Administração Política do Espaço Geográfico, porque o seu tratamento vai mostrar quais são os elementos e agentes envolvidos com a Gestão das relações socioespaciais de produção.

Outro aspecto desse contencioso teórico se refere àquele em que se defende que não há condições de operacionalização de um projeto de nação – o que pode ser compreendido como sinônimo de Administração Política – sem a concordância da sociedade em geral. Isso choca com a concepção de M. Santos (2004) de que as relações sociais de produção nos países explorados são determinadas alhures, nos países centrais.

Uma tentativa de combinação entre essas proposições se dá por meio de recepcionar a possibilidade de ocorrência de formatos de Administração Política apartados do compromisso tanto com a autonomia produtiva dos Espaços explorados quanto com a emancipação da espécie humana.

Esse seria levado a cabo pela presença, nas localidades exploradas, de prepostos e representantes das áreas de comando que, carregados de poder político e econômico, conduziriam, a partir de pontos geograficamente estratégicos, a Gestão das relações socioespaciais de produção nesses lugares.

Seria dessa realidade que se desenvolveriam as estruturas verticais de Organização Espacial, que se estabeleceriam por meio de uma rede entre os lugares integrados (hierarquicamente) à dinâmica do sistema economia-mundo, explicando aquilo o que M. Santos (SANTOS, M., 2003) chama de macrocefalias, grandes cidades centralizando a

economia de um Espaço disperso.

Por outro lado, a Administração Política do Espaço Geográfico deve também se pautar pela ideia de que o modo de produção *per se* – incorporados em suas firmas e empresas – não tem como promover a emancipação do ser humano, ainda que com a liderança do Estado, conforme advogam (JUSTEN *et al.*, 2017).

Afinal, o *ethos* do modo de produção capitalista é o da expropriação e o da concentração de renda. A Administração Política do Espaço Geográfico deve reconhecer a concepção de que as relações socioespaciais, no âmbito do referido sistema, são pautadas pela necessidade de ampliação dos níveis de extração da mais-valia, da sempiterna cobrança por inovação e pela premente exploração de mão-de-obra.

Conseqüentemente, o modo de produção capitalista é um moedor de potencialidades produtivas (ambientais, culturais, políticas, sociais, etc.) que suga as forças dos povos e dos lugares em nome de um desenvolvimento que, pretensamente, seria para todos, mas que não é assim que ocorre (DOWBOR, 2017).

Possíveis momentos de ampliação dos níveis de bem-estar sentidos pelas massas devem ser recepcionados mais como resultado nos padrões da disputa política em torno da distribuição da riqueza socialmente gerada do que, necessariamente, por alguma concessão do Estado ou do modo de produção vigente.

De todo modo, a Administração Política do Espaço Geográfico não pode se furtar ao debate institucional em torno da coordenação das relações socioespaciais de produção, tanto para identificar quais os papéis desempenhados pelos agentes econômicos nesse contexto quanto para se promover uma análise do processo de evolução dessas mesmas interações produtivas.

3.2. Premissas, objetos e objetivos.

Antes de continuar, uma ressalva: assim como o seu campo matriz, a Administração Política do Espaço Geográfico está ainda em processo de construção, com o agravante de que, ao contrário de sua fonte, que já possui quase três décadas de debates e diálogos, a referida proposição ainda está em fase embrionária e, para complicar ainda mais a disposição das peças no tabuleiro, este relatório é o seu documento inaugural.

Se, por um acaso, a área ora proposta frutificar, este escrito está fadado a ser superado por uma discussão mais ampla e mais consistente que, espera-se, redunde no refinamento de seus preceitos constituintes, restando-lhe apenas o seu valor histórico. De

modo contrário, ficará o registro de um esforço em se trazer para dentro das ciências administrativas a questão do Espaço Geográfico, ainda que sob o seu enfoque enquanto um fenômeno de Gestão.

Está-se consciente da provisoriedade dos aspectos, das definições e dos conceitos aqui levantados. Por sinal, o ideal é até que essa superação ocorra, uma vez que isso significaria a sobrevivência intelectual desta proposição teórica. Destarte, tudo o que importa para este trabalho é ganhar alguma relevância por meio das tentativas em aproximar dois temas teoricamente tão distantes: Gestão e Espaço Geográfico.

Essa indiferença somente pode ser explicada pela relutância com que as mais diversas áreas da Administração Profissional assumem em adotar a organização como o seu objeto basilar. Com tal decisão, conforme já repetido aqui, é defeso aos estudos administrativos buscar compreender como as sociabilidades se coordenam para promover a produção do ponto de vista espacial.

Então, é nessa fresta que a Administração Política do Espaço Geográfico finca seus pinos de sustentação e, tal qual um castelo de cartas invertido, escora toda a sua ação argumentativa e de onde saem todas as justificativas para as suas interpretações e suas intervenções. Sim, se está atento para isso.

Assim sendo, a premissa inicial que sustentaria a fundação de uma Administração Política do Espaço Geográfico é a de que a Gestão é o real objeto de pesquisa da Administração Profissional, o que está em harmonia com os preceitos basilares do campo da Administração Política, e que foi, de forma recalcitrante, defendido em amplos segmentos deste relatório. Sem essa aceitação, torna-se impossível propor que a Organização Espacial seja alvo de estudos por parte da ciência administrativa, porque esse é um fenômeno que se dá externamente à realidade das organizações.

Acolher a organização como objeto de pesquisa reduziria em muito o raio de ação da Administração Profissional, além de que alijaria a Administração Política em sua própria existência, uma vez que não haveria mais sentido em se compreender as relações sociais de produção, tendo em vista que a análise seria sistematicamente estancada pelas paredes das entidades produtivas ou sociais e, por motivos óbvios, inviabilizaria a Administração Política do Espaço Geográfico.

Talvez essa área, caso fosse a organização o objeto administrativo central, pudesse se voltar para as relações setoriais e intersetoriais, acontece que isso redundaria em estudos de Economia Espacial ou, alternativamente, em Estudos Organizacionais propriamente ditos, uma vez que a discussão sobre formas vinculatórias de Gestão não estaria em voga.

O debate se restringiria a estudos de localização ou concernentes a vantagens regionais como determinantes da disposição espacial da produção, não faria lógica procurar a intencionalidade por trás das configurações existentes, uma vez que somente estaria se enfocando a organização como um fenômeno social.

Essa posição ganha força quando se rememora que, conforme M. Santos (1994, 1998, 2003, 2012), a disposição das atividades produtivas, principalmente nas áreas dos países explorados, é função direta da ação coordenativa das áreas de comando dos centros do Capitalismo, desde os momentos iniciais de alocação até o consumo final.

Frise-se que a Gestão aqui é recepcionada como uma intencionalidade, uma prévia expressão de necessidades, vontades ou desejos que vão justificar a tomada de decisões por meio de um decorrer transacional politicamente determinado, conforme defendido por E. M. Ribeiro (2012).

Uma vez sendo esse processo é um dado político isso implica que há uma relação estratégica de força em funcionamento, onde os agentes procurarão persuadir ou submeter as suas contrapartes aos seus interesses, ou seja, o ambiente existente é resultado de uma combinação entre condutas de convencimento ou de coação com vistas a objetivos manifestos ou inauditos.

Por sinal, é da dosimetria entre induzimento e constrangimento que vão brotar os formatos de Administração Política, esse sopesar é o que vai definir como as sociabilidades vão se portar perante a Gestão das relações socioespaciais de produção postas em movimento, não à toa que:

[...] graças ao casamento entre as técnicas normativas e a normalização técnica e política da ação correspondente, a própria política acaba por instalar-se em todos os interstícios do corpo social, seja como necessidade para o exercício das ações dominantes, seja como reação a essas mesmas ações (SANTOS, M., 2011, p. 24).

O que seriam “técnicas normativas” e “normalização técnica e política” que não a corporificação da Administração Política do Espaço Geográfico? Sendo daí que surgem as formas de coordenação das relações socioespaciais de produção e, mais ainda, as ações de resistência e oposição.

Em suma, sem a centralidade da Gestão, que se expressa pela concepção de um conjunto de objetivos cujo alcance é um evento que requer de uma condução administrativa, torna-se inviável teorizar em termos de Administração Política do Espaço Geográfico, uma vez que ela toma para si o preceito de que é a coordenação normativa que

condiciona as transformações do próprio Espaço.

Desse contexto surge a segunda premissa deste trabalho que é a de que a Organização Espacial é um acontecimento decorrente de uma ação gestonária, ou seja, uma intencionalidade politicamente concertada conduzida e definida por medidas de previsão, organização, comando, coordenação e de controle.

Abrindo-se mão desse aspecto, se mostra seriamente comprometida a existência da própria Administração Política do Espaço Geográfico. Ato contínuo, se o Espaço não for algo administrável, ele não pode ser assunto da Administração Profissional e, conseqüentemente, da Administração Política.

Contudo, ele é um elemento passível de uma ação gestonária, tendo em vista que ele pode ser transformado pela intervenção humana coordenada com vistas ao atingimento de uma vontade anterior a esse processo. No contexto de um Espaço administrável, cada um dos elementos geográficos possui uma função definida.

Logo, o substantivo organização deve ser utilizado em sua perspectiva abstrata, cuja realização exige um movimento inicial de origem exógena e, não, como um termo concreto que prescinde de outrem para existir ou se fazer existir. Para a área da Administração Política do Espaço Geográfico, a organização não é uma entidade, mas, sim, um arcabouço de condução transacional.

Essa seria consubstanciada nas formas pelas quais as medidas de geração e distribuição de riqueza são definidas, aplicadas e legitimadas por sobre os mais diversos lugares, reconhecendo-as como fruto de uma intencionalidade politicamente concertada que, dentre uma vasta gama de efeitos, consegue transformar a realidade circundante à sua imagem e semelhança.

O fato de ser defluência de um assentamento de atos de Gestão denota que essa condução está à mercê de eventos contingenciais, mas que também tem consciência das possibilidades de adaptação dos processos ao atingimento dos objetivos definidos, isso permite relativizar o poder dos atributos naturais como o principal determinante da ação organizativa.

Por sinal, há nessa constatação uma questão recursiva que se apresenta em saber se, historicamente, foi o reconhecimento da plasticidade do Espaço que expôs a necessidade de uma conduta gestonária ou se foi essa tendência comportamental que apresentou ao ser humano as potencialidades da ação administrativa sobre o processo de dominação da natureza.

A crença num perfil adaptável da ação gestonária faz também supor que ela varia

com o passar das paisagens – tanto topologicamente quanto temporalmente – o que abre outras avenidas de investigação para a Administração Política do Espaço Geográfico. As diferenciações vão acabar por contar uma história da intervenção administrativa humana por sobre as espacialidades.

No entanto, outra derivação que se apresenta é a que se relaciona com a intencionalidade da prática. Se o ato é de Gestão, ele deve ser entendido por intencional; se por intencional, é porque há quem o anseie. Consequentemente, ao se preocupar com o caráter gestor da Organização Espacial a Administração Política do Espaço Geográfico também procurar saber a quem esse fenômeno é atribuível, noutros termos, a quem ele interessa.

A identificação dos envolvidos nessa história é outro devir da Administração Política do Espaço Geográfico que, roubando das suas teorias ancestrais, recepciona a interação entre os agentes como meio pelo qual se realiza o circuito produtivo. Nesse caso, a produção surge da combinação de intenções e gestos de elementos tão díspares quanto a Sociedade, a base técnica e o Estado. Caberia à nova área identificar a parte que cabe a cada um desses nessa seara.

De todo modo, compreender a Organização Espacial como um processo de Gestão é também determinar que esse fenômeno é uma repercussão das formas pelas quais os fatores de produção são localmente combinados o que transforma essa disposição em um coeficiente de diferenciação entre os espaços.

Com isso, a Administração Política do Espaço Geográfico não se preocuparia apenas com o uso do Espaço e dos frutos daí colhidos, mas também com o feitio das funções de produção existentes em cada localidade, como forma de se mensurar o seu respectivo estágio de desenvolvimento tecnológico, bem como o perfil de distribuição da riqueza entre os fatores produtivos.

Essa configuração também vai espelhar o perfil político da produção nos lugares. Quais são os fatores mais valorizados, quais são as formas mais adotadas, quais as funções são as mais definidas, quais delas detém maior proeminência nessa estrutura e, não menos importante, qual o papel jogado por esse processo na determinação dos rumos da Organização Espacial sob análise.

Se politicamente conduzido ele é a resultante de um sistema que é movido a interesses cuja vitalidade e propagação têm como combustível a correlação de forças entre os agentes envolvidos nesse processo. Nada do que ocorre é natural, tudo é decorrência desse moto inicial e se amolda às ações de coação e de convencimento que são promovidas

por quem detém o poder e têm por reação a adesão ou a resistência de quem os recepciona.

Por fim, a terceira e última premissa é a de que a Organização Espacial é um fenômeno conflitivo onde as mais diversas forças sociais, seja de caráter interno ou de caráter externo, procuram estabelecer os seus interesses como parâmetros de normatização e de conformação das relações socioespaciais de produção.

A luta de desenrola em torno dos modos de apropriação da riqueza socialmente produzida e quanto maior o poder político de um dado agente ou classe social, maiores são as possibilidades de esse ente interferir no devir da coordenação normativa desse processo, seja para aumentar a sua parcela, seja para barrar o aumento das frações destinadas a outros elementos.

Dessa interação estratégica, onde cada segmento busca fazer valer os seus interesses – tanto por meio da coação quanto do convencimento, surgem as normas que vão dar formato à Gestão das relações socioespaciais de produção, ou seja, à Administração Política do Espaço Geográfico.

O conflito emerge sob os mais diversos aspectos, desde entre os próprios agentes econômicos de uma mesma classe social no âmbito de uma dada localidade, até à concorrência entre capitais estrangeiros postos em choque por conta de uma referida oportunidade de ampliação dos níveis de acumulação existente numa espacialidade qualquer. Sob nenhum aspecto há quartel nesse embate, esse é um moto contínuo.

Por normativo, o conflito ganha ares ideológicos e a predileção das forças do Capital tem sido pela anemização dos estados nacionais e pela desarticulação das instâncias de proteção social e do Trabalho. Numa ambiência em que as tecnologias de informação têm encurtado as distâncias entre os lugares – de modo diferenciado, saliente-se – isso tem promovido uma uniformização dos ataques do Capital a esses direitos.

Consequentemente, não há como fazer uma análise honesta da Administração Política do Espaço Geográfico sem inserir no seu ferramental metodológico a premissa de que a Gestão das relações socioespaciais de produção é resultante de um processo conflitivo e de choque entre classes.

À guisa de um suporte epistemológico, esses são os fundamentos analíticos da área aqui proposta. Neles estão incrustadas as percepções nucleares de seu perfil metodológico, de modo que não há muito o que se desenvolver nele se esses preceitos não forem respeitados, sem o risco de se concretizar uma interpretação diversa daquela esperada a partir dos seus conceitos. Resumidamente, para fins de inculcação, as três premissas basilares da Administração Política do Espaço Geográfico são as seguintes:

- A Gestão é o real objeto de pesquisa da Administração Profissional;
- A Organização Espacial é um fenômeno de Gestão;
- O conflito é a tônica comportamental da Organização Espacial.

Como pode se inferir, o objeto de pesquisa da Administração Política do Espaço Geográfico é a Gestão da Organização Espacial, ou seja, o conjunto de medidas administrativas que estruturam os formatos pelos quais os seres humanos, em Sociedade, intervêm na natureza e modificam as paisagens em função das vicissitudes estabelecidas pelo processo produtivo, ou seja, a Gestão das relações socioespaciais de produção.

Consequentemente, o objetivo basilar da Administração Política do Espaço Geográfico é o de compreender como as formas de Gestão das relações sociais de produção são determinadas e como essas mesmas influenciam, temporal e topologicamente, a trajetória das formas de Organização Espacial.

Isso significa que a Administração Política do Espaço Geográfico, de modo suplementar, também pode se compromissar com a identificação, qualificação, comparação, historiação e hierarquização dos modelos de Gestão da Organização Espacial adotados pelas mais variadas espacialidades, bem como pode se prestar à definição e prescrição de e previsão sobre as medidas – estatais ou não - que se direcionem nesse mesmo sentido, se colocando assim como mais uma ferramenta de planejamento.

3.3. Arranjos metodológicos

Por princípio metodológico, assume-se aqui que somente a História pode se responsabilizar por fornecer à pesquisa social os significados das coisas, seu processo de construção e efeitos decorrentes (SANTOS, M., 1994). Fora dessa órbita, os esforços interpretativos carecem de suporte para compreender claramente como o Tempo afeta o que passou, o que ocorre e o que virá.

Inspirando-se em M. Santos (1998), a Administração Política do Espaço Geográfico requer um conhecimento sistemático da realidade, com base no tratamento analítico do Espaço e de suas unidades fundamentais (lugar, localidade, território, etc.), sempre inquirindo sobre a sua constituição e sua evolução histórica, devendo a literaturização do conhecimento – representada pela ação discursiva e pela metáforização – aparecer somente

como uma etapa posterior.

A Administração Política do Espaço Geográfico, bem ao estilo do que foi invocado por

M. Santos (1996), deve conceber formas de abstração que tomem o concreto como um dos ingredientes de seu alforje interpretativo de modo a se constituir um abstracionismo que se pautem pelas realidades previamente analisadas de forma objetiva.

A realidade com a qual pretensamente se espera deparar, quando da produção de estudos na área ora proposta, é algo fluido e em constante transmutação, isso requer um maior rigor na elaboração de modelos, uma vez que esses são as arestas entre o concreto e o abstrato, entre a doutrina e o real, bem como um maior cuidado na interpretação dos dados com que esses são construídos e, obviamente, uma maior dedicação na transmissão dos seus resultados.

Outro ponto sensível reside no caminho a ser perseguido quando da elaboração de hipóteses de trabalho, a justeza desse ato solicita uma postura científica diante dos fenômenos investigados, uma ação pragmática que sustente um manuseio consistente e maleável de fatos objetivos e um levantamento dos eventos postos à mesa para fins de análise e interpretação. Também não custa acrescentar a visão da transitoriedade dos aspectos identificados, principalmente no que concerne à sua validade.

Um caminho investigativo a ser trilhado pela Administração Política do Espaço Geográfico deve considerar que as mutações do Espaço, tal qual definiu M. Santos (2012b), são ao mesmo tempo de natureza econômica, cultural, política e, evidentemente, geográfica, assim como, de modo alternativo, essa pesquisa também poderia pautar-se pela análise das estruturas, dos processos, da função e da forma desses eventos.

Seguindo os ditames de M. Santos (1996; 2003; 2012b), a chave para o entendimento da natureza do Espaço e de suas metamorfoses reside na explicação dos determinantes de suas sucessivas modificações, dos modos pelos quais a sua utilização definiu a sua trajetória, bem como um inventário dos resultados obtido no decorrer desse processo.

Uma articulação entre a configuração espacial, as formas, as funções e a localização é uma perspectiva alternativa dessa última abordagem, algo que proporcionaria também um juízo de como as forças sociais presentes num dado lugar se relacionariam com os seus respectivos objetos geográficos.

Uma vantagem de um modelo interpretativo baseado nas referidas variáveis – forma, função, estruturas e processos – é que o seu viés sistêmico acaba por permitir a

quem o operacionalize compreender como os agentes e fenômenos se encaixam no decurso das transformações sofridas pelo Espaço social por meio das relações de produção.

Afinal, o Espaço Geográfico não é uma coisa que possui vida por si só, uma entidade autônoma senciente ou uma instituição com normas próprias, de forma alguma. O Espaço é um estuário de relações entre coisas e assim deve ser percebido, onde quem lhe dá senso e sentido são a natureza e o trabalho mediados pela existência do trabalho (SANTOS, M.; ELIAS, 2008).

Paradoxalmente, qualquer unidade espacial que venha a ser tocada pela presença humana passa a assumir características proteiformes, na qual a sua expressão está em constante mudança, o que vai requerer um maior cuidado com a multiplicidade de relações que emergem desse mosaico (SANTOS, M., 2008b).

Contudo, qualquer que seja o conjunto de procedimentos adotado, torna-se necessário entender que tais facetas se apresentam sob uma forma administrativa, tendo em vista essas decorrerem dos mais diversos atos de Gestão, que vão condensar em si uma intencionalidade politicamente concertada.

O que nunca pode ser aceito, em hipótese alguma, é tirar do campo de visão dos estudos na área da Administração Política do Espaço Geográfico o fato de que não há como compreender o Espaço sem ter o necessário entendimento da própria Sociedade, uma vez que essas são definições que se superpõem.

No enalço tanto de R. S. Santos e E. M. Ribeiro (1993) quanto do geógrafo baiano M. Santos (1996) a Administração Política do Espaço Geográfico deve propugnar por adotar e/ou construir uma metodologia que encontre apoio na realidade do Espaço sobre o qual ela é aplicada, evitando a pura, simples e acrítica transposição de modelos analíticos não condizentes com essa necessidade, principalmente aqueles elaborados no âmbito das nações desenvolvidas.

Não que se tenha que desprezar toda uma literatura que tenha sido elaborada no estrangeiro, mas compreender que muito do que é escrito nos países centrais da economia- mundo raramente reflete o processo histórico das áreas submetidas e, não que a Geografia esteja imune, mas isso ocorre principalmente nos estudos promovidos pela Administração Profissional.

Entretanto, os possíveis trabalhos a serem promovidos sob a égide da área de pesquisa ora proposta não podem se furtar do fato de que eles o serão à sombra da realidade de lugares subdesenvolvidos (explorados) e que, portanto, é inválido qualquer procedimento

metodológico que realize uma simples projeção para esses da realidade dos países desenvolvidos, como preconiza M. Santos (1996).

Mostra-se necessário salientar que a Administração Política do Espaço Geográfico ocupa um lugar distinto daquele apropriado pela Gestão Social do Território, uma vez que esta versa sobre as possibilidades de organização dos entes não-estatais com vistas à elaboração, aplicação e condução de políticas públicas (FRANÇA FILHO, 2009), ao passo em que a área ora em construção detém-se exclusivamente por sobre a Organização Espacial e seus formatos de Gestão.

De modo análogo, pode se afirmar que a Administração Política do Espaço Geográfico também não se reveste dos preceitos da tradição dos estudos regionais, tendo em vista que raras são as espacialidades nas quais os seus predicados constituintes ainda são apenas defluência genuína do relacionamento entre seus grupos humanos e o seu embasamento geográfico. Desde o início das mundialização das economias, os lugares vêm perdendo tal eminência (SANTOS, M., 1996).

Admite-se o declarado por Santos (2008), de que a região não é mais uma categoria analítica que carregue consigo mesma alguma coerência estrutural, deixando de possuir autonomia perante outras abordagens espaciais, tornando-se incapaz de explicar devidamente a relação entre o ser humano e os meios geográficos que ele ocupa.

Uma vez que as relações socioespaciais de produção, no âmbito das nações exploradas, não são determinadas por relações causais entre o meio geográfico e a presença humana local, mas sim por interesses estrangeiros, o viés interpretativo da Administração Política do Espaço Geográfico deve se orientar pela compreensão dos processos daí resultantes ou, noutras palavras, da dinâmica dos sistemas em funcionamento, conforme exorta M. Santos (SANTOS, M., 1996).

Um parâmetro analítico de suma importância para a Administração Política do Espaço Geográfico é dado pelo grau de subordinação dos lugares aos centros de comando do sistema economia-mundo. Nesse sentido, pautando-se por M. Santos (2012b), seria uma linha de pesquisa adicional a determinação dos níveis de absorção das inovações por parte das espacialidades.

Estudos de tal jaez atenderiam às necessidades de mensuração dos níveis de dissimilaridades entre os lugares como também da determinação das velocidades e das direções assumidas pela difusão das inovações Espaço adentro, refletindo o grau de adaptação dessas mesmas localidades às vicissitudes dos processos de modernização capitalista impostos às áreas dependentes. A dificuldade residiria em se estabelecer quais

variáveis poderiam encarnar tais predicados.

Estando a anos-luz de ser um rol exauriente, essas seriam algumas das variáveis de investigação da Administração Política do Espaço Geográfico:

- O grau de submissão da estrutura produtiva local aos lugares de comando, definidas pelo formato de inserção dessas espacialidades na estrutura da economia-mundo;
- A dinâmica dos sistemas espaciais, dada pelas causas que determinam e modificam as características dos lugares, estabelecendo as relações entre movimento, forças e realidade;

M. Santos (1996, p. 57) acrescenta ainda:

- Níveis de dependência ou associação entre as atividades econômicas, sociais e culturais com as condições naturais;
- Influência sobre as relações sociais de produção exercidas pelas oscilações e variações e perfis de utilização das condições naturais;
- Grau de interrelação e de complementaridade entre as mais diversas atividades inter-regionais;
- Estratificação da sociedade, condicionada pelos dados históricos e as atividades atuais; significação econômica e transcrição espacial dessa estratificação;
- Formas de modernização da vida regional (perfil da infraestrutura) e suas repercussões na sociedade e na economia e por sobre a Organização Espacial;
- Formas de sobrevivência;
- O papel dos investimentos sejam eles nacionais ou estrangeiros ou públicos ou privados;
- A influência do planejamento (estatal ou privado)
- Os efeitos das relações internacionais e do cenário político interno, tanto a nível nacional quanto subnacional.

A Administração Política do Espaço Geográfico, refletindo a exortação de M. Santos (SANTOS, M., 2011), deve estar ciosa do risco da perda da Filosofia como

referencial constituinte de suas formulações, a fim de que não seja vítima de um enfraquecimento conceitual de suas elaborações e se comporte apenas como caixa de ecos de um sistema ideológico posta a serviço de se promover uma simplória administração das coisas, sem se compromissar com a emancipação humana.

Dado, neste momento, a Administração Política do Espaço Geográfico apresentar-se como uma derivação do pensamento miltoniano em conjunção com os ditames do campo da Administração Política, um dos focos de pesquisa a ser adotado pela área, conforme antecipado há pouco, deve ser os modos pelos quais as localidades constituintes dos lugares explorados podem tomar consciência de o quanto de suas estruturas produtivas escapam de suas mãos.

Essa tarefa vai requerer um refinamento metodológico porque esse fenômeno se manifesta das mais diversas formas, atingindo desde a produção propriamente dita até às fases de distribuição e de consumo e, quanto mais periférica for a localidade, maior vai ser a expressão dessa alienação por meio dos padrões de configuração das etapas finais do circuito produtivo.

De todo modo, não se pode esquecer que:

Um sistema de realidades, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que os anima, supõe uma legalidade, uma estruturação e uma lei de funcionamento. Uma teoria, isto é, sua explicação, é um sistema construído no espírito, cujas categorias de pensamento reproduzem a estrutura que garante o encadeamento dos fatos. Se chamarmos de organização espacial, estrutura espacial, estrutura territorial ou simplesmente espaço, só a denominação é que muda, e isso não é fundamental. O problema é encontrar as categorias de análise que nos permitem o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes sejam os mesmos (SANTOS, M. e ELIAS, 2008, p. 27).

E é essa a preocupação que norteia todo este trabalho, o interesse em definir categorias analíticas que propiciem a apreensão da Organização Espacial como uma ocorrência de Gestão, onde essa condense em si os mais variados tipos de interesses sociais, políticos e econômicos.

A Administração Política da Gestão do Espaço deve se guiar pela busca de compreensão e resolução dos problemas que se apresentem à sua frente, sabendo que esses vão orbitar, no mais das vezes, as formas pelas quais os agentes econômicos vão determinar a divisão do produto gerado pela exploração dos objetos geográficos.

Por isso que se optou pela assunção da abordagem proposta pela Administração

Política, porque ela corretamente identifica nas formas pelas quais as sociabilidades determinam os parâmetros interação socioprodutiva os meios pelos quais o ser humano busca atender ao seu objetivo de superação da materialidade.

Entretanto, essa é uma realidade conflitiva, eivada de contradições, por isso que as Sociedades respondem a esse cenário com a construção de estruturas legais ou a definição de leis de funcionamento, conforme lido acima, porque quem comanda precisa deixar claro como e porque comanda (RIBEIRO, J. U., 1998). E com essa constatação que a Administração Política do Espaço Geográfico deve começar o seu trabalho.

3.4. Uma agenda mínima de pesquisa

Antes de qualquer coisa, se faz necessário reconhecer que a existência de disciplinas e campos científicos prescinde de uma prévia estruturação teórica qualquer, ou seja, aqueles dois recortes conceituais independem das teorias que os compõem (TUDE; CUNHA; RODRIGUES, 2010).

O que significa dizer que, enquanto fenômeno social, a Administração Política existe à revelia das descobertas feitas por seus pesquisadores e, mais ainda, o modo como é analisada somente se submete à validade científica do seu método e às concepções de quem a utiliza.

Do mesmo modo, para o bem do desenvolvimento do campo da Administração Política, é preciso ter em mente que o método adotado surge como consequência de uma opção ideológica, sendo fruto de uma perspectiva histórica sobre a evolução das sociabilidades, de modo que a forma como seus problemas são abordados deve levar em consideração esse fato (PEDRÃO, 2010).

Sabendo disso, tome-se como advertência a lembrança de que a Administração Política do Espaço Geográfico não é uma construção neutra, ela é voltada para atender um interesse político e social que antecede a sua utilização sistemática, de forma que a sua disposição resultante é decorrência dos objetivos que justificam a sua utilização como ferramenta de interpretação da realidade.

Por isso que aqui é resgatada a proposição originalmente feita por E. M. Ribeiro (2011) de que a Administração Política deve ter por azimute a intervenção na realidade social de um modo em que seja possível contribuir para um cenário de desenvolvimento econômico

e de atingimento da emancipação humana.

Sempre tendo o cuidado de não se deixar tomar por elementos de inspiração dogmatically positivista e procurando sempre se esquivar do isolamento conceitual do debate, pautando suas considerações por meio da aplicação de instrumentos de notável rigor científico.

Com efeito, as pesquisas vinculadas à Administração Política do Espaço Geográfico devem, em seus estágios iniciais, se voltar para as situações em que as formas do Poder condicionam a evolução das relações sociais de produção no âmbito espacial, uma vez que, num ambiente estamental, a Gestão das relações sociais de produção é um ato de submissão.

Um horizonte de pesquisa passível de aplicação por parte da Administração Política do Espaço Geográfico seria aquele em que se pudesse versar sobre a realidade concreta do sistema produtivo poderia ser estruturado a partir dos seguintes pontos (CRISTALDO; PEREIRA, 2008:87):

- ✓ Estudo do desenvolvimento capitalista nos mais diversos países, ao longo do tempo;
- ✓ Análise das características, dos determinantes e das estratégias de associação entre o poder político constituído — ou emergente — e o poder econômico, no plano nacional e internacional, identificando quais suas relações e suas influências por sobre a dinâmica da acumulação;
- ✓ Exame dos papéis, dos níveis de inserção e da autonomia das classes sociais no curso da administração política, no nível nacional e sistêmico, além de suas contradições e situações de interdependências.

Fonseca (2009) também contribui para esse debate lembrando que a Administração Política – o que permite a inclusão de sua derivada no Espaço Geográfico – não pode se furtar a jogar luzes sobre o legado de experiências históricas de reformulação dos modos de gestão das relações sociais de produção.

Miranda (2010, p. 146), ao interpretar as formas expressão do conceito de federalismo fiscal como fruto de um processo de “coordenação e tensões sociais” que vai para além da instrumentalidade gerencial da Administração Pública, ele o transporta para a seara da Administração Política, o que permite também ver essa modalidade de organização estatal de captação e alocação de recursos como mais um parâmetro de

identificação/comparação/prescrição do nascente campo de estudos.

Ressalte-se que, segundo Chagas (2010), uma linha de estudos no campo da Administração Política não pode abrir mão do reconhecimento de que a emancipação humana é um fenômeno calcado em bases classistas no qual não há muito como fugir dos conflitos e contradições daí decorrentes.

De todo modo, uma agenda de pesquisa no interior das fronteiras da Administração Política – como é o caso de sua vertente geográfica – não se pode dar ao luxo de passar ao largo da Carta de Garanhuns, divulgada durante o I Encontro de Administração Política, em janeiro de 2010, na referida cidade do agreste pernambucano.

Naquele documento estão fixados os pontos conceituais assumidos pelo movimento fundador do Campo da Administração Política como um segmento científico autônomo e eles preconizam por uma série de indicações normativas de pesquisas que podem ser sintetizadas nos seguintes tópicos (RIBEIRO, 2011, p. 62):

1. Análise crítica sobre o significado de desenvolvimento;
2. O papel da Administração Política nesse processo;
3. Institucionalização de formas de ações conscientes para a disseminação social dessa ideia;
4. A natureza ideológica dos processos políticos em Administração;
5. Incentivos à investigação, resgatando o pensamento social brasileiro e seus intérpretes;
6. Ampla disseminação dessa problemática junto às instituições acadêmicas, às entidades fomentadoras de investigação científica, às organizações de representação social e cultural, para o investimento em pesquisas focadas na Administração Política;
7. Engajamento de outros atores sociais no processo de difusão e implantação da ideia de desenvolvimento.

Não se pode olvidar que dos princípios de Administração de Fayol (1994) também é possível se esquematizar uma estrutura de investigação inicial para os estudos da Administração Política do Espaço Geográfico, mas sempre reconhecendo que o Circuito Produtivo é um fenômeno que se manifesta geograficamente e é politicamente dominado pelo

capital.

Então, fazendo-se tal ressalva, quando aquele autor clássico estabelece a divisão do trabalho, a autoridade e a responsabilidade, a disciplina, a unidade de comando, a unidade de direção, a subordinação do interesse particular ao interesse geral, a remuneração do pessoal, a centralização, a hierarquia, a ordem, a equidade, a estabilidade do pessoal, a iniciativa e a união do pessoal (FAYOL, 1994, p. 43-44) ele não está fazendo outra coisa que não a determinação dos meios pelos quais um estamento dominante se impõe aos seus dominados e isso é facilmente aplicável aos eventos espaciais da Administração Política.

Isso porque, segundo Cristaldo e Pereira (2008, p. 84), a Administração Política de uma dada sociabilidade se dá por meio da organização das interações e das articulações, dos interesses e dos objetivos, bem como do arcabouço institucional e de seus mecanismos de intervenção, dentre os quais o aparato estatal ganha destaque, onde tais eventos são resultados de uma concertação política ambientada num contexto classista.

Adaptando-se trabalhos já realizados por pesquisadores do campo da Administração Política é possível se extrair uma série de fenômenos passíveis de investigação por parte da Administração Política do Espaço Geográfico,

Por sua vez, M. M. Ribeiro e Alfaya (2017) dão uma aplicação espacial aos conceitos da Administração Política projetando o modelo Sociedade/Estado/Modo de Produção, a partir da utilização do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), sobre a realidade da cidade baiana de Santo Antônio de Jesus.

Naquele estudo, as referidas autoras chegam à conclusão de não se pode dizer que aquela sociedade atinge a contento ao desiderato de promoção de bem-estar geral, uma vez que toda a lógica de sua ocupação/transformação socioespacial é dominada pelo interesse dos ricos.

Por outro lado, analisando o cenário sociopolítico brasileiro no início da segunda década do Século XXI, o Dr. Sílvio Araujo traça uma sequência de movimentos socioantropológicos – aparentemente orquestrados – que poderiam assumir-se como o resultado de uma situação previamente concebida de Gestão, dado pelos seguintes predicados:

[...] um turbilhão de informações desconexas, o loteamento dos segmentos civis e políticos que concentram maior poder; um limite sutil e velado para aqueles que desejam ascender socialmente e economicamente; uma rede autossustentável de relações que se perpetuam e se herdram; uma prevalência crescente dos interesses privados em detrimento de causas mais coletivas;

um incremento de formas diversas de violências contra as pessoas; o crescente descaso com as instituições; a crescente violência organizacional contra os indivíduos, supostos clientes e colaboradores; e, por fim, mas não o fim, uma falência moral generalizada (ARAUJO, 2012, p. 119).

Obviamente não era a intenção de aquele autor estabelecer um conjunto de parâmetros modelares que viesse a subsidiar novas interpretações de fenômenos atrelados às formas existentes (ou imaginadas) de relações sociais de produção. Contudo, não há como negar que o encadeamento por ele ilustrado poderia servir de base para a elaboração de um modelo analítico que se prestaria à identificação da Administração Política vigente (ou desejada).

M. M. Ribeiro e Alfaya (2017) lembram que uma opção à disposição da Administração Política está no exame dos perfis de divisão do trabalho, tendo em vista que isso permitiria também um melhor entendimento das hierarquias, das especializações e das heterogeneidades que caracterizam as mais diversas porções do Espaço.

Alternativamente, a partir de Campos e Ferraz (2016), estabelecer uma abordagem geográfica para o processo de construção/destruição da memória sob as luzes do campo da Administração Política, onde seria observados os elementos pelos quais as relações sociais de produção são politicamente conduzidas para se elaborar o discurso histórico hegemônico, bem como se dão as formas de resistência a tal imposição.

O fenômeno a ser especializado é o formato da construção do passado comum das sociabilidades e esse procedimento teria como mote a mensuração dos graus de homogeneidade/heterogeneidade dessas modalidades de apropriação histórica e, claro, como o ente estatal se encaixa nesse contexto.

De igual modo, tomando por base Granado (2016), gestão das relações internacionais também se coloca como área de intervenção da Administração Política do Espaço Geográfico, ao permitir que se teça considerações sobre os modos pelos quais os agentes não-residentes estabelecem seus modelos de interações.

Nesse sentido, as pesquisas tanto poderiam assumir uma abordagem diacrônica, onde os espaços seriam temporalizados, ou uma configuração sincrônica, onde se promoveria uma espacialização dos tempos. Com isso, ter-se-ia condições de interpretar, comparar, prescrever ou prever como as nações ou os povos constroem e administram suas relações sociais de produção.

4. CONCLUSÕES

O Espaço existe, então, a que será que se destina? Ante esse questionamento, sustentado pelo axioma do primeiro período da oração, respostas podem vir dos mais diversos segmentos do conhecimento científico. No entanto, para a Administração Política do Espaço Geográfico essa pode ser conformada pelo esquadramento do perfil normativo das relações socioespaciais de produção.

Esse formato seria definido por meio da dissecação das formas, das funções, das estruturas e dos processos nos quais estão inseridos os mais variados objetos geográficos e não menos importante, pela identificação da intencionalidade que lastreia todo esse conjunto produtivo.

O objetivo principal desta pesquisa foi o de instituir uma nova área de pesquisa na qual fossem vinculados o campo da Administração Política e o os estudos atrelados à Organização Espacial. Com isso esperava-se que fosse possível compreender as formas de Gestão das relações socioespaciais de produção. Adicionalmente, também foi procurado aqui:

- Cotejar as bases conceituais da Administração Política com a estrutura teórica do pensamento de Milton Santos sobre a natureza do Espaço Geográfico;
- Estipular os limites epistemológicos e metodológicos da Administração Política do Espaço Geográficos;
- Recomendar uma agenda mínima de pesquisa para a área de trabalho ora estruturada.

Nesse processo de elaboração, a Administração Política se encarregaria de fornecer os suportes conceituais para o entendimento da Gestão das relações sociais de produção e a Organização Espacial os elementos nocionais da formatação da atividade produtiva Espaço a fora.

Se os textos seminais da Administração Política foram a fonte da qual emanou os princípios do referido campo, foi nas palavras do geógrafo baiano Milton Santos que este esforço acadêmico foi buscar os fundamentos atinentes às formas de Organização Espacial, seu conceitos e definições.

A Administração Política contribui com a percepção de que o objeto da pesquisa científica em Administração é a Gestão e não as organizações como manifestado pelos Estudos Organizacionais e de que essa mesma Gestão é expressão de uma intencionalidade dada politicamente.

Do pensamento miltoniano extraiu-se o seu conceito de Espaço, a sua oposição à abordagem regional, a importância dada ao meio técnico-científico e aos perfis de dispersão das inovações como um fenômeno gestor.

Da justaposição entre esses dois arcabouços teóricos foi possível extrair três premissas que sustentariam a pesquisa na área aqui proposta:

- Uma vez que ela é conteúdo da Administração Profissional, a aceitação de que a Gestão é o seu objeto de pesquisa;
- Dado que a Organização Espacial é um fenômeno humanamente construído, ele é também um evento gestor, ou seja, dado por ações administrativas com o fito de se atingir um objetivo previamente estabelecido;
- Em sendo político o ambiente no qual essa Gestão é estruturada, ele carrega consigo vieses de choque e de conflito, onde a luta se dá pelo controle da coordenação normativa das relações socioespaciais de produção.

Essa tríade sustenta toda a ação discursiva desta tese e, claro, da própria área ora em construção. O objetivo é promover um suporte analítico para o seu caminho de pesquisa e interpretação.

De natureza interdisciplinar, a Administração Política do Espaço Geográfico busca estabelecer o diálogo com as mais diversas partes do conhecimento científico, até porque, já em sua formação ela trata de mesclar duas ciências pouco afetas entre si: a Administração Profissional e o Espaço Geográfico.

Por sinal, isso somente foi possível porque a Administração Política rompe com o dogmatismo organizacional e rompe com a Quarta Parede da referida ciência e se dirige para travar diálogos com os mais diversos espaços da realidade socioeconômica, desde a Política Econômica até as Finanças Municipais.

Nesse sentido, sob os auspícios do seu campo originário, a Administração Política do Espaço Geográfico procura sedimentar essa trajetória abrindo mais uma trilha de

investigação. No entanto, o desafio é mais amplo posto a pouca convivência teórica entre a Gestão e o Espaço.

A Administração Política do Espaço Geográfico, todavia, procura por limites entre ela e a Economia Espacial e a Gestão Social do Território, deixando claro que nenhuma dessas duas áreas se volta exclusivamente para a Gestão das relações socioespaciais de produção, lacuna que se espera ser coberta pela atual proposição.

A Administração Política do Espaço Geográfico também carrega consigo a rejeição dos estudos regionais como parâmetro analítico, uma vez que ela rouba de Milton Santos a percepção de que os lugares, ainda mais nos países explorados, possuem pouco poder de manobra quando da decisão relativa ao seu vir a ser produtivo. Todas as decisões são tomadas nos centros do Capitalismo mundializado.

A sua base metodológica tem por gênese os conceitos de forma, função, estruturas e processos. A partir da caracterização dos lugares a partir dessas categorias é possível determinar o perfil da localidade (entendida essa como resultado da incidência das forças sociais) assumido naquele dado momento, o que vai ser também para posicioná-lo em relação aos seus pares.

Torna-se necessário repetir que são de extrema importância para a referida área, ainda mais neste momento em que ela se coloca à prova que, dentro de um rol mais amplo, duas variáveis de investigação, conforme abaixo descrito:

- O grau de submissão da estrutura produtiva local aos lugares de comando, definidas pelo formato de inserção dessas espacialidades na estrutura da economia-mundo e
- A dinâmica dos sistemas espaciais, dada pelas causas que determinam e modificam as características dos lugares, estabelecendo as relações entre movimento, forças e realidade.

Os níveis de autonomização das localidades passam a ser uma régua de interpretação para a nova área, seria da mensuração dessas ocorrências que a Administração Política do Espaço Geográfico retiraria a sua relevância, uma vez que isso poderia sinalizar para a adoção de medidas políticas que privilegiassem as características produtivas dos locais.

O Estado, então, é visto como figura de proeminência, não que ele seja o demiurgo entre os espaços e o pleno desenvolvimento nacional autônomo. Não porque ele seja o mais

importante dos agentes econômicos ou detentor do monopólio regulatório, mas, sim, porque é dele o poder de política econômica e de força judicial, além de ser mais poroso aos reclames da Sociedade do que as firmas.

Dessa forma, esta pesquisa, ao apresentar os detalhes fundantes – conceitos, definições e premissas - da Administração Política acredita que atendeu aos seus objetivos inicialmente estabelecidos se colocando agora à mercê das opiniões e interpretações daquelas pessoas que se dignarem ler este relatório.

REFERÊNCIAS

- ADMINISTRAÇÃO (1999). *In: Dicionário de Economia do Século XXI*. São Paulo: Best Seller.
- ADMINISTRAÇÃO POLÍTICA (1998). *In: Dicionário de Política*. Brasília: Universidade de Brasília.
- ARAUJO, S. V. Uma proposta para a consolidação da Administração Política no Brasil. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 119-135, v. 5, n. 1, out, 2012.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Unesp, 1996.
- BAPTISTA, J. M. P. de O.; MATOS, L. S.. Considerações sobre o mito do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador. p. 27-52, v. 10, n. 1, abr, 2017.
- BARRETO, M. G. P.; BARRETO, E. F. Administração ou Gestão: eis a questão. In: SANTOS, R. S. **A Administração Política como campo do conhecimento**. Salvador/São Paulo: FEAUFBA/Hucitec-Mandacaru, 2009.
- BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. Brasília: Universidade de Brasília, 1998.
- BONFIM, R. T. Administração Política e Governança Corporativa: que novas contribuições para o desenvolvimento epistemológico da Administração? **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 9-29, v. 3, n. 1, abr, 2010
- BOYCE, R. R. **The bases of Economic Geography**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1978.
- CAMPOS, L. P.; FERRAZ, J. D. F. **Administração Política da memória: um estudo de políticas públicas de memória sobre a ditadura empresarial-militar brasileira**. Salvador, p. 135-161. v. 9, n. 2, out, 2016.
- CARIBÉ, D. A. Ciência ou ideologia? A constituição do campo da Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 31-44, v. 1, n. 1, out, 2008.
- CHAGAS, T. A administração da reprodução do capital vista pelas relações entre Estado e mercado. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 41-50. v. 3, n. 2, out, 2010
- CHAKHNAZÁROV, G.; KRÁSSINE, I. **Fundamentos do Marxismo-Leninismo**. Moscovo: Edições Progresso, 1985.

CLEGG, S.; KORNBERGER, M.; PITSIS, T. **Managing and organizations: an introduction to theory and practice**. Londres: Sage, 2011.

CRISTALDO, R. C. Subdesenvolvimento, integração e administração política no pensamento de Raúl Prebisch e Celso Furtado. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 85-110, v. 8, n. 1, abr, 2015.

CRISTALDO, R. C.; PEREIRA, C. M. A Administração Política e a Gestão do modo de produção: processos gestoriais, da organização produtiva do trabalho à economia-mundo capitalista. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 67-89, v. 1, n. 2, out, 2008.

DOWBOR, L. **A Era do Capital Improdutivo: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ELIAS, D. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, D.;

PEQUENO, R. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas espaciais**. Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral**. 10 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

FILIPPIN, M. **Administração e política: que relação é esta**. Tese (Doutorado em Administração) Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 156 f. 2017.

FONSECA, F. Antecedentes da Administração I: o legado esquecido das experiências históricas. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 7-18, v. 2, n. 1, out, 2009.

FONSECA, F. Limites estruturais ao desenvolvimento econômico e social: algumas respostas possíveis do Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, p. 139-164, vol. 4, n. 1, abr, 2011.

FONSECA, F. Embates sobre o desenvolvimento econômico/social e o papel do Estado no Brasil. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, p. 15-38, vol. 8, n. 2, out, 2015.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Para um olhar epistemológico da Administração: problematizando seu objeto. In: SANTOS, R. S. (org.). **A Administração Política como campo do conhecimento**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Salvador: Mandacaru, 2009, p. 123-147.

FRÓES, A.; SANTOS, T. da C. e S. S. O campo da Administração Política no Brasil do Século XXI: uma proposta de investigação sobre o papel do Terceiro Setor. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, p. 65-86, vol. 4, n. 1, abr, 2011.

FUJITA, M.; KRUGMAN, P.; VENABLES, A. **Economia Espacial: urbanização,**

prosperidade econômica e desenvolvimento humano mundo. São Paulo: Futura, 2002.

GIL, G. **Parabolicamará**. São Paulo: WEA, 1991.

GOMES, F. G. **Acumulação de capital via dívida pública: contribuição para uma crítica à razão da crise fiscal**. Tese (Doutorado em Administração) Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. Salvador, p. 236. 2007.

GOMES, F. G. O jovem percurso da Administração Política. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro, v. 1, n. n. 46, jan./fev. 2012. 7-24. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122012000100002>

GONÇALVES, B. S.; VILAS BOAS, O.; TEIXEIRA, T. P.. O papel do Estado e das finanças públicas na dinâmica econômica: um olhar da Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 79-101, v. 9, n. 1, out, 2016.

GRAMSCI, A. **Gramsci - Poder, política e partido**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GRANADO, L. A dimensão externa (Internacional) do conceito de Administração Política: primeiras notas a partir do caso brasileiro (1930-1989). **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 57-77. v. 9, n. 1, out, 2016.

JUSTEN, A. GURGEL, C. R. M.; FERRAZ, D. L. S.; PAÇO CUNHA, E. Administração Política: por uma agenda marxista. **Farol - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, pp. 663-759.v. 4, n. 10, ago, 2017.

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LARA, E. O que é exatamente quebrar a Quarta Parede? **Central 42**, 2017. Disponível em: <<https://central42.com.br/novo/quebrar-quarta-parede/>>. Acesso em: 28 outubro 2019.

MA, J. F. **Se a Administração é Ciência, qual é o seu objeto de estudo?** VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Gramado: [s.n.]. 2014. p. 1-11. Disponível em: http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnEO349.pdf. Acesso em 02 de outubro de 2019.

MEDEIROS JR., G. **Economia e Administração Políticas da saúde no Brasil: uma análise das dinâmicas do capital do Estado na Gestão do SUS em Campina Grande**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p. 140. 2017.

MENDES, F. R. Desafios para um novo conteúdo das políticas sociais na sociedade contemporânea. In: SANTOS, R. S. **Políticas sociais e transição**

democrática. São Paulo - Salvador: Mandacaru - CETEAD, 2001. p. 123-135.

MIRANDA, R. L. P. O Federalismo Fiscal como um processo de coordenação das relações sociais: um olhar administrativo da Teoria do Estado. **Revista Brasileira de Administração Política.** Salvador, p. 143-162, v. 3, n. 1, abr, 2010.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil:** constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTTA, P. R.. Administração do desenvolvimento: a disciplina em busca de relevância. **Revista de Administração Pública.** Rio de Janeiro, p. 39-53. v. 6, n. 3, jul/set, 1972.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica.** Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

NOGUEIRA, A. M. **Teoria geral da administração para o Século XXI.** São Paulo: Ática, 2007.

OLIVEIRA JÚNIOR, J. P.. Administração Política e a gestão de cidades: um novo campo de conhecimento para um debate interdisciplinar. **Revista Brasileira de Administração Política.** Salvador, p. 123-142, v. 3, n. 1, abr, 2010.

PAÇO CUNHA, E. Ensino da Administração Política e consciência de classe. **Revista Brasileira de Administração Política.** Salvador, p. 33-64. v. 9, n. 2, out, 2016.

PAÇO CUNHA, E. Ontogênese e formas particulares da função de direção: introdução ao fundamentos históricos para a crítica da Administração. In: PAÇO CUNHA, E.; FERRAZ, D. L. **Crítica marxista da Administração.** Rio de Janeiro: Rizoma, 2018.

PAÇO CUNHA, E. Centralidade da Gestão do Estado como limite da razão política ou para uma crítica da Administração Política. **Revista Eletrônica de Administração,** Porto Alegre, 25, n. 2, mai/ago 2019. 150-178.
<http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.237.809126>.

PAVANI JÚNIOR, O.; SCUCUGLIA, R. **Mapeamento e gestão por processos - BPM. Gestão orientada à entrega por meio de objetos. Metodologia GAUSS.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2011.

PEDRÃO, F. O estatuto histórico da Ciência Social na Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política.** Salvador, p. 21-32. v. 3, n. 2, out, 2010.

PEDRÃO, F. A responsabilidade ideológica na politização da Administração estatuto histórico da Ciência Social na Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política.** Salvador, p. 8-18. v. 4, n. 1, abr, 2011.

RIBEIRO, E, M. Revisitando o conceito de Administração Política.

Revista Brasileira de Administração Política, Salvador, vol. 1, n. 1, 2008.

RIBEIRO, E. M. Gestão social e Administração Política: fronteiras e aproximações de dimensões teórico-epistemológicas e práticas convergentes. In: JUNQUEIRA, L. A. P., et al. **Gestão social: mobilizações e conexões**. Coleção ENAPEGS. ed. São Paulo: LCTE, v. 6, 2012.

RIBEIRO, E. M. Los modelos de administración política brasileño y español. **Revista de Administración Pública**, v. 35, n. 5, p. 79-133, 2001.

RIBEIRO, E. M. Revisitando o conceito de Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, p. 7-18, vol. 1, n. 1, 2008.

RIBEIRO, E. M. Encontro de Administração Política de Garanhuns: bases para a formação de uma rede social para o desenvolvimento do Brasil. **Revista Brasileira de Administração Política**, Salvador, p. 49-64, vol. 4, n. 1, abr, 2011.

RIBEIRO, J. U. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 1998.

RIBEIRO, J. U. Política e Administração. **Organizações e Sociedade**. Salvador, p. 167-198, v. 13, n. 18, abr, 2006.

RIBEIRO, M. M. **A Administração Política do capitalismo contemporâneo em um contexto de crise: uma análise das finanças públicas no Brasil**. Tese (Doutorado em Administração) NPGA/UFBA. Salvador, p. 265. 2018.

RIBEIRO, M. M.; ALFAYA, T. Desenvolvimento em Santo Antônio de Jesus (BA): um olhar pelas lentes da Crítica ao Localismo e da Administração Política. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 53-72, vol. 10, n. 1, out, 2017.

SAFATLE, V. **A Esquerda que não teme dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas. 2012.

SANDRONI, P. **Dicionário de Economia do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, A. L. N. dos. Administração Política: entre o passado e o futuro, a escolha de uma tradição a ser seguida. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 53-63, v. 3, n. 1, abr, 2010.

SANTOS, E., L. **Administração do Desenvolvimento: um campo em busca de relevância ou a relevância em busca de um campo**. Tese (Doutorado em Administração) - Núcleo de Pós-graduação em Administração - Escola de Administração - Universidade Federal da Bahia - UFBA. Salvador, p. 348. 2014.

SANTOS, E. L.; SANTANA, W. G. P. Administração do desenvolvimento: contexto, desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p.

75-92. v. 3, n. 2, out, 2010.

SANTOS, E., L.; SANTANA, W. G. P. Administração do desenvolvimento: passado, presente e futuro. **I Colóquio de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, Florianópolis, fevereiro 2011. Disponível em: <<http://www.coloquioepistemologia.com.br/ANE/ANE019c.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

SANTOS, E., L.; SANTANA, W. G. P.; PIAU, D. D. N. D. Reflexões sobre os Rumos da Administração Política. **XXXV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Administração ENANPAD**, Rio de Janeiro, set. 2011. Disponível em: <https://mba.americaeconomia.com/sites/mba.americaeconomia.com/files/ane019c.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2016.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, M. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, Ano 1, n. 1, 1999. 7-13.

SANTOS, M. **Economia Espacial**. Coleção Milton Santos. ed. São Paulo: EdUSP, 2003.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. Coleção Milton Santos. ed. São Paulo: EdUSP, v. 8, 2007.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia para a Geografia Crítica. São Paulo: EdUSP, 2008.

SANTOS, M. **O centro da cidade de Salvador**: um estudo de Geografia Urbana. Coleção Milton Santos. ed. São Paulo: EdUSP, v. 13, 2008b.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Livro Vira-vira 2. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2011.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. Coleção Milton Santos. ed. São Paulo: EdUSP, 2012.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: EdUSP, 2012b.

SANTOS, M.; ELIAS, D. **Metamorfoses do Espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. Coleção Milton Santos. ed. São Paulo: EdUSP, v. 10, 2008.

SANTOS, R. S. **A história das ideias sobre o Estado e as finanças públicas no capitalismo**. 1991. 221 f. Tese (Doutor em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1991.

SANTOS, R. S. Estruturação, implementação e financiamento das políticas sociais durante o regime militar no Brasil. In: SANTOS, R. S. (Org.). **Políticas sociais e transição democrática**: análises comparativas Brasil, Portugal e Espanha. São Paulo/Salvador: Mandacaru/Cetead, 2001a.

SANTOS, R. S. **A teoria das finanças públicas no contexto do capitalismo**: uma discussão com os filósofos economistas - de Smith a Keynes. Salvador: Mandacaru - Cetead, 2001 b.

SANTOS, R. S. Em busca da apreensão de um conceito para a Administração Política. In: SANTOS, R., S. **A Administração Política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec - Mandacaru, 2009.

SANTOS, R. S. **Keynes e a proposta de administração política para o capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 2010.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. Apresentação. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 5-8. v. 3, n. 1, abr, 2010a.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. Apresentação. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 5-8. v. 3, n. 2, out, 2010b.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. Apresentação: conjuntura e nosso futuro. **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 5-7. v. 4, n. 1, abr, 2011.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G. **Outro modo de interpretar o Brasil**: ensaios de Administração Política. São Paulo/Alagoas: HUCITEC/Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2017.

SANTOS, R. S.; GOMES, F. G.; SANTOS, T. C. S.; RIBEIRO, E. M.; ANDRADE FILHO, L. M. A crise, o Estado e os equívocos da administração política do capitalismo contemporâneo. **Cadernos EBAPE BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, Out/Dez 2016. 1011-1034. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395130795>.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M. A Administração Política brasileira. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, out/dez 1993. 102-135.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; GOMES, F. G.; SANTOS, L. C.; RIBEIRO, M. M.; SANTOS, T. C. S.; CARIBÉ, D. A.; SOUTO, I. M. I. Compreendendo a natureza das políticas do estado capitalista. **Revista de Administração Pública – RAP**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 5, set/out 2007. 819- 834.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; PINTO, F. L. B. Administração Política: uma proposta teórico-metodológica. In: SANTOS, E. L. **Teorias administrativas contemporâneas: diálogos e convivência**. Vitória da Conquista/São Paulo: Edições UESB/Hucitec, 2016. Cap. XII.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; RIBEIRO, M. M.; PINTO, F. L. B. Administração política e políticas públicas: em busca de uma nova abordagem teórico-metodológica para a (re)interpretação das relações de produção, circulação e distribuição. **Cadernos EBAPE**, São Paulo, v. 15, n. n. 4, out/dez 2017. 942-959.

SANTOS, R. S.; RIBEIRO, E. M.; SANTOS, T. C. S. Bases teórico-metodológicas da Administração Política. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 4, jul/ago 2009. 919-941.

SILVA, E. de S. **O movimento pecuário nordestino**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestre em Desenvolvimento Regional). Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2011.

SPINK, P. O lugar do lugar na Análise Organizacional. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, Curitiba, vol. 5, n. Especial, 2001. 11-34.

SUMIYA, L. A.; SILVA, M. P.; ARAÚJO, M. A. D. Paradigmas e críticas presentes na construção do campo de conhecimento da Administração Política. **Pensamento Contemporâneo em Administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, jan./mar. 2014. 35-49.

TAYLOR, F. W. **Princípios de Administração Profissional**. São Paulo: Atlas, 1995.

TUDE, J. M.; CUNHA, E. V. da; RODRIGUES, G. K. M. Max Weber e a Administração Política: quais as aproximações possíveis? **Revista Brasileira de Administração Política**. Salvador, p. 31-51, v. 3, n. 1, abr, 2010.

VAZ, N. M. O Poder e o processo de decisão política: equilíbrios, capacidades e percepções. **Revista Nação e Defesa - Instituto da Defesa Nacional IDN**, 1997. Disponível em: <<https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/1579>>. Acesso em: 14 março 2019.

VIDAL, F. C. B. Para o acervo de raridades: uma discussão epistemológica no âmbito da Administração Política. In: SANTOS, R. S. **A Administração Política como campo do conhecimento**. Salvador / São Paulo: FEAUFBA / Hucitec Mandacaru, 2009.

VIZEU, F. **Management do Brasil em perspectiva histórica: o projeto do IDORT nas décadas de 1930 e 1940**. Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, p. 254. 2008.